



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Luiz Gonzaga Firmino Júnior

“No peito ou no compressor”: trabalho e mudança social
entre os pescadores de lagosta na costa da Paraíba

João Pessoa – PB
Novembro de 2010

Luiz Gonzaga Firmino Júnior

“No peito ou no compressor”: *trabalho e mudança social
entre os pescadores de lagosta na costa da Paraíba*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia da Universidade
Federal da Paraíba como parte dos requisitos
para obtenção do grau de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Alicia Ferreira Gonçalves

João Pessoa - PB
Novembro de 2010

Luiz Gonzaga Firmino Júnior

“No peito ou no compressor”: trabalho e mudança social
entre os pescadores de lagosta na costa da Paraíba

Aprovado em 04 de Novembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Alicia Ferreira Gonçalves

Orientadora

Prof. Dr. Walter Moreira Maia Júnior

Examinador

Prof^a. Dr^a. Simone Carneiro Maldonado

Examinadora

F525n Firmino Júnior, Luiz Gonzaga.
 No peito ou no compressor: trabalho e mudança social entre
 os pescadores de lagosta na costa da Paraíba / Luiz Gonzaga
 Firmino Júnior.-- João Pessoa, 2010.
 141f. : il.
 Orientadora: Alicia Ferreira Gonçalves
 Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA
 1. Sociologia. 2. Mudança social. 3. Trabalho – pesca
 artesanal.

UFPB/BC

CDU: 316(043)

**Ofereço este trabalho *in memoriam* ao Mestre
e “Doutor” Comodoro.**

*“Se você é um profissional você é um doutor na sua área. Quer dizer, eu me considero
um doutor na minha área”.*

Mestre Comodoro

Baía da Traição, 04 de setembro de 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e fé para navegar nesse mar de águas turvas que é a vida.

Agradeço aos meus pais Gonzaga e Adinalva pelo apoio, atenção e incentivo sempre presente. Aos meus irmãos Matheus, Jordão e Jordânia.

Agradeço também à minha esposa e companheira Andréa Carla, pelo amor e cumplicidade de sempre.

Ao mestre Andrea Ciachi por esta oportunidade de vida.

Agradecimento profundo a minha co-orientadora Mônica Franch e o professor Adriano De Leon, por terem sido meu vento terral em momentos que estava à deriva nesse mestrado.

Um agradecimento especial à Professora Alicia Ferreira, por ter aceitado me orientar nesse trabalho, mesmo com todos os atropelos e faltas deste orientando. Professora, mais uma vez muito obrigado.

Agradeço também aos professores e amigos Walter Maia e Simone Maldonado, por terem aceitado mais este convite em compor esta banca. Tenham certeza que suas experiências me valerão tanto para a academia quanto para vida.

Um agradecimento especial também aos amigos, e coincidentemente funcionários do PPGS, Nanci e Agamenon, pela atenção de sempre.

Aos professores do PPGS, Artur Perrusi, Eliana Moreira, Ariosvaldo Diniz, Giovane Boaes e Paulo de Tarso.

Ao amigo Gualberto Praxedes pela ajuda nas horas de desespero.

SIGLAS E ACRÔNIMOS

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PIBIC – Programa de Bolsa de iniciação científica

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura

SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente

SFPA – Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1: Imagem aérea da comunidade de Acaú

Foto 2 e 3: - Acaú: de cima para baixo – destaque para a rua com a frente das casas sem linearidade e na sequência a entrada da Rua do Povo

Foto 4: Destaque para a ocupação das casas sobre o mangue

Foto 5: Unidade Saúde da Família e a sede da Colônia de Pescadores Z-10

Foto 6: Portal de entrada da cidade

Foto 7: Praça principal, com destaque para a destruição causada pelo avanço do mar

Foto 8 - Marambáias confeccionadas artesanalmente prontas para serem lançadas ao mar

Foto 9: Acaú - embarcação pequena de até 5m

Foto 10: Baía da Traição - embarcação média de 5m a 11m

Foto 11: Acaú - embarcação grande de 11m a 15m

Foto12: A sequência de imagens nos mostra ação do pescador mergulhador na pesca da lagosta

Foto 13: Baía da Traição: a sequência de fotos nos mostra a divisão do “peixe de levar pra casa” antes da venda

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um panorama da pesca da lagosta no estado da Paraíba sob a perspectiva das mudanças sociais ocorridas nos últimos 30 anos nas comunidades pesqueiras de Baía da Traição e Acaú, litoral norte e sul do estado, respectivamente. Apesar de considerarmos estas duas comunidades como similares, pelo fato de terem na pesca artesanal uma de suas principais características locais, podemos dizer também, que as duas possuem características bastante particulares, as quais nos debruçamos ao longo deste trabalho para analisar aspectos vigentes reproduzidos a partir de (des)continuidades e mudança social advindas da implementação de novas tecnologias, demandas de mercado, representação e divisão social do trabalho na pesca artesanal, e mais propriamente na pesca da lagosta. Neste sentido, tomamos a história oral como método de pesquisa, pois possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores, propiciando, sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades. Sob a noção da *sócio-antropologia marítima*, ou ainda *sócio-antropologia da pesca*, estudamos a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação dos espaços marinho, de onde retiram sua subsistência e o excedente do mercado. Apresentamos ainda mudanças significativas nas noções de risco e de *herança* e que altera e/ou substitui o sistema de produção a partir da técnica de pesca, das relações econômicas na dependência dos mercados e das questões simbólicas na divisão do trabalho na pesca tradicional.

Palavras chaves: mudança social; trabalho; pesca artesanal

ABSTRACT

This study aims to present an overview of lobster fishing in the state of Paraíba from the perspective of social changes within the last 30 years, in the fishing communities of Baía da Traição and Acaú, both of them respectively in the north and south coast of the state. Although we consider these two communities as similar because they have set in artisanal fisheries one of their main local characteristics, we can also say that the two have very particular characteristics, over which we have closely analyzed throughout this work that examines current aspects reproduced from (dis)continuities and social changes arising from the implementation of new technologies, market demands, representation and social division of labor in artisanal fisheries, and more specifically in the lobster fishing. In this regard, we use the oral history as a research method, for it enables new versions of the history as it gives voice to multiple and different narrators, providing, especially history to be a more democratic activity, in charge of the communities themselves. Underneath the notion of maritime socio-anthropology, or socio-anthropology of fishing, we have studied the variety and complexity of the technical, social and symbolic systems developed by the coastal populations in the process of marine appropriation spaces, from where they derive their subsistence and surplus market. We also present significant changes in the notions of risk and inheritance, amending and/or replacing the production system from the fishing technique, the economic relations dependent on the markets and symbolic issues in the division of labor in traditional fishing.

Keywords: social changes; labor; artisanal fisheries

SUMÁRIO

Apresentação -	10
CAPÍTULO I - “O mar é um campo” -	38
1.1 Pra poder pescar -	38
1.2 Pra ser um “pescador feito” -	52
CAPÍTULO II - “No peito”: o trabalho pesca -	60
2.1 - Acaú (Pitimbu) -	60
2.2 – Baía da Traição -	68
2.3 – Teorias do trabalho e pesca -	72
CAPÍTULO III - “No barco”: breve caracterização do setor lagosteiro -	89
CAPÍTULO IV - “No compressor”: pesca da lagosta e mudança social -	102
Considerações finais -	130
BIBLIOGRAFIA -	133

APRESENTAÇÃO

“Aqui se reúnem políticos, caçadores, pescadores e outros mentirosos”

É com esta frase estampada no madeiramento do telhado do famoso Bar do Gordo, na Praia da Pontinha em Acaú, cidade de Pitimbu, extremo sul do litoral paraibano, que o proprietário Nielson recebe seus clientes durante toda a semana, sendo com mais intensidade entre a sexta e o domingo. Apesar de possuir um rosto sisudo e seus mais de 100kg, “o Gordo”, como é mais popularmente chamado, além de ser sua característica que dá nome ao bar, costuma ser bastante receptivo com seus antigos e novos clientes, os quais ele faz questão de responder todas as perguntas sobre o significado das outras frases escritas pelo recinto e outras curiosidades expostas, como cabeças de peixe e lagostas empalhadas, de modo que cada uma dessas peças vai ter sua história particular. Para “o Gordo”, *o cliente jamais pode sair do seu bar sem resposta, mesmo que esta seja mentira*. Foi a partir deste contexto que no primeiro semestre de 2005 tive contato mais direto com os pescadores de lagosta da comunidade de Acaú que aportam seus barcos na praia da Pontinha por ocasião de uma pesquisa socioeconômica para implantação da Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE. O bar servia de ponto de partida diária dos pesquisadores envolvidos neste trabalho, assim como espaço para realização de entrevistas e conversas informais, às vezes acompanhadas de cerveja e um peixe frito pescado no mar ou no rio ao lado.

Como bolsista do Programa de Extensão Universitária – PROBEX/UFPB iniciei meus trabalhos em comunidades pesqueiras no litoral da Paraíba a partir da organização de dados qualitativos dos pescadores do litoral norte, mais precisamente na praia de Barra de Camaratuba, município de Mataraca, em 2002, onde no ano seguinte me inseri como bolsista PIBIC/CNPq, ao projeto “Lit/Oral: Memória, História e Oralidade na Costa da Paraíba”, no qual desenvolvi minha pesquisa junto aos pescadores artesanais do bairro de Tambaú em João Pessoa. Neste momento, o trabalho consistiu em

(re)construir a história social do lugar a partir de seus mais antigos moradores, os pescadores, traçando um paralelo com a história oficial encontrada nos registros históricos da cidade, ao mesmo tempo que analisamos algumas mudanças significativas na divisão social do trabalho na pesca com a inclusão e o acesso às novas tecnologias advindas, paralelamente, do crescimento urbano e o mercado no lugar. Esta pesquisa deu origem ao meu trabalho de conclusão do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Bacharel (FIRMINO JÚNIOR, 2006).

A dificuldade de pesquisar comunidades pesqueiras dá-se inicialmente pelo fato de haver pouca bibliografia no campo das ciências humanas, principalmente quando pensada no Nordeste brasileiro. A falta de referencial teórico se agrava nas pesquisas historiográficas, de modo que só iremos encontrar algumas citações em jornais, escrituras de terras litorâneas e dispersas em alguns poemas, mas isto se intensifica a partir da primeira metade do século passado com a publicação de algumas produções acadêmicas.

Já na segunda metade do século, podíamos contar com alguns poucos trabalhos sócio-antropológicos que se ocuparam das comunidades de pescadores existentes em nosso litoral. Nas décadas de 50 e 60, já tivemos alguns trabalhos como os de Gioconda Mussolini e, mais tarde, de Alcida Ramos (cf. DIEGUES, 1983), sobre as populações caiçaras do litoral paulista e os pescadores da Ponta do Caju no litoral do Rio de Janeiro, respectivamente. Mas foi a partir dos anos 70, que com uma maior quantidade e diversidade de trabalhos sobre comunidades de pescadores publicados no Brasil, as ciências sociais apontaram para a construção de um campo específico do conhecimento, geralmente intitulado como *sócio-antropologia marítima*, ou ainda *sócio-antropologia da pesca*. Sendo que antes deste período, estas comunidades marítimas eram estudadas com a utilização de conceitos e metodologias aplicadas às sociedades agrícolas ou rurais. Havia uma tendência teórica, entre os pesquisadores da área, em colocar as comunidades pesqueiras como que pertencentes a um período anterior ao das comunidades

agrícolas ou rurais. No entanto, esta tendência metodológica foi superada nas décadas posteriores quando os pesquisadores passam a considerar as análises das comunidades pesqueiras como distintas das demais comunidades rurais por se constituírem de práticas culturais específicas norteadas geralmente pela lógica do conhecimento do manejo marinho, pela orientação das marés e pelo conhecimento empírico dos ciclos das espécies subaquáticas.

E dentre estes estudos, que trataram da análise da produção pesqueira do litoral brasileiro, destacam-se três tipos de categorias utilizadas para melhor compreensão do modo de vida das comunidades: a pesca de *auto-subsistência* ou *primitiva*, a *pequena produção mercantil* (caracterizada pela pequena produção familiar dos pescadores lavradores e pescadores artesanais), e a *produção empresarial capitalista* (DIEGUES, 1983); na mesma perspectiva temos os *pescadores agricultores*, *pescadores artesanais* e os *pescadores industriais* (MALDONADO, 1986). Esta categorização das tipologias da produção pesqueira no Brasil é feita de forma generalizada, de modo que devemos percebê-las considerando as realidades específicas de cada região.

E é dentre estas categorias que se insere o alvo principal de nosso trabalho, o pescador de lagosta, com o objetivo central de analisar o processo de mudança social deste trabalhador do mar em sua comunidade a partir de sua inserção nesta atividade. Neste sentido, recorreremos ao conceito de Sócio-Antropologia da Pesca para caracterizar um recorte metodológico específico de uma atividade laboral específica, independente do espaço/tempo que ela ocupa. De forma generalizada, o pescador de lagosta se apresenta como inserido na pequena produção mercantil dos pescadores artesanais. As suas principais características se dão quanto à organização do trabalho, em pequena escala, dependendo do nível de tecnologia e dos recursos utilizados na captura do pescado, de forma que o destino final será sempre o mercado. Outra característica desta modalidade é que se tem apenas a pesca como sua principal fonte de renda, o que pressupõe certa divisão social do trabalho, pois dada em diferentes realidades, há casos em que os trabalhadores não se constituem dentro do núcleo familiar ou das relações de compadrio. E nessas

condições, o excedente produzido é sempre reduzido e irregular, o que baixa a capacidade de acumulação, gerando certa dependência dos intermediários ou das entidades, como cooperativas e associações de classe (DIEGUES, 1983, 2001; MALDONADO, 1986, 1994).

Até fins da década de 1970, a captura da lagosta no litoral brasileiro era uma atividade eventual inserida num tipo de pesca que não tinha uma espécie de pescado específico como objetivo ou com uma unidade de valor acrescido. Mas é a partir do início dos anos 80 que, com a abertura de um mercado externo, melhoramento de parte da frota e financiamento das viagens por parte dos atravessadores, a produção da lagosta passa a ser uma das principais fontes de renda dos pescadores artesanais e da indústria do pescado no litoral do Nordeste até o Espírito Santo, principalmente após a proibição da pesca da baleia (em 1986) que era a principal atividade do setor como, por exemplo, no estado da Paraíba (CAVALCANTE, 2006).

A partir desse período, a pesca da lagosta passa a ser a grande referência do pescado entre os pescadores artesanais, a ponto de se tomar medidas de controle na captura para evitar sua escassez. Já no início dos anos 90, com a inflação em alta e a grande valorização do dólar, a comercialização da lagosta tem um crescimento considerável, assim como os índices de captura, de modo que os órgãos de proteção ambiental e controle da produção marinha detectam uma fase de declínio na produção por barco, ao passo que aumenta o tamanho da frota que se volta para esse tipo de produção (DIAS NETO, 2008). É a partir deste contexto que nos propomos a navegar pelos mares da *sócio-antropologia da pesca* tendo como pano de fundo os pescadores de lagosta das comunidades pesqueiras de Baía da Traição, litoral norte, e Acaú, litoral sul da Paraíba. Sendo esta última localizada no município de Pitimbu. A escolha destas comunidades foi definida pelos critérios de maior número de pescadores envolvidos na pesca da lagosta fora da região metropolitana da capital João Pessoa, e sua maior representação socioeconômica entre as comunidades pesqueiras do estado e por possuírem características distintas uma da outra, apesar de exercerem a mesma atividade e por possuírem as mesmas condições de trabalho nesta modalidade de

pesca, com diferenças bastante relativas.

Apesar de considerarmos estas duas comunidades como similares, pelo fato de terem na pesca artesanal uma de suas principais características locais, aliadas ao turismo, podemos dizer também que as duas possuem características bastante particulares, as quais pretendemos nos debruçar ao longo deste trabalho para analisar aspectos vigentes reproduzidos a partir de (des)continuidades e mudança social advindas da implementação de novas tecnologias, demandas de mercado, representação e divisão social do trabalho na pesca artesanal, e mais propriamente na pesca da lagosta exercida nos últimos trinta anos. A nossa primeira comunidade, Baía da Traição, está localizada no litoral norte do estado, a 79 km de distância da capital, João Pessoa, e é formada por aproximadamente 7.500 habitantes (IBGE, 2007). Dos quais cerca de 450 são pescadores artesanais profissionais registrados no Registro Geral da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura (dados da SFPA-PB, 2009). A origem do nome da cidade é fruto de várias histórias contadas pelos locais, onde a mais contada é que o nome se originou devido a um ato de “traição” por parte dos índios *potyguaras* que aceitaram o desembarque dos portugueses, no período da colonização, naquela baía e, quando da sua chegada em terra, eles teriam exterminado toda a tripulação da nau. Daí a origem do nome da cidade. Mas histórias à parte, a Baía da Traição é conhecida por possuir algumas das praias mais bonitas e visitadas do estado, além de apresentar dezenas de pousadas, bares e restaurantes que acomodam turistas e veranistas que visitam a cidade, também servindo como um porto seguro para os pescadores de outras comunidades que aportam na sua baía para vender sua produção ou fazer a manutenção das embarcações durante a maré baixa. Outra característica marcante da cidade é que sua população é hegemonicamente formada por pessoas de origem indígena, que dividem suas atividades entre a pesca marítima e estuarina, carcinicultura, agricultura, artesanato, entre outras.

Já a comunidade pesqueira de Acaú está localizada no extremo sul do litoral paraibano e faz parte do município de Pitimbu, que por sua vez possui cerca de 16.000 habitantes (IBGE, 2009). Este município pode ser dividido em

quatro territórios, sendo que o primeiro e maior é sua zona rural, a qual é subdividida entre assentamentos da reforma agrária, pequenos produtores rurais e grandes canaviais; o segundo é a sede do município, que à beira-mar abriga antigos moradores, comércio, instituições públicas, banco e escolas; o terceiro território é a zona de praia urbana que se estende por cerca de 03km, da sede do município até Acaú, sendo esta área caracterizada por grandes casas de veranistas, na sua maioria oriunda do estado de Pernambuco e que usufruem dos imóveis apenas nos meses de dezembro a fevereiro, deixando-as fechadas nos meses seguintes; o quarto e último território é caracterizado pelos distritos Camucin, Taquara e Acaú, normalmente identificados por possuírem moradores de baixa renda, falta de infra-estrutura e atendimento básico de saúde e assistência social. E é a partir destas características gerais que se apresenta a comunidade pesqueira de Acaú, com seus 750 pescadores registrados no Registro Geral de Pesca, sobre a qual podemos afirmar que é a segunda comunidade litorânea com maior variedade de trabalhadores da pesca, ficando atrás apenas de Cabedelo que possui pescadores industriais. A heterogeneidade desta comunidade passa, inclusive, pela contradição de ser uma comunidade formada por uma categoria de trabalhadores que também identifica a comunidade, ao mesmo tempo em que se insere num contexto de pobreza e falta de assistência por parte dos poderes públicos.

O fato de já ter conhecimento sobre as atividades pesqueiras desenvolvidas no litoral paraibano, por meio dos trabalhos de extensão e pesquisa citados anteriormente e a recente inserção a partir de maio de 2007 nos quadros da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura, em 26 de junho de 2009, facilitou minha entrada no campo de pesquisa, de modo que, como opção metodológica, a interlocução com os agentes em questão se deu inicialmente de forma espontânea nas conversas informais, nos intervalos e visitas de trabalho ou em passeios de finais de semana. Assim, a confiança adquirida com os pescadores de lagosta nos últimos 02 anos de trabalho, como agente do poder público, pôde dar uma maior credibilidade aos relatos adquiridos nas entrevistas, pois o que deveria ser um fator de controvérsia nas

narrativas se tornou motivo de maior confiabilidade expresse, inclusive, nas transcrições aqui apresentadas, de forma que a linha que separa o funcionário público, envolto por uma relação de amizade sempre cobrada, e do pesquisado ficou muito tênue, num tipo de pesquisa que acaba sendo muito mais *participante*, por isso a emergência de se utilizar do método de *pesquisa participante* neste trabalho, como uma forma de sinalizar com a perspectiva de um olhar *distanciado*, indispensável para ampliar o horizonte da análise e complementar a perspectiva de um pesquisar que está de *perto e de dentro* do campo (MAGNANI, 2002).

E na mesma perspectiva, tomamos alguns recortes de *história de vida* como opção metodológica, também entendida como “termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar”, onde mesmo que coletando as narrativas separadamente, como no nosso caso, “colhida por meio de entrevistas de variada forma (...) registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade” (QUEIROZ, 1988. p. 19).

Através de diversas leituras sobre os métodos de captação de dados através da história oral é fácil perceber, principalmente na experiência de campo, que as entrevistas podem ser conduzidas de várias formas, se dividindo, geralmente, a partir da classificação apresentada por nossa bibliografia, em *História oral e de vida e depoimentos orais* (QUEIROZ 1988, THOMPSON, 1998, BOSI, 1987). Enquanto as primeiras exigem do informante uma narração temporal e livre de sua vivência, sem necessariamente seguir uma cronologia, pois o grau de liberdade em narrar os fatos de sua vida também depende da espontaneidade com que se dá o exercício de rememoração, enquanto os depoimentos orais são narrados a partir de tópicos pontuais e direcionados pelo pesquisador, dependendo de sua orientação no momento da entrevista. Este segundo caso ocorre, geralmente, em complemento ou quando se quer aprofundar informações que não ficaram esclarecidas o suficiente para dar maiores subsídios à pesquisa. Uma vez que toda entrevista de cunho científico se fundamenta nos sujeitos em relação, pesquisador e narrador, e estes por sua vez podem demonstrar

comportamentos dos mais variados, e a experiência da entrevista nem sempre atende aos resultados esperados, pois “a captação dos dados decorre da maior ou menor habilidade do pesquisador em orientar o informante para discorrer sobre o tema” (QUEIROZ, 1988, p. 20).

A orientação das entrevistas se deu de forma qualitativa, onde a partir de um caráter dialógico entre informantes e pesquisador a condução era estabelecida no sentido de uma estruturação mais sistemática, com a devida cautela de não conduzir a qualidade das informações e comprometer seu resultado final. Tomando como referência a citação de Lang (1996, p. 45), “o trabalho com relatos de vários indivíduos de uma mesma coletividade, abre a possibilidade de leitura do social, através de múltiplas versões individuais, permitindo reconstruir através de vários relatos, a história estrutural e sociológica de determinados grupos, reconstruir a trajetória de um grupo social”.

Contar histórias pessoais, histórias familiares, fornecer testemunhos de fatos marcantes na vida da comunidade ou da região, definir tradições, instituições e visões de mundo da comunidade, ou até relatos de uma inteira existência concorrerem, quando globalmente considerados, à caracterização de elementos comuns de um horizonte e de um universo social culturalmente comuns. (CIACCHI, 2000, p.137).

Nessa mesma perspectiva, Queiroz (1998, p. 24) nos apresenta: “mesmo que o cientista social registre somente uma história de vida, seu objetivo é captar o grupo, a sociedade de que ele é parte; busca encontrar a coletividade a partir do indivíduo”. No entanto, sabendo a autora das críticas que tal método suscita, fica claro que, também aqui tomado neste trabalho para fins respaldo metodológico, “o depoimento perde seu sentido de ‘estabelecimento da verdade’ para manifestar somente o que o informante presenciou e conheceu” (p. 21). Debert (1997, p. 142) segue esse mesmo raciocínio indicando que não se espera que:

a história de vida nos forneça um quadro real e verdadeiro de um passado próximo ou distante. O que se espera é que a partir dela, da experiência concreta de uma vivência específica, possamos reformular nossos pressupostos e nossas hipóteses sobre um determinado assunto.

Estas questões, entretanto, também se evidenciam e complementam seu arcabouço de dados nas observações de campo tomadas em todo processo de pesquisa. Daí se torna possível perceber elementos que venham a preencher lacunas, esquecidas ou omitidas, e que pelos mais variados motivos acabaram por não aparecer nas suas narrativas.

Segundo Paul Thompson (1998, pp. 18-19):

A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. [...] propicia, sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário.

No entanto, o nosso interesse, no que diz respeito a esta metodologia, não se trata apenas de fazer com que o exercício da rememoração seja de “simplesmente” trazer fatos passados à tona, mas de fazer com que a memória popular seja (re)construída como parte da consciência contemporânea, pois ela, por si só, não se torna uma atividade *democrática* como se acredita, mas deve vir acompanhada de elementos que possibilitem e legitimem sua emancipação em meio à hegemonia das fontes oficiais.

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

Entrevistados	Pescador	Atividade
1.	Geraldo, 48	Mestre, pescador há 25 anos
2.	Sr Arlindo, 67	Mestre, pescador aposentado
3.	Heider, 51	Mestre, pesca há 30 anos
4.	Jorginho, 48	Mestre, ex-mergulhador
5.	Geová, 47	Pescador, ex-mergulhador
6.	José Custódio, 67 anos	Mestre, Presidente da Colônia de Z10 Acaú
7.	Zé Matuto, 45	Pescador mergulhador
8.	Erande, 21	Mestre, pescador mergulhador
9.	Bolo, 57	Coletor do IBAMA
10.	Cun, 32	Pescador mergulhador
11.	Júnior, 24	Mangueeiro
12.	Ricardo, 31	Mangueeiro
13.	Janio, 51	Presidente da Associação dos

		Pescadores de Acaú
14.	Janinho, 27	Mestre e mergulhador
15.	Comodoro, 44	Mestre e mergulhador
16.	Zé Neguim	Catraeiro na Baía da Traição
17.	Cláudio (cearense)	Mestre e mergulhador
18.	Everton, 36	Pescador mergulhador

Fonte: Entrevistas realizadas por Gonzaga Junior, entre outubro de 2008 e Novembro de 2009.

A beira da praia é o primeiro espaço a ser conhecido por qualquer pesquisador que pretenda adentrar no campo da sócio-antropologia da pesca, pois é o ambiente mais propício para iniciar o seu exercício metodológico. A praia, além de físico, é espaço simbólico do que é permitido e o que não é, do que é dizível e o que não pode ser dito (MALDONADO, 1994), fronteira do trabalho e do lazer, das partidas e da chegada, sempre tão esperada pelos que chegam e pelos que ficam, e foi neste ambiente que nos debruçamos em nossas entrevistas nas comunidades de Acaú e Baía da Traição. Quando estava para concluir a coleta do material, entrevistas e dados bibliográficos do meu trabalho monográfico, no segundo semestre de 2005, percebi que nas entrevistas realizadas com os pescadores de Tambaú havia uma reivindicação sempre presente sobre a prática da pesca de lagosta. Reivindicações estas que davam conta da necessidade de políticas públicas de crédito, renovação da frota, problemas na falta de fiscalização nos períodos de proibição da pesca, bem como de conflitos entre pescadores da mesma comunidade e de outros estados. Concomitantemente percebi que na minha pesquisa bibliográfica não encontrei obras que tratassem especificamente da pesca de lagosta no Nordeste brasileiro, o que me levou a apresentar uma proposta de pesquisa que desse conta desta categoria específica, a qual foi apresentada com êxito no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB em fins de 2007. Neste período, já trabalhava na então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, Escritório da Paraíba, na condição de Chefe Substituto, hoje Superintendência Federal do Ministério da Pesca e Aquicultura - SFPA.

Antes de iniciar minhas atividades de campo fiz um levantamento dos pescadores de lagosta que tiveram acesso ao seguro desemprego da lagosta, segundo dados do Ministério do Trabalho, o qual dava conta de cerca de 5.000

pescadores beneficiados em todo estado durante os últimos cinco anos até 2007. No entanto, o próprio Ministério do Trabalho e Ministério da Pesca reconhecem que nem todos os beneficiários que tiveram acesso ao seguro exercem a atividade de acordo com a legislação vigente. O segundo levantamento foi feito a partir dos barcos licenciados para a pesca da lagosta e seus respectivos proprietários. De posse destes dados e de conversas informais com representantes do setor e pescadores avulsos, formulamos algumas de nossas principais questões a serem levadas a campo: por que os pescadores, principalmente os mais jovens, se dedicam mais à pesca da lagosta? Por que os pescadores praticam esta modalidade (da pesca de mergulho com compressor de ar), já que é de alto risco? Há alguma mudança no sistema de trabalho entre pesca de peixe convencional e a pesca de lagosta?

Neste sentido, formulamos nossas hipóteses que dão conta de duas opiniões fundamentais. A primeira de que os pescadores destas duas comunidades, principalmente os mais jovens, dedicam-se mais a esta modalidade de pesca por ela ser mais rentável economicamente, mesmo que lhes ofereça um alto risco de acidentes, que possam até mesmo levar à morte. A segunda dá conta de que o apelo econômico desta atividade induz a uma priorização da figura do *mergulhador* por parte do armador de pesca ou proprietário do barco, o que pode levar a uma menor participação do *mestre* nas tomadas de decisão junto à sua tripulação. Com estes pressupostos em mente, iniciei minha entrada em campo, mas como neste período já estava trabalhando na SEAP/PR, precisava sentir o nível de confiabilidade que estes pescadores teriam em mim já que, neste momento, minha participação e integração nas comunidades se davam como servidor público de um órgão responsável pelo ordenamento pesqueiro no estado.

Minhas primeiras investidas em campo se deram na comunidade de Acaú, e foi na Praia da Pontinha onde passei a maior parte do tempo desenvolvendo conversas informais e observando a saída e a chegada das mais diversas embarcações do lugar, de caicos das marisqueiras que aportavam com seus filhos e outras companheiras descarregando seus sacos de 50kg cheios de marisco a botes de 8m a 15m repletos de peixe, a depender

da “maré”. A Praia da Pontinha fica no extremo sul da comunidade, banhada pelo mar e pelo estuário do Rio Goiana, divisa com o estado de Pernambuco, e é na parte do Rio que fica o seu principal porto e ponto de saída da balsa que faz a travessia até a Praia de Carne de Vaca na outra margem do rio. Obviamente que o momento da descarga é a parte mais tensa da pescaria, pois depois de horas ou dias na empreitada os pescadores, ou os mestres, têm que garantir a venda do pescado, pesar, carregar ou distribuir, receber o pagamento e fazer a partilha do dinheiro e do “peixe de levar pra casa”, e quando destas situações eu preferia apenas observar ou fazer uma conversinha rápida com os mais conhecidos: “a pescaria foi boa?”, “Matou (pescou) mais o que hoje?”, “Tá quanto o quilo desse peixe?”, e outras perguntas desse tipo. Esta atitude inibiu alguns que não entenderam, nem tinham como entender, esta minha insistência de passar dois ou três dias na Pontinha os observando. Acaú é uma das poucas praias da Paraíba, e acredito que a única, que possui um coletor do Ibama que reside no local, e sabendo desta informação fui procurar um senhor conhecido como “Bolo”. Nascido e criado em Acaú, “Bolo”, no auge dos seus mais de sessenta anos, mora na Pontinha, assim como sua mãe, seus 12 irmãos e suas respectivas famílias. Possui uma área reservada na beira da praia, cercada com um madeiramento entrelaçado por redes de pesca, com vários coqueiros e outras árvores frutíferas, além de alguns banquinhos colocados à sombra das árvores e de uma pequena caiçara utilizada para fazer consertos em redes de pesca, como forma de complemento de renda, e como ponto de apoio para suas empreitadas diárias na espera que os pescadores venham lhe informar a produção pesqueira do seu barco. Acho que a partir de minha proximidade com “Bolo” e as visitas periódicas à sua caiçara possibilitou uma maior confiabilidade junto aos pescadores de lagosta, pois várias das conversas e entrevistas foram realizadas neste local.

Depois de três encontros com “Bolo”, geralmente nos finais de semana, realizei minha primeira entrevista, a qual foi assistida por vários pescadores, pois ao lado de sua caiçara existem três dos bares mais frequentados pelos pescadores da comunidade, além dos turistas que nos finais de semana aproveitam a espera pela balsa para beber e apreciar a culinária à base de

pescado servida nestes estabelecimentos. A entrevista com “Bolo” neste dia me rendeu uma descoberta importantíssima, a qual tratarei com mais detalhes nos capítulos a seguir, pois dado o horário avançado da conversa com “Bolo”, que adentrou a noite, foi possível acompanhar a descarga de um barco de lagosta, até então inédita para mim, já que estas somente eram realizadas depois do pôr-do-sol. A escolha desse horário dá-se pelo motivo de dificultar a fiscalização dos órgãos competentes pelo fato de haver o uso de petrecho de pesca ilegal e pela pesca de lagosta com tamanho abaixo do permitido pela legislação¹¹. Mas, mesmo testemunhando a ação desta prática ilegal *in loco*, comportei-me com indiferença à situação e cumprimentei os pescadores e o proprietário do barco, os quais, um tanto quanto desconfiados de minha presença, ainda me permitiram alguns minutos de conversa e a confiança para realização de uma entrevista na semana seguinte com cada um dos três pescadores. Acho que este dia foi de fundamental importância para a realização das entrevistas seguintes, pois este ato de confiança mútua entre este pesquisador, mesmo que visto como funcionário da SEAP/PR, e os pescadores, mesmo que “flagrados” utilizando-se de petrechos ilegais, permitiu-me realizar conversas mais objetivas e com menos inibição frente aos assuntos mais delicados por ambas as partes. Na verdade, o que ficou aparente para mim com esta situação foi o enfrentamento simbólico do limite que separa o pesquisador e o servidor público presente no campo de trabalho, mas sempre recorrendo à emergência do campo de pesquisa.

Já na Baía da Traição iniciei os trabalhos de campo um pouco mais tarde. Primeiramente porque conhecia menos a realidade local e menos pescadores, se pensado em relação ao número dos pescadores conhecidos em Acaú. Mas foi a partir do lançamento da Campanha “Pesca Certo, Pesque Legal”, promovida pela Superintendência do IBAMA na Paraíba, em fevereiro de 2009, que fiz meu primeiro contato com os pescadores Geová e Comodoro, ambos representantes dos pescadores do litoral norte no Comitê Estadual para o Uso Sustentável da Lagosta, com intuito de realizar minhas entrevistas,

¹¹ Instrução Normativa IBAMA Nº. 138/ 2006 reafirmar as medidas de comprimento mínimo, sendo: 11cm de cauda para a Lagosta Cabo Verde e 13cm para a Lagosta Vermelha.

apesar de conhecê-los anteriormente. Após a realização do evento fui parabenizá-los pela iniciativa e dar o mote para nossas conversas futuras sobre assunto. Mas eles não esperaram, dirigiram-se a mim e não pouparam críticas a SEAP/PR, ao IBAMA e aos próprios pescadores da Baía da Traição que usam da pesca ilegal indiscriminadamente. No entanto, não vacilaram na hora de afirmar que, por ficarem numa situação de desvantagem frente à produção dos barcos que usam da prática de mergulho na pesca de lagosta, às vezes também se sentem “obrigados” a utilizar o método. Este gesto de crítica e autocrítica por parte destes pescadores me fez ter neles minha principal referência na comunidade, então não tardei em marcar nossa primeira entrevista.

Um mês depois visitei o pescador Geová. Numa casa popular construída por um programa habitacional do governo, mora com esposa e filho, não possui barco próprio e pesca em várias embarcações de terceiros, de acordo com a necessidade dos armadores locais, mas também faz conserto de redes para complementar a renda, principalmente nos períodos de defeso da lagosta, onde a pesca é proibida e a demanda de embarque diminui consideravelmente. Cheguei na casa de Geová por volta das 10h da manhã e ele estava consertando algumas redes, mas não se inibiu em ter sua conversa gravada depois que eu pedi sua permissão, nem tampouco se incomodou em ter que parar de trabalhar para iniciarmos a entrevista. Afinal, quem estava “atrapalhando” o serviço era eu, então que esperasse caso preferisse.

Como de regra, pedi para que ele falasse sobre sua origem e como e por que começou a pescar. Num segundo momento, pedi que ele falasse da atual situação da pesca na comunidade. É comum nesses casos os pescadores recorrerem a um tempo passado de fartura para justificar um tempo presente de escassez, mas, além disso, Geová, com apenas o ensino básico e graduado na vida, tem a clareza de que a pesca da lagosta tende a ter um fim próximo se as próprias pessoas, inclusive ele, não mudarem sua forma de agir diante da necessidade de uma atitude mais ambientalista no que diz respeito à pesca da lagosta na costa brasileira e, em especial, na Paraíba. Na oportunidade, como não poderia ser diferente, ele me fez várias reclamações sobre questões de âmbito administrativos e políticos da SEAP/PR, as quais tive

que tratar com atenção para que não transparecesse, nem era esse meu interesse, sem importância diante da intenção de obter dados para a pesquisa. Mas esta foi uma situação encontrada em quase todas as entrevistas seguintes realizadas com pescadores da Baía da Traição.

Na segunda investida, aproveitei para passar o final de semana na Baía e, no primeiro dia, apenas passei pela praia, conversei com alguns conhecidos e fui colher algumas informações no principal ponto de encontro da praia, a praça central. Podemos dizer que a cidade da Baía da Traição é no formato da letra “L”, de modo que a rua principal da cidade percorre toda ela, e a praça central fica no centro da cidade, justamente no “joelho”, ou na curva se preferir. Ou seja, a parte mais movimentada da cidade é possível de ser observada dela, por isso que também é o principal ponto de encontro e do “bom e velho” jogo de dominó nos dias de folga. Além de ser um dos principais pontos de desembarque de pescado de toda a Baía, motivo pelo qual me demorei até a noite onde pude acompanhar o desembarque da sardinha, espécie a qual é encontrada com abundância no litoral paraibano e, segundo os pescadores, é pouco explorada. Aproveitei minha estada na praça para explicar para alguns pescadores o objetivo de minha pesquisa e marcar algumas visitas em suas residências, já que, naquele local, era totalmente impróprio para alguma entrevista ou algo do gênero. A manhã seguinte, dia de sábado, é de muito sol e descubro que está acontecendo um jogo entre os pescadores da Baía da Traição contra os de Baía Formosa, do Rio Grande do Norte.

Campo cheio e jogo muito disputado, esse é o pior momento para fazer algum tipo questionamento sobre a realidade da pesca, há não ser que fosse pra saber se o pescador tal estava jogando bem ou mal. Neste caso, tive que esperar o término da partida para poder conversar com aqueles menos empolgados, e no meio deles encontro com Comodoro, o qual me chama para ir até sua casa para podermos conversar. No mesmo tempo forma-se uma roda com os pescadores “Zé Matuto” e “Zé Neguinho” que também querem que eu realize a entrevista com eles. De cara desconfiei do grau de interesse. Mas mesmo assim me comprometi a procurá-los logo que terminasse a conversa com Comodoro em sua casa. Dirigimo-nos até lá e, ao chegar, sou recebido

por sua esposa que tem uma lojinha de confecções improvisada no terraço de sua casa, e é lá que sentamos para conversar. Sandália havaiana, bermuda e de camiseta Comodoro faz questão de falar sobre sua simplicidade e sobre um filho que acaba de passar no vestibular para o curso de Hotelaria no Campus do Litoral Norte da UFPB. Fala com orgulho: *“Todo mundo aqui diz: como é que tu vai sustentar um filho na universidade Comodoro?”*. *“Bicho mais enxerido”*. Mas insiste em dizer se depender dele *“filho meu não vira pescador”*, ao mesmo tempo em que reconhece que também não há muitas alternativas na cidade. Antes de começar a entrevista propriamente dita, explico a ele a necessidade de usar o gravador já que não tenho tanta habilidade em escrever tudo que ele falar no mesmo tempo, e que inclusive quando eu for escrever meu trabalho posso não colocar o nome dele caso ele queira não revelar sua identidade, mas com toda vaidade do mundo responde com uma pergunta: *“e como é que eu vou ficar famoso?”*. Comodoro não se inibe e finge não perceber os olhos mais curiosos que passam na rua tentando entender o que se passa no terraço de sua casa. Ligo o gravador e damos continuidade à nossa conversa. Ao término, pergunto sobre a localização da casa de Zé Matuto, que antes mesmo da resposta ele encosta com sua moto e diz: *“Vamo?”*. Mas já passava da “hora da Ave Maria” e a lua nascia linda dentro do mar, então remarquei com ele para a manhã do dia seguinte. Às sete horas do dia seguinte, acordo com a Dona da Pousada me chamando para dizer que Zé Matuto estava à minha espera, desço, como uma fruta e sigo com Zé Matuto até sua humilde casa que fica depois do rio e na beira do morro, cerca de 500 metros de distância das áreas mais habitadas da cidade.

Toda cidade da Baía da Traição fica circundada pelo mar do lado leste e pelo rio do lado oeste. Casa de tijolo exposto, galinhas e patos no terreiro, coqueiros e mangueiras ao redor da casa, suas duas filhas menores, fruto do segundo casamento, brincando na frente da casa abaixo do abrigo de sua moto, fruto de muito zelo e orgulho. Como havia previsto anteriormente Zé Matuto começa me justificando os motivos que o levariam a receber o seguro defeso da lagosta ao mesmo tempo em que denunciava pessoas que não são pescadores e receberam o benefício, e, mais uma vez, um pescador que reclama a ação de um funcionário da SEAP. Mas, mesmo sabendo que

atitudes como esta dão margem para um depoimento direcionado, peço que ele fale de sua vida e de sua família, assim como sua inserção na pesca e descubro que Zé Matuto pesca de *pinicão*¹², ou seja, que ele não faz parte de uma tripulação fixa em algum barco, mas só pesca quando chamado para substituir algum pescador que, por ventura, venha a faltar na saída ao mar. Ao concluir, ele vai me deixar na praia para encontrar Zé Neguinho, que trabalha fazendo o transporte dos pescadores e dos petrechos da praia até os barcos numa catráia, espécie de jangada sem vela remada à vara. Ele conhece todos os pescadores da Baía e quase todos os barcos que aportam no lugar, pois seu trabalho exige uma carga-horária muito rígida e instável. Ele tem que estar na beira da praia sempre que estiver chegando algum barco, apesar de seu pagamento depender totalmente da proporção da pescaria de cada barco. Zé Neguinho se tornou figura indispensável para meus contatos na Baía da Traição, apesar de ter realizado apenas uma entrevista na beira da praia num intervalo entre duas embarcações que chagavam naquela tarde, mas as idas ao lugar e as informações mais relevantes da produção pesqueira dependem, necessariamente, de uma conversa antecipada com Zé Neguinho, o catraeiro.

Revedo alguns conceitos percebemos que atividades dantes baseadas num modo de cooperação mútua, formadas muitas vezes dentro do núcleo familiar ou nas relações de compadrio, redefinem-se num novo contexto onde a equidade nas relações e na divisão da produção não mais se configura no ordenamento intersubjetivo dos sujeitos. Consequentemente, a vida social do lugar é “obrigada” a também se redefinir, espaços físicos e simbólicos de uso comunitário são apropriados e negados ao uso comum, dada a individualização, frieza e objetividade dos que chegam. Assim como a cultura¹³ local tende a se reconfigurar e elaborar novas significações das relações entre sujeitos, sejam estas, nas festas, brincadeiras, religiosidade, ou no trato com a natureza. Neste sentido, percebemos que o problema não se coloca de

¹² Pinicão foi um termo encontrado entre os pescadores da Baía da Traição que define aquele pescador que não está embarcado em nenhum barco específico e que fica a espera de ser chamado para, momentaneamente, substituir algum outro pescador.

¹³ Neste sentido, percebemos que a melhor abordagem para a proposta deste trabalho se dá na reflexão de Rego (2004, p. 29) sobre a noção de cultura. Partindo da visão hermenêutica de Clifford Geertz, “a cultura se apresenta como um conjunto de estruturas de significação pelo qual seus produtores dão sentido ao mundo (a si, as suas histórias, as suas ações, aos seus objetos e acontecimentos)”.

maneira estanque, ao contrário, permeável e passível de mudanças. Pois como nos apresenta Xidieh (1976, p. 3), ao se tratar da relação de “submissão” da *cultura popular* diante da enunciação das outras culturas, onde numa mesma sociedade instaura-se a dicotomia entre sujeitos e sujeitados, os que homogeneiza e os que subsistem, apesar dos esquemas formais propostos (e impostos) por parte daqueles que dominam, “podem concorrer com a cultura institucionalizada outras formas culturais pertinentes aos grupos sociais diferenciados estruturalmente”.

Percebe-se que a cultura como construto social dos sujeitos, não somente permite ao homem adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, às suas necessidades e seus projetos, pela dominação, apropriação e transformação da natureza.

Compreendemos, então, que a *cultura da pesca* não se dá em conformidade ou de forma estática frente à dominação da cultura do mercado, ou capitalista. Mesmo que, como veremos a seguir, e adiante, esteja hoje inserida na emergência da busca por novas formas de saída na configuração do conflito de classes, aparecendo mais explicitamente nos últimos 30 anos. Um desses se configura numa determinação bastante objetiva que é a complementaridade da renda, como forma de subsistir no mesmo lugar dada a especulação imobiliária e o alto custo de vida local.

Com isso, uma das características mais importantes da pesca artesanal, a continuidade deste trabalho por parte dos filhos dos pescadores como forma de *herança*, aparentemente não está sendo afetada nas nossas comunidades em questão, diferentemente de outras localidades de pesca do estado (FIRMINO JÚNIOR, 2006), não implicando, necessariamente, na diminuição da quantidade dos pescadores, mas na forma com que se dá a relação entre eles. E, no centro desta, está o desafio básico para este tipo de problemática, considerando-a como uma cultura viva, cujas bases sociais e econômicas foram sendo solapadas pelo contato com a sociedade urbano industrial, sem que o Estado tomasse medidas de apoio a uma economia local frente aos avanços da chamada modernidade.

Deste modo, propomo-nos neste trabalho a favorecer outra leitura do

processo de mudança pela qual as *comunidades pesqueiras* de Acaú e Baía da Traição vêm passando nos últimos anos, através de uma atividade específica, que é a pesca da lagosta. Assim como já foi justificado anteriormente, nossa principal referência para este se dá a partir do patrimônio³ da memória dos pescadores e seus antigos moradores.

Comunidade toma, aqui, não o sentido do espaço delimitado geograficamente, mas, sobretudo, a determinação simbólica de se fazer parte, estar no mundo enquanto indivíduo coletivizado, onde se encontra a reciprocidade, animosidade que tornam o viver na comunidade algo mais do que o morar, mas o estar nela, enfim, *pertencer* a ela (KOURY, 2003b). Ao tentar delimitar seu 'objeto' de estudo a partir do recorte do *espaço* concernente aos pescadores de Itaipu, comunidade pertencente à cidade de Niterói – RJ, que teve sua faixa litorânea ocupada por residências de alto luxo, depois da desapropriação dos seus antigos moradores, Kant de Lima (1997) chega à conclusão de que esses grupos não podem ser mais definidos por sua localização residencial, ou mesmo pelo local em que exercem sua atividade, ou seja, pela pertinência a uma *comunidade* geograficamente definida, e que tais limites não mais estão dados no espaço físico, mas têm que ser construídos a partir das representações dos próprios grupos.

Trata-se, como se vê, de considerar a comunidade como *locus* em que se atualizam planos da vida social, compostos de conjuntos de instituições cuja afiliação separa e une pessoas, nos diversos papéis sociais que lhes são atribuídos. Assim, a comunidade local poderá ter várias fronteiras, segundo níveis diferentes de consideração (KANT DE LIMA, 1977, p. 46).

A noção de comunidade recai sobre a questão da territorialidade⁷, principalmente quando tratado no âmbito da pesca, já que o território onde esta atividade se realiza é dividido em dois meios bastante distintos, tanto espaciais quanto simbolicamente, na terra e no mar. Esses territórios podem

⁴ “Tomemos territorialidade como os processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes. Trata-se de uma significativa dimensão do comportamento humano que se orienta implícita e explicitamente para apropriar-se do espaço e dividi-lo em territórios fazendo deles *recursos* com seu interesse, a sua ação e os seus esforços para mantê-los” (GODELIER *apud* MALDONADO, 1994, p. 35)

corresponder a realidades geográficas concretas quanto a representações que frequentemente se estendem às relações sociais, na medida em que a territorialidade humana ultrapassa várias dimensões como status, identidade e prestígio, podendo constituir-se em ordenações simbólicas que passam por relações de poder e dominação. Desenvolvendo-se através do tempo, passando de uma geração para outra através da oralidade nos processos de socialização da *tradição*, nas horas da pesca e do não trabalho, como uma relevante capacidade de conferir significado simbólico ao espaço, inclusive, espaço social em que ocorrem as suas relações, e construindo *lugares*. Neste sentido, a *tradição* a que nos referimos se dá na perspectiva das sociedades que desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, “que não visam diretamente ao lucro, mas à produção cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos” (DIEGUES, 2001. p. 24). Assim como o *espaço* torna-se produto e produtor das relações sociais, ao que se pode inferir que as práticas sociais de uso, apropriação e percepção enunciam percepções do mesmo. Onde, ao se ligar às práticas sócio-espaciais, é possível estabelecer-se uma relação dialética entre organização espacial, neste sentido, uma aproximação com os critérios que são selecionados na construção de um lugar (MENEZES, 2000). E na constituição da experiência pesqueira, a noção de *lugar* toma outras conotações, como Maldonado (1994, p. 34) se refere que não só é importante, “no que se poderia chamar de sua dimensão êmica, como do ponto de vista analítico, porque falar em espaço é falar de algo amplo, imenso, indiviso como o mar ou como o céu quando se o chama de infinito”. E é a partir desta noção, de *lugar*, enquanto existência local dos fenômenos físico, simbólico e espacial, conferindo-lhes essência, significado e transcendência que pretendemos situar e contextualizar a vida social dos pescadores das comunidades de Acaú e Baía da Traição em conformação com suas perspectivas, enquanto agentes históricos portadores de *saber*.

Assim como temos poucos relatos bibliográficos que tratam da pesca e dos pescadores destas comunidades, também temos pouca bibliografia referente à produção pesqueira e de comunidades de pescadores no Brasil,

principalmente quando pensado o período que antecede a segunda metade do século passado. Pois até essa época a sociologia brasileira se dedicava aos estudos das chamadas sociedades complexas, deixando para antropologia os estudos das sociedades “exóticas”, principalmente as indígenas e depois começou a voltar seus olhares para diversos segmentos de nossa sociedade, como, por exemplo, o campesinato. Já na segunda metade do século, podíamos contar com alguns poucos trabalhos sócio-antropológicos que se ocuparam das comunidades de pescadores existentes em nosso litoral. Nas décadas de 50 e 60, já tivemos alguns trabalhos como os de Gioconda Mussolini e, mais tarde, de Alcida Ramos (cf. DIEGUES, 1983), sobre as populações caiçaras do litoral paulista e os pescadores da Ponta do Caju no litoral do Rio de Janeiro, respectivamente.

Mas foi a partir dos anos 70, que com uma maior quantidade e diversidade de trabalhos sobre comunidades de pescadores publicados no Brasil, as ciências sociais apontaram para a construção de um campo específico do conhecimento, geralmente intitulado como *sócio-antropologia marítima*, ou ainda *sócio-antropologia da pesca*. Sendo que antes deste período, estas comunidades marítimas eram estudadas com a utilização de conceitos e metodologias aplicadas às sociedades agrícolas ou rurais. Pois havia uma tendência teórica entre os pesquisadores da área, em colocar as comunidades pesqueiras como que pertencentes a um período anterior ao das comunidades agrícolas ou rurais.

Mas com a abertura do campo da Sócio-antropologia Marítima (ou da Pesca), autores de referência na disciplina, como Maldonado (1986) e Diegues (1983), aparecem com a preocupação em analisar as comunidades de pescadores como distintas das demais comunidades rurais, como forma de recorte metodológico específico e de afirmação desse novo campo.

Autores que tiveram trabalhos publicados nesta área trataram de definir conceitos e categorias para o estudo sócio-antropológico das comunidades marítimas ou de pescadores. No caso da sócio-antropológico marítima, como estudo de culturas, sociedades e subculturas marítimas no contexto da antropologia, se torna hoje um campo de pesquisa especializado de estudo

etnológico sobre comunidades que vivem do mar, especialmente da pesca.

A Sócio-antropológico Marítima estuda a variedade e a complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação dos espaços marinho que daí retiram sua subsistência (GEISTDOERFER *apud* DIEGUES, 2001b, p. 158).

Alguns outros autores preferem falar em estudo *das sociedades de pescadores ou haliêuticas*, assinalando as especificidades desse mundo marítimo/haliêutico e suas dificuldades em estudá-lo.

A pesquisa no mundo haliêutico se parece com a superfície do mar em que tudo se apaga. Ao contrário das sociedades agrárias, as quais, com pouca ou nenhuma escritura, são ricas em arquivos: a terra que produz as colheitas é uma realidade bem tangível...(...) São raros os arquivos dos mestres-pescadores; a própria raridade não é outra coisa que a expressão de um mundo efêmero que se reflete também nas ciências humanas, por muito tempo voltadas somente para o mundo rural. Em consequência, os traços das sociedades haliêuticas não são objetos de estudo sistemáticos (...) (COLLET *apud* DIEGUES, 2001b, p. 159).

Os conceitos, categorias e tipologias presentes na bibliografia referente às comunidades pesqueiras e à pesca, são tratados de várias maneiras e por várias denominações. Isto porque esta atividade se apresenta nas mais diversas formas e nos mais diversos contextos sócio-culturais, bem como nos diversos ambientes naturais. Maldonado (1994), por exemplo, considera a diversidade de relações apresentada neste tipo de atividade, a qual depende de cada realidade, adotando o pressuposto analítico comum a Simmel e Weber no que se refere à relativização dos conceitos, de “formas sociais puras” e “tipos ideais”, respectivamente, pelo fato de que são construtos culturais dotados de historicidade e que se expressam em dinâmicas próprias de cada realidade local.

Simmel diz das ‘formas sociais puras’ que não são tipos de sociedades cristalizadas e sim fragmentos que juntos vão constituir a sociedade. Falando de ‘tipos ideais puros’, Weber

abre essa mesma perspectiva redutora da natureza 'ideal' e 'pura' sugerida no seu próprio conceito, afirmando que na realidade histórica vários tipos de combinação são possíveis ocorrer na constituição de um tipo social ou de um sentimento coletivamente compartilhado como confiança, a competição ou o segredo (MALDONADO, 1994, p. 22).

E dentre os estudos que trataram da análise da produção pesqueira do litoral brasileiro, e que se debruçaram sobre as classificações desta atividade, destacamos três principais tipos de categorias utilizadas para melhor compreensão do modo de vida das comunidades pesqueiras: a *pesca de auto-subsistência* ou *primitiva*, a *pequena produção mercantil* (caracterizada pela pequena produção familiar dos pescadores-lavradores e pescadores artesanais), e a *produção empresarial capitalista* (DIEGUES, 1983); e os *pescadores agricultores*, *pescadores artesanais* e os *pescadores industriais* (MALDONADO, 1986). Esta categorização das tipologias da produção pesqueira no Brasil é feita de forma generalizada, no entanto, considerando os pressupostos citados anteriormente, consideraremos no decorrer deste trabalho suas subdivisões a partir das realidades específicas de cada região.

A pesca de *auto-subsistência* ou *primitiva* e a dos *pescadores agricultores* estão praticamente extintas do litoral brasileiro, com alguma ocorrência em locais distantes do Amazonas, praticadas dentro dos quadros das tribos indígenas ou de pequenos agrupamentos ribeirinhos, onde a associação da pesca com agricultura garante gêneros de subsistência o ano todo, seja nas pequenas lavouras durante a estação chuvosa, nos rios e lagos nos períodos de estiagem. Esses grupos de trabalho formam-se normalmente dentro do núcleo familiar, não ocorrendo assalariamento, dentro de uma economia onde só existe a produção de valores de uso. Não havendo, em muitos casos, mediação de moeda nas trocas de um eventual excedente produzido, utilizando-se dentro do princípio da reciprocidade e dos padrões redistributivos (DIEGUES, 1983, MALDONADO, 1986).

Já na *pequena produção mercantil* e dos *pescadores artesanais*, suas principais características quanto à sua forma de organização, é a produção em pequena escala, dependendo do nível de tecnologia e dos recursos utilizados

na captura do pescado, de forma que o destino final da produção é o mercado. No entanto, mesmo que, com a recente atualização de alguns equipamentos, esta categoria também se define a partir da simplicidade de seus recursos tecnológicos e o baixo custo de sua produção. Outra característica desta modalidade é que se tem apenas a pesca como sua principal fonte de renda, voltando-se necessariamente para o mercado, o que pressupõe certa divisão social do trabalho, pois dada em diferentes realidades, há casos em que os trabalhadores envolvidos não se constituem dentro do núcleo familiar ou das relações de compadrio. Nessas condições, o excedente produzido é sempre reduzido e irregular, o que baixa a capacidade de acumulação, gerando uma certa dependência aos intermediários ou das entidades como cooperativas e associações de classe (DIEGUES, 1983, MALDONADO 1986).

Já as principais características da pesca realizada dentro da organização social da *produção empresarial capitalista* e dos *pescadores industriais* são, como diz a própria palavra, em contraposição à pesca artesanal, por um tipo de produção baseada na divisão especializada do trabalho, onde as três atividades básicas – captura, industrialização e comercialização - são desenvolvidas separadamente e desempenhada por grupos de trabalho diferenciados. O sistema de distribuição varia de acordo com o contrato firmado entre o pescador e a empresa contratante, variando geralmente entre o *sistema de partes*, onde o pescador recebe a partir de uma pequena parcela proporcional a produção, ou por assalariamento (DIEGUES, 1983, MALDONADO 1986).

É importante perceber que nas obras mais recentes desses autores, eles suprimem as categorias de *pescador agricultor*, de modo que essa mudança já se dava como certo tipo de ‘prenúncio’, como é o caso das nossas comunidades em questão, pois já tratavam antes que a

expropriação de terras litorâneas pela especulação imobiliária do setor turístico e a exclusão social engendrada pela capitalização da atividade pesqueira, fatores que afetaram de maneira marcante a pequena produção agrícola destas áreas, quase fazendo – mas fazendo em muitos casos – desaparecer essa prática produtiva (REGO, 2004, p. 91).

Com todas essas transformações ocorridas no modo de vida e de organização sócio-espacial, essas comunidades continuam tendo na *pesca artesanal* a sua principal referência, de forma que Diegues & Arruda (2001) fazem uma categorização mais genérica desses pescadores como aqueles que “praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a família, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos. Esta atividade toma ainda classificações mais segmentadas dependendo da realidade de cada local ou região, tais como: “pequenas comunidades domésticas” (CUNHA, 2001b), “pesca tradicional nordestina” (MALDONADO, 2001), “cabistas” (BRITTO, 1999) e “caiçaras” (ADAMS, 2000).

Mas o grupo doméstico, ainda que importante na atividade pesqueira artesanal, não constitui mais a base das unidades de produção e cooperação. Pois, na medida em que a pesca deixa de ser uma atividade complementar para se tornar a principal fonte de renda de produção destinada ao mercado, passa a exigir mão-de-obra mais especializada, muitas vezes não encontrada dentro do núcleo familiar. Na mesma perspectiva marxista, em relação às mudanças trazidas pela urbanização das comunidades mais ‘isoladas’, Maldonado (1994, p. 29) já apresentava que “não só o parentesco prevalece nos grupos de trabalho pelo próprio fato das comunidades simples, geralmente pequenas e isoladas, serem constituídas de famílias afins, como este traço tende a desaparecer com as modificações nas relações de produção”.

Esta perspectiva também é apresentada por estudiosos que tiveram seus trabalhos desenvolvidos em comunidades próximas ou integradas ao perímetro urbano. Pois, além da produção agora ser destinada à venda, assim como o espaço urbano vem a possibilitar outras oportunidades de renda aos filhos e esposas dos pescadores, e a própria necessidade de renovação dos equipamentos de pesca, faz-se necessário um novo tipo de mão-de-obra e de distribuição da renda, que já não se reconhece a partir da lógica de partilha do grupo doméstico. A utilização do trabalho familiar seria fundamental para manutenção da estabilidade do trabalho, mas atualmente se reproduz de

maneira incerta, já que no ambiente de sua reprodução a educação formal dos filhos se apresenta como num momento de incompatibilidade, pois se torna uma alternativa ao trabalho sofrido do mar. Essa nova possibilidade de formação profissional fora do âmbito da pesca, além de ser buscada pela maior parte daqueles que seriam os futuros pescadores, é legitimada e quista pelos pais como forma de zelo pela vida dos filhos, por causa do risco presente na atividade do mar e pela provável ‘estabilidade’ da vida na terra. E como a atividade passou a ser a principal fonte de renda, e em determinadas situações há uma maior produção do pescado, o que poderia possibilitar um maior poder aquisitivo por parte do dono do barco, a distribuição começa a tornar-se cada vez mais desigual, perdendo a lógica do *igualitarismo*⁵ (BRITTO, 1999, CUNHA, 2000b, DUARTE, 1999, DIEGUES, 1983, 2001b, MALDONADO, 1994).

Desta forma, temos como objetivo central deste trabalho a análise do processo de mudança social de duas comunidades pesqueiras, aparentemente semelhantes, a partir do trabalho da pesca da lagosta e seu arcabouço de práticas sociais inseridas num processo de efetiva inserção do mercado capitalista nos últimos trinta anos, bem como entender o processo dialógico com este mercado, possível a partir de iniciativas que vem garantindo a sobrevivência dos pescadores, numa atividade de risco que é a pesca de lagosta através do mergulho, tida como única alternativa possível que venha a garantir um melhoramento na vida através de bens de consumo e de status social perante os demais, a ser entendida com uma espécie de ideologia da pesca, ou seja, maior racionalidade decorrente da inserção no mercado e de novas tecnologias (MOURÃO, 2003).

Neste sentido, dividimos esta dissertação de mestrado em quatro capítulos, da seguinte forma: No Capítulo I, apresentamos um panorama da

⁵Essa noção de *igualitarismo* na pesca artesanal se apresenta em duas ordens distintas e complementares essenciais para o bom desempenho da atividade, ordem simbólica e ordem prática. “No mar, o igualitarismo se inspira na identidade dos pescadores e na natureza cooperativa da produção marítima que se constroem em estreita proximidade. É de ordem simbólica na medida em que os pescadores se representam como iguais e libertos diante da imensidão do mar e dos riscos que podem haver por trás de cada onda ou cada ventania que se avizinha no mar alto. É de ordem prática na medida em que os pescadores precisam ‘igualar-se’ para aprender a pescar bem,(...) como a *igualdade* se inspira na imensidão e na mobilidade do mar” (MALDONADO, 1994, p. 49).

pesca desenvolvida no Brasil e no Nordeste brasileiro, mais especificamente na Paraíba, num diálogo constante com nossos atores e a situação da pesca nos dias atuais. Sendo considerada uma atividade de significativa importância social e econômica para as comunidades litorâneas que praticam a pesca artesanal, estima-se que mais de 5 mil pessoas estejam indiretamente envolvidas como o setor lagosteiro no estado, desenvolvendo atividades nas mais diversas áreas. As comunidades pesqueiras no Nordeste brasileiro apresentam praticamente as mesmas características socioeconômicas, com pequenas variações por estado e, apesar do baixo nível de estudo dos pescadores de lagosta, o pensamento dominante entre eles é de que a pesca deve ser realizada de forma que o recurso possa ser explorado indefinidamente, ou seja, que a pesca seja exercida de forma sustentável.

No Capítulo II se inicia com uma caracterização sócio-espacial das comunidades aqui apresentadas, Baía da Traição e Acaú, de modo que possamos perceber os espaços geográficos e simbólicos presentes na vida social de seus moradores. Da mesma forma, este capítulo faz uma análise das categorias dos tipos de pesca e da iniciação, continuidade e descontinuidade deste trabalhador utilizando-se das noções de *saber pescar* e *ser pescador* salientadas por Duarte (1999), numa relação dialógica com os nossos trabalhadores da pesca. Onde o *saber pescar* torna-se nada mais que o domínio da técnica e o *ser pescador* passa por um arcabouço mais complexo de relações, por ter a *senioridade mental* de conduzir os processos subjetivos de orientação e conflitos, ter as condições físicas e mentais para navegar. (KANT DE LIMA, 1997, DIEGUES, 1983, MALDONADO, 1986, 2001). Onde num segundo momento este capítulo faz uma apresentação da relação das teorias sociológicas do trabalho e o trabalho na pesca, por meio de suas práticas produtivas e simbólicas, cuja organização se dá à base da experiência de um conhecimento adquirido e atualizado constantemente, num diálogo constante com nossos atores sociais.

Já o Capítulo III é fruto de uma apresentação realizada no Seminário Regional no âmbito do Programa Lagosta Legal, promovido pela Universidade Estadual do Ceará e Secretaria Especial de Aquicultura em setembro de 2008,

Fortaleza – CE, onde o mesmo faz uma caracterização dos aspetos produtivos, ambientais e de comercialização do setor, bem como apresenta os petrechos e embarcações utilizados para a captura da lagosta no litoral Nordeste e em especial na Paraíba.

E finalizamos este trabalho com o Capítulo IV analisando as condições de mudança na divisão social do trabalho na pesca mediante uma caracterização das técnicas e petrechos, tendo como referência a noção de risco e confiança entre os parceiros que praticam a pesca da lagosta através do mergulho, que apesar de ser uma técnica proibida ainda é a mais usual entre os pescadores paraibanos. Dando ênfase aos aspectos de mudança social trazida a partir do desenvolvimento da captura da lagosta nos últimos 30 anos estruturalmente nas comunidades e na vida dos pescadores. Deste modo, utilizamo-nos da noção de *ideologia da pesca* (MOURÃO, 2003), realizada pela captura da lagosta através da pesca de mergulho com compressor, percebida como única possibilidade de transformação simbólica de um simples pescador para um pescador com maior poder aquisitivo e, portanto, com maior valor simbólico perante os demais.

- CAPÍTULO I -

“O mar é um campo”

1.1 Pra poder pescar

Muitas vezes nos deparamos com músicas e poemas que cantam a liberdade dos pescadores artesanais frente a suas empreitadas no mar, livre e indiviso. Donos dos seus instrumentos, do saber empírico das condições físicas e biológicas dos peixes, da orientação das marés e dos ventos, de suas rotas, dos momentos da ida e da instabilidade da volta. Da vida simples e sossegada das praias, dos laços vicinais, do respeito e do compadrio. No entanto, essa tal “liberdade” é contrastada com a realidade das transformações vividas nos últimos trinta anos nas comunidades pesqueiras do Brasil, em especial no Nordeste brasileiro. E mais especificamente nas comunidades caracterizadas pela grande quantidade de pescadores de lagosta. Até a década de 30, a pesca no Brasil era realizada dentro dos quadros da pequena produção mercantil (DIEGUES, 1983), com exceção dos grandes centros urbanos. Os pescadores marítimos estavam espalhados pelas inúmeras comunidades ao longo do litoral brasileiro, em resquícios de quilombos, comunidades indígenas ou caiçaras, onde geralmente dividiam suas atividades com a produção agrícola de subsistência. Enquanto a agricultura lhes fornecia os meios de subsistência, a pesca que conferia o dinheiro incerto e ocasional com que compravam o que não produziam. Em 1967, o governo brasileiro criou o Decreto Lei nº 221, a chamada Lei da Pesca, que através da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE decidiu fazer da atividade pesqueira uma indústria de base, prioritariamente, nas regiões sul e sudeste. Isso trouxe um volume de investimentos significativos para o setor por meio de aplicações de incentivos fiscais objetivando a criação de uma pesca empresarial-capitalista. Os resultados não foram os esperados e “os pequenos pescadores que somente ficaram recebendo migalhas dos polpudos recursos destinados às empresas (...) continuaram sendo responsáveis por uma grande parte da produção pesqueira no Brasil” (DIEGUES, 1983, p. 03). O fracasso dessa política em finais dos anos de 1970 fez com que o governo brasileiro

abandonasse as políticas públicas voltadas para o setor, principalmente para os pescadores artesanais, pelos próximos 20 anos, ao contrário da iniciativa privada que, na mesma corrente desenvolvimentista capitalista dos anos 60, deu continuidade ao processo de especulação imobiliária na faixa litorânea brasileira, principalmente nas praias próximas aos grandes centros urbanos, a exemplo da praia de Tambaú em João Pessoa (FIRMINO JÚNIOR, 2006), fazendo com que as vilas e comunidades pesqueiras fossem sendo expulsas e criando aglomerados de favelas mais afastadas das praias.

A pesca praticada no litoral paraibano, assim como na maior parte da região ⁶ Nordeste, é caracterizada pela produção *artesanal*, a qual “se caracteriza pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da sua produção” (MALDONADO, 1986, p. 15). Ao tratar dessa tipologia, Rego (2004) chama a atenção para uma discussão teórica travada por Britto (1999) e Adams (2000), sob a crítica do termo quando tomado no sentido de fazer parecer as maneiras de pensar e agir dos grupos como estanque no tempo.

Essa atitude ora procura considerar os pescadores como ‘retrógrados’ e ‘conservadores’, ora como ‘sintonizados com a natureza’, o que é muito relativo. As duas idéias assim concebidas desconsideram que cada comunidade possui uma história que pode comportar períodos de isolamento como de contato intenso (REGO, 2004 p. 92).

Tomando essas considerações como referência e designado a se utilizar desta tipologia, a determinação metodológica encontra sua saída em não tomá-la como algo estático, mas considerando as peculiaridades dos processos históricos de cada região.

Além dos fatores históricos e sociais que determinaram o baixo aparato tecnológico no desenvolvimento da pesca nesta região, alguns fatores naturais, como uma maior heterogeneidade das espécies que fatalmente impede a

⁶Diegues (1983, pp. 105-107) ao se referir à região, considera que o termo não trata somente do espaço geográfico, mas de um “conjunto de condições naturais, físicas e biológicas que servem de base a determinadas formas de organização social da reprodução. O espaço costeiro e oceânico se configura em termos de ecossistemas, dentro dos quais se desenvolvem processos naturais de reprodução de espécies marinhas. Nesses ecossistemas os processos biológicos dão origem a uma verdadeira indústria natural e sobre eles os homens interferem desenvolvendo entre si relações de produção e forças produtivas sociais. São essas que fazem da região a realização espacial de determinados fenômenos sociais e históricos”.

pesca de cardumes e o desnível no solo marinho, que impossibilita a *pesca de arrasto*, também são pontos fundamentais a serem considerados quando pensado sobre o baixo desenvolvimento da pesca no Nordeste, ao contrário das regiões Sul e Sudeste (DIEGUES, 1983). Pois, se consideramos que dentro do ecossistema aquático seus elementos naturais são dinâmicos e mudam de acordo com a condição climática de cada lugar, as que se estabelecem dentro dos processos das diversas formas de organização social, consideradas a partir de cada processo histórico específico, são muito mais passíveis de mudanças, e nas nossas comunidades em questão não é diferente. Para Britto (1999):

a pescaria se organiza através das relações sociais que se estabelecem em torno das condições concretas, constituindo-se numa tática de vida. Conseqüentemente, a decisão de manter, alterar ou substituir um sistema de produção não é uma questão meramente técnica ou econômica, mas uma estratégia social global (p. 43).

No Brasil, as condições naturais favoráveis, juntamente com os ciclos econômicos de alto desenvolvimento das forças produtivas em setores da divisão social da produção, motivados por políticas estatais e privadas de modernização do arsenal pesqueiro, favoreceram a acumulação de capital principalmente no litoral da Região Sudeste. No entanto, considerado o mesmo período histórico, sendo este desprovido dos benefícios das condições naturais e de ciclos econômicos favoráveis, o desenvolvimento da produção pesqueira do litoral paraibano seguiu seu curso recorrendo a métodos tradicionais com uma produção incipiente, com exceção da pesca da baleia em Lucena e do atum em Cabedelo (CAVALCANTE, 2006). Sendo a primeira extinta na década de 1980, e a segunda reduzida, consideravelmente, na década 1990 chegando à sua total extinção nos dias atuais. Mesmo havendo certa atualização dos recursos pesqueiros da produção feita no modo artesanal, nem sempre o Nordeste conseguiu acompanhar, na mesma velocidade, o crescimento e o acesso a outras tecnologias em determinadas regiões. E para debruçarmo-nos sobre nossa análise e percebermos as

características locais do desenvolvimento, apesar de serem marcadamente comuns a todas as comunidades pesqueiras verificadas em nossa bibliografia, tomamos experiências de vida individuais como elementos representativos do grupo que serão a base da nossa interpretação da arte em nossas comunidades em questão.

E como cada indivíduo tem sua história particular de inserção e participação no meio, comecemos:

José Custódio, 67 - *Mas, eu ia pro mar, mas eu num tinha bem costume porque eu enjoava muito. Eu passei seis meses enjoando, aquela embriaguez, aquela desordem dentro do intestino. Parece que se arrancava tudo, eu ficava mole e ia o pescador pescar, com meu pai pescar, não tinha condições nem de botar a linha que ele me dava grito, que ele era homem daqueles ignorantes mesmo. Pescava dois, três peixim, que essa nossa pesca era difícil, essa nossa pesca artesanal. De dois anzol, linha de chumbado, mas era a vida da gente, aquele sofrimento. Eu não comia nada no mar.*

Geraldo, 48 - *Aí meu pai já pescava, aí eu acompanhava ele na pescaria também de vez em quando, sábado, domingo sempre eu acompanhava ele pra ir pescar. Caí muito dentro d'água mais ele, ele me pegava e eu sempre acompanhava. Deixei o colégio pra ir pescar, quando era razoável pra gente, quando você se sente que tá ganhando alguma coisa é bom demais, meu pai dava peixe, vendia, dia de Semana Santa ele dava aos amigo, né isso?*

É perceptível na fala de seu Custódio e em algumas que se seguirão, que por mais que esteja narrando um passado distante, este, vez por outra, se encontrará em oposição ao presente. No entanto, é trazido à tona um período que possibilitava os mais pobres de participar do cotidiano do lugar. A vida dos filhos dos pescadores se realizaria na pesca. Assim como seu Custódio, Geraldo também remete ao trabalho de antes “*como uma pesca muito boa*”, de um período onde esta atividade já não é mais complementar, mas já exige uma maior participação dos filhos na complementaridade da renda familiar. No entanto, “*partir para o outro lado*” é uma realidade recorrente na vida do pescador artesanal, principalmente dos pescadores mais jovens, salvo algumas

exceções em comunidades com um relativo grau de isolamento (REGO, 2004).

Heider, 51 - *Eu comecei na pesca rapaz, convivendo com todo pescador daquela época. Na praia, naquele tempo não tinha muito movimento, era poucas casas, né. Era tudo deserto, tinha mais casa de taipa, de palha. Tinha só as casas de turistas naquela época. E não tinha muito, como trabalho, como meio de trabalho diferentes. Então o meio de trabalho melhor assim, pra gente que vivia como pescador. O meio melhor era a pesca. Então eu convivia com aqueles pescador, aqueles mais antigos, e eu comecei a ir pra o mar, a eles me levando pro mar. E eu comecei a gostar da pesca. E eu comecei a pegar aqueles peixes, vendo aqueles peixe muito bom de pegar, e eu fui me acostumando, me acostumando. E eu tinha uma fonte de renda até boa, que eu levava peixe pra mamãe, dava a mamãe o peixe e mamãe ia fazer o comer. Eu levava pra ajudar em casa. Eu ganhava um certo dinheiro, um trocado pouquinho, mas era pra ajudar casa. Eu ajudava, era pouquinho. E aí fui me acostumando no mar, então perdi mais a vontade de ir pro mar.*

Jorginho, 43 - *Rapaz eu comecei na pesca porque meu pai era pescador, tomava conta de barco. Aí me levava pro mar. Eu pirrai, assim na faixa de 12 anos. Aí quando ele ia pescaria assim de ida e vinda, quando ele ia pescar cavala. Saía de manhã, pescaria de inverno. Porque nesse tempo não tinha rede. É não tinha muito barco de rede aqui e os barco a pano não gostava de usar rede. Aí ia pescar cavala, ia cussιά, ia pegar isca pra cussιά. Entendeu, pra pegar Cangulo, esses peixe. Não botava gelo não porque era inverno, era muito violento. Aí ele me levava de manhã. Saía com um terralzinho de manhã e me levava. Eu vomitava demais, eu enjoava demais, não aguentava não. Sei que fui aprendendo devagazim. Comecei a pescar. Tinha a pescaria aí de Garajuba, eu pegava e ia. Os meninos me pediam pra eu tirar isca: “Só vai se tirar a isca, que não sabe pescar direito ainda”. Aí todo dia, e quando eu chagava do mar era umas quatro horas, cinco horas. Não ia nem pra casa, ia pro mangote. Tirar isca da rede. Tirar isca de camarão vivo pra ir pescar no outro dia. Aí fui aprendendo a pesca, pescar. Aí pronto. Depois que fiquei... aí fui pescar. Depois fui pescar de mergulho. Aí só que eu estorei os dois ouvidos aí eu... parei o mergulho também. Aposentei o mergulho, aí não quis mergulhar mais não. Aí eu fiquei pescando pros outros mermo, lá vai. Aí depois abriu um financiamento. Eu fui e entrei no financiamento, aí tirei esse barquinho. Faz o que? Nove anos que tenho ele e pesco com a minha família comigo. Entendeu? Aí dá pra gente sobreviver né.*

Igualmente aos demais, Jorginho teve sua iniciação na pesca através do pai, que o levava para pescar. Advindo de família de pescadores, ele também não conseguiu estudar, pois teve que se dedicar à arte mesmo sofrendo com enjões, o que é comum nos primeiros embarques. Com a profissionalização na atividade, Jorginho também começou a pescar através da prática do mergulho, mas percebeu logo o risco da atividade, e, na condição de mestre e proprietário do barco, pôde deixar a prática. Heider, diferentemente dos demais, entrou na pesca de forma “espontânea”, pois de um lado não havia aquele incentivo e/ou exigência do pai, até mesmo por ele não ser pescador, e do outro lado, como o mesmo afirma, *“naquela época não tinha muito movimento, não tinha muito trabalho”*, de forma que a maneira mais próxima de se obter renda era o trabalho na pesca. Ao mesmo tempo, ele remonta a uma época onde *“na praia, naquele tempo não tinha muito movimento, era poucas casas, né. Era tudo deserto, tinha mais casa de taipa, de palha”*.

É muito comum nas comunidades costeiras os pais estarem quase sempre presentes no contexto da iniciação e formação dos filhos enquanto pescadores. Essa presença é interpretada como uma espécie de *herança* adquirida através do longo processo de formação do jovem enquanto pescador e na apropriação dos códigos naturais através do conhecimento empírico ou transmitido pela tradição oral. O aprendizado não é fácil, a princípio se dá de maneira voluntária, quando o filho apenas acompanha o pai durante suas pescarias mais breves ou nas margens da costa, e logo, chegada à adolescência o jovem aprendiz começa a sentir a responsabilidade do ser pescador, o que Duarte (1999) vai categorizar como o sentido da *obrigação*. Ao tomar para si essa obrigação, o pescador será aceito e reconhecido como um pescador feito, legitimado como conhecedor dos *códigos culturais de acesso ao mar e ao peixe*. Mas esse reconhecimento do jovem enquanto portador dessa obrigação se consolida na constituição de sua família, de forma que a instrução dos filhos dos pequenos produtores, a exemplo da comunidade de Jurujuba no Rio de Janeiro, visa à própria reprodução do grupo produtivo e da unidade doméstica (DUARTE, 1999).

O sistema de classificação da natureza, de complexidade imensa, transmitido pela prática e observação, assim como pelas histórias contadas através da tradição oral, se constitui no repertório disponível a ser combinado, de forma a obter a previsibilidade que é a finalidade máxima do exercício da pesca” (KANT DE LIMA, 1997. p. 36).

Essas noções e práticas tradicionais referentes a este sistema de classificação respondem a um entendimento formulado na experiência das relações frente à natureza, que complementam o arcabouço de acumulação de conhecimento através das gerações, geralmente passados de pai para filho. Diegues (2001a) define Conhecimento Tradicional como “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente de geração para geração” (p. 31).

No entanto, esta realidade não se configura apenas nessa relação entre pai e filho. Apesar da base da produção artesanal da pesca ter na família a sua principal referência, ela também encontra sustentação nas relações de compadrio ou de amigos mais próximos. Segundo Maldonado (1986):

nas comunidades de pescadores, geralmente pequenas, os laços de parentesco encontram-se nas origens de um modo geral. Desta forma, pode-se ver a comunidade e, não necessariamente, a família, como fonte de força de trabalho, sendo o recrutamento familiar uma das formas possíveis de composição dos róis (p. 24).

Este é um dos mecanismos que ajudam a garantir estabilidade minimamente, pois “o primado da produção familiar tem sido considerado uma das determinantes da estabilidade dos grupos de trabalho, assim como da flexibilidade e conveniência na forma de repartição e da renda” (MALDONADO, 1986. p. 23).

Na maior parte da nossa bibliografia, a produção da pesca baseada no núcleo familiar aparece com uma constante, como forma de conveniência na divisão do pescado e de diminuição dos conflitos, que refletem na continuidade e reprodução dos mesmos.

De acordo com Maldonado (1994):

além de um mecanismo social da ordem do efetivo que minimizaria os riscos e tensões inerentes à convivência com o mar, a utilização do parentesco como referencial produtivo também é uma forma de garantir a confiança na competência dos pescadores entre si pelo pré-conhecimento e a experiência familiar (p. 72).

Esse é o caso de Jorginho, claramente percebido na narrativa abaixo.

Jorginho, 43 - *É meu sobrinho e meu irmão que pesca comigo e um menino da Baía da Traição. É ... a gente agora tá pescando de rede, rede Boieira. É uma rede que a gente arreia ela, solta ela... e tem duas sinalização, uma na frente e outra atrás. Aí ela vai a deriva pescando. Aí pronto, quando dá uma faixa de umas dez e meia a gente vai correr ela, olhar se tem muito peixe. Se tiver muito peixe a gente tira e se não teve a gente só vai tirar lá pra uma hora. Mas porque tu pesca com tua família? Não, porque é o seguinte. Quando eu tirei esse barco eles sabiam pescar. Minha família é toda de pescador entendeu? Aí por isso eu botei eles. Se é de levar os outros, vamo levar logo a família entendeu. Aí pronto, é melhor do que botar esses caba. É de casa. E outra que eles ajudam minha mãe e tudo. Dizem que família não dá certo, mas ... até agora tá dando certo e se não der certo vai cada qual pro seu lado né.*

Nas palavras de Jorginho, podemos confirmar o que foi citado anteriormente por nossos autores. A família garante a estabilidade de estar no mar, e se configura como núcleo onde se tem a confiança como um elemento presente na lida, além de manter a reprodução dos grupos que também passa por um nível de relacionamento baseado na afetividade e na reciprocidade. No entanto, ela não garante a ausência total dos conflitos, apesar de se apresentar como uma forma de organização fiel ao *bote*, ou seja, que nos períodos em que o barco se encontra quebrado ou em manutenção, mesmo integrando a tripulação de outros botes, retornam ao seu bote de origem. É comum encontrar situações onde alguns pescadores que não têm nenhum laço de parentesco com o dono da embarcação não retorna para a pescaria seguinte, pois, via de regra, ao receber o pagamento estes pescadores reservam uma renda para a família durante a semana e a outra parte serve para uso individual

de lazer, a exemplo de bebedeiras que os impossibilitam de retornar à tripulação para a pescaria seguinte.

Os mestres dos barcos procuram fazer uma seleção mais criteriosa dos pescadores que são convidados a fazer parte do seu rol, pois, apesar de não haver nenhum tipo de contrato formal da tripulação com o dono do barco, há também casos onde a confiança entre eles é capaz de formar contratos simbólicos que garantem a permanência das tripulações por longos períodos. Nas narrativas abaixo, Heider também explicita o medo dos proprietários de barcos em firmar contratos de trabalho com suas tripulações, mas que, ao mesmo tempo, têm seus direitos previdenciários garantidos na individualidade do trabalho enquanto pescadores artesanais profissionais.

Heider, 51 - *Com aqueles que é mais amigo, mais chegado. A gente faz a tripulação dos barco da gente, e aqueles caras permanecem trabalhando sempre com a gente, certo. Aí eles trabalham sempre com a gente. Qualquer coisa que acontece, ou ele acha... você tá com o barco quebrado e não vai pra maré, ele pode ir com outro barco. No entanto, você ajeitou o barco, tudo, ele volta pra sua tripulação. Ou se não ele fica trabalhando lá e você já procura outro pra botar no lugar ele. Que ninguém é cadastrado pra ficar direto no seu barco, como uma firma né. Que meu barco é pequenininho, não tem condições de fazer uma firma. Porque se fizer uma firma, você vai ter que pagar os direitos da pessoa. Então, ter que pagar os direitos da pessoa quando é um barco grande, um barco de 14m. Que leve 15 homens, 10 homens. Aí já se torna uma firma. Como aqueles barcos de pesca, que tem por aí, mas o da gente é tão pequeno que não dá pra fazer isso. Cada um é individual. Certo... cada um trabalha por conta própria. Cada um trabalha por conta própria. Apesar de ser documentado. Apesar de você ter seu documento na colônia. Qualquer acidente que aconteça no barco, sempre tem o seguro... o seguro obrigatório, que tem. Como corte, quebrar um braço, quebrar uma perna, morto. Outra coisa*

Mas essa configuração não está inerente aos conflitos, muitas vezes estabelecidos dentro da embarcação, na divisão do pescado ou até mesmo na quebra das regras que garantem a confiança. Na medida em que a pesca artesanal se volta cada vez mais para o mercado, e os instrumentos passam a ter pertencimento individual e não mais familiar, como nos casos das recentes políticas de aberturas de créditos para financiamento de barcos e petrechos de

pesca, o parentesco vai deixando de ser um elemento intrínseco tornando-se casual.

Apesar de estarmos tratando aqui da participação da família enquanto elemento constituinte característico do modo de produção artesanal, faz-se necessário percebermos que este não mais caracteriza a constituição dos róis nas comunidades pesqueiras do litoral paraibano. Logo, o grupo familiar que anteriormente configurava quase a totalidade dos róis, sempre presente nas narrativas e nas conversas informais sobre o processo de iniciação de cada um, deixou de ser uma característica local, cedendo lugar às novas configurações que implicam, juntamente com o crescimento urbano e as suas novas possibilidades de trabalho fora da pesca, numa nova configuração na ordem de participação e integração das tripulações.

Mas todo processo de iniciação, seja ele dos ‘herdeiros’, filhos dos pescadores, ou dos que não possuem nenhum tipo de parentesco, passa por um período de adaptação e aprendizado. O saber envolvido na pesca é uma marca fundamental para a construção da identidade do pescador e da manutenção de sua família. Ele se funda numa estreita relação com o ambiente particular onde vive. “Como qualquer forma de apreensão da realidade, a construção desse conhecimento naturalístico em que se baseiam os pescadores e sua atividade produtiva consiste numa sistematização de elementos significativos da natureza” (BRITTO, 1999, p. 74).

O enfrentamento do trabalho no mar se apresenta como um desafio a ser conquistado. No entanto, este não se apresenta de forma única e estática, pois vai desde o processo de adaptação do corpo à apreensão das técnicas de captura, as quais exigem força e disposição física e mental. Uma das primeiras reações do corpo ao balanço das águas do mar é o enjôo seguido do vômito. Isso leva a crer que, quando da presença de pescadores mais novos na embarcação, há uma opção de iniciar a pescaria em águas mais rasas para não ocasionar em prejuízo, pois são comuns casos em que a embarcação retorna a terra por causa do mal-estar de pescadores que ainda não se adaptaram à lida. O sol e o vento forte também são motivos de reclamações, queimaduras leves e caso de sinusite são comuns entre os homens do mar.

Mas superadas as questões físicas, graças às frequentes idas ao mar, a outra parte se dá num plano mais objetivo do trabalho propriamente dito. Mas por se tratar de questões de ordem prática, não quer dizer que isto demande pouco tempo para se adquirir. E esta se apresenta como uma das características mais próprias da pesca artesanal que é a figura do *mestre*. Apesar desta modalidade de pesca ser reconhecida pelo *baixo custo de sua produção e pelo baixo grau de tecnologia*, faz-se necessária, para o seu bom andamento, a experiência e o conhecimento de alguém que seja capaz de conduzi-la da melhor forma. Ser conhecedor dos códigos de acesso à prática pesqueira não significa apenas o fato de saber fazer as tarefas exercidas em uma embarcação, de ter o domínio das práticas mais imediatas ou mais técnicas, como, por exemplo, saber atar, puxar o peixe ou até mesmo conduzir a embarcação. Mas, o pescador feito tem que *conhecer*, ser possuidor do saber empírico, ser *mestre*, ter o conhecimento *concreto* da náutica, da mecânica, meteorologia, da relação de produção, de modo que este seja bem sucedido e aceito como tal. Maldonado (2000, p 97) vai concluir que “os pescadores têm o seu acesso aos recursos condicionados pelo nível tecnológico do instrumental pesqueiro e, sobretudo, pelo conhecimento do meio marítimo que cada grupo constrói e desenvolve na sua atuação frente à natureza”.

Um outro elemento é ser possuidor de uma disposição mental para saber se sobressair de situações como possíveis conflitos entre a tripulação, o que Duarte (1999) vai chamar de *portador da senioridade física e mental*. Esta disposição é esperada e exigida do mestre, pela tripulação, nas tomadas de decisão mais difíceis, de modo que ela garanta o bom resultado da produtividade e do retorno seguro a terra.

A *mestrança* é uma atividade de extrema importância para o êxito da atividade pesqueira artesanal, pois é o mestre que orienta a embarcação e os tripulantes, coordena a divisão do trabalho no mar e orienta o rumo certo a ser tomado em direção ao pescado. São os mestres que *marcam* os melhores lugares de se encontrar o pescado, pela falta de recursos tecnológicos adequados, sua referência para marcar os lugares certos estão na terra. Esta atividade é

conhecida como 'marcação'. Tomamos como exemplo a citação de Diegues (2001), ao se referir que:

esses pescadores detêm grande conhecimento da arte da navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação, por meio de linhas imaginárias traçadas a partir de acidentes geográficos localizados no continente (p. 47).

É a pessoa do mestre que está habilitada a orientar um outro pescador na constituição do saber. “Os mestres (...) escolhem o que, o quanto e a quem passarão o conhecimento e as informações de que serão detentores, como uma forma de herança simbólica” (MALDONADO, 1994, p. 109). Nesse sentido, o mestre detém não só apenas um conhecimento mais apurado do meio marinho, ganhando a confiança de seus pescadores, mas também, ao garantir a produção com a descoberta de novos pontos de pesca, além dos já conhecidos, garante a reprodução social de sua família e de seu grupo.

A autoridade conferida ao mestre, a qual garantirá o bom andamento da pesca, também é exigida na hora dos possíveis conflitos existentes no bote. O fato da maioria dos casos de constituição dos róis apresentados na nossa bibliografia serem constituídos a partir do núcleo familiar, de parentesco ou de compadrio, remete à reflexão de que esta preferência se fundamenta, também, na possível diminuição dos conflitos. No entanto, no caso onde os laços afetivos das tripulações são, de alguma forma, prejudicados e se apresentam como situações conflituosas, a medida geralmente tomada é voltar a terra. De forma que se garantirá o retorno seguro da tripulação e a permanência da autoridade do mestre enquanto detentor da ordem.

Geraldo, 48 – *[No mar,] Ali é tudo junto os amigos. Porque na hora de um cair o outro salvar o outro, é ou não é? É verdade, a maior verdade mermo. Ninguém quer que seja os caba pra brigar, pra fazer confusão, pra se rasgar. Você quer brigar, sua briga é lá em terra, aqui não. Lá é assim, eu ligo o barco e vamos embora. Eu já fiz isso também, eu já fiz isso no mar. Quando eu senti que o caba queria fazer isso com um companheiro meu, um bom pescador meu, que briga, aí eu pra casa. Entendeu? É. Tá resolvido ou não tá, você perde... de ganhar o que você podia ganhar, você podia matar vinte, trinta, quarenta quilo de peixe.*

Sr. Arlindo, 67 - *Eu fui uma vez com os pescador, eu num tinha barco não. Eu tomava conta de um barco. Aí foi, e peguemo uns dez Dourado grande. Encontramo uma rede no meio do mar. Um malhão. Quando eu olhei já tava em cima, aí foi simbora a traseira... a polpa do barco. A traseira é a polpa do barco, da embarcação. Foi simbora com leme com tudo. O bote ficou oco, entrou água. Baixim tava comigo esse dia. Ficou logo nervoso, se tremendo, chorando. Eu disse “tenha calma”. Botamo uns peso na frente e o barco levantou, e quando foi umas oito hora o barco... o barco do dono dessa rede pegou a gente, aí amarrou a gente na traseira do barco.*

O conflito no barco é o limiar da justificativa para o retorno imediato, já essa situação se apresenta como de extrema insegurança para toda a tripulação. *“Porque você do outro, você já sentiu porque eu vou me embora, porque aquele companheiro não tava dando mais certo com a gente”*. De modo que as formas de apaziguamento só serão tomadas com a estada em terra, pois se *“você quer brigar, sua briga é lá em terra, aqui não”*. As atitudes de tomadas de decisão do mestre dependem de cada situação, às vezes de forma mais incisiva ou, dependendo do caso, mais flexivas.

Geová, 47. *A atitude do mestre quando o clima fica pesado, que já houve clima pesadíssimo numa navegação, o único recurso melhor que ele faz é botar o barco pra beira. Ele correr pra terra, vir embora, deixar que acalme o pessoal... chame em terra, desembarca, o que pescou pescou. E que não pescou tá bom. E desembarca e no outro dia que for pra maré já tá todo mundo calmo, já é outro clima, tá outro mundo legal e volta pra o mar. Mas lá mesmo você não tem muito o que fazer. Porque naquele momento você está sozinho, a tripulação fica toda contra você. Se ficar dois a favor e dois contra, empata. Se um se um tá dizendo coisa errada, então a gente dá um gelo nele e ele fica sozinho, perdido.*

Ser *mestre* significa ser portador do *conhecer* que implica no quando, onde e por que de cada atitude tomada à frente da navegação. Esse *conhecer* é constituído por um conjunto de idéias e noções do navegar, do movimento das marés, da posição dos ventos e dos hábitos das diferentes espécies de peixe. Saber se relacionar os conjuntos dos fenômenos naturais com as atitudes que devem ser tomadas pelo grupo o qual está à frente, que resulte no sucesso da captura (DIEGUES, 1983). Ao tratar deste tema Duarte (1999) lembra que existe uma oposição interna que parece residir entre o *saber fazer* e o *conhecer*. Pois este primeiro constituiria o fundo comum à prática pesqueira

que envolve todos os pescadores, que se configura no domínio das práticas mais imediatas ou técnicas do processo de trabalho, tais como saber atar, saber puxar, por a isca corretamente, tudo que trata dos elementos básicos desenvolvidos de forma mais mecânica.

Mas a formação do pescador artesanal, que Duarte (1999) na sua categorização o denomina como *pequeno produtor*, no caso específico da comunidade de Jurujuba, não se dá apenas no campo do conhecimento técnico do *saber fazer*, mas agregado a um outro elemento que é o *conhecer*. Sendo este constituinte das noções adquiridas pelo conhecimento técnico e o conhecimento “selvagem” (no que diz respeito às questões de ordem natural). Aí se misturam as noções de cada saber que constitui o arcabouço necessário à produção pesqueira, além, é claro, dos conhecimentos sobre as ligações que permeiam a relação de produção com o mercado e com a própria tripulação na divisão do pescado. Estas características integram a análise que Maldonado (1994) faz sobre o mestre e se constituem no âmbito das relações envolvidas por um determinado *carisma*, enquanto caráter *heróico* ou *profético*, e, às vezes, pode se aproximar de uma relação de *dominação patriarcal*, no que confere a seu caráter institucional e sistemático nos casos constituintes da ação prática.

Quando se trata das narrativas e das conversas mais informais com os pescadores, o mestre é tratado como uma figura singular, em cujo conhecimento parece não haver uma noção de totalidade, um fim, pois a emergência de cada decisão, exigida de acordo com as mais variadas circunstâncias, pressupõe uma nova resposta daquele que conduz a embarcação, no sentido de que é esperado dele uma resposta ou atitude que conduza ao sucesso da operação. Maldonado (1994, p. 134) completa:

falar-se do *mestre* e da *mestrança* é falar de algo universal e indissociável à pesca, que congrega numa pessoa, num papel, um ideal social. O *mestre* é como um arquétipo que se visse à proa dos barcos, o olhar penetrante, atento, tendo nas mãos por atribuição da sua sociedade e do seu *bote* feixes de relações, de práticas e de sentimentos.

São, pois, estas e outras características que fazem com que os pescadores artesanais possam se identificar como possuidores de uma profissão. Sendo este percebido como portador de um conjunto de conhecimentos e técnicas que os permitem subsistir e se reproduzir enquanto pescadores. Esse sentimento de *pertencer*¹³ pode tanto ser percebido num plano mais objetivo pelo fato de possuir uma carteira profissional de pescador, quanto num plano mais subjetivo, de estar inserido e ser reconhecido dentro de uma *comunidade*.

1.2 - Pra ser um “*pescador feito*”

Dedicamo-nos agora a evidenciar alguns elementos, técnicas e materiais que compõem parte do arsenal utilizado no trabalho e na orientação dos pescadores no mar, descritos pelos nossos narradores, ora de forma explicativa, para que se entenda o processo da ‘construção’, ora num determinado contexto quando em uma situação específica.

Os pescadores artesanais, assim como as comunidades de populações tradicionais, necessitam de um conhecimento específico do espaço e dos *recursos naturais* a que estão inseridos ou de onde exercem suas atividades produtivas. No entanto, Diegues & Arruda (2001, p. 33) nos lembram também que essas populações:

não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Uma particularidade, no entanto, é que essa natureza diversa não só é vista pelas comunidades tradicionais como selvagem em sua totalidade, mas ela é domesticada e manipulada. Outra diferença é que essa diversidade da vida não é tida como ‘recurso natural’, mas como um conjunto de seres vivos detentor de um valor de uso simbólico, integrado numa complexa cosmologia.

⁸ Segundo Koury (2003b) *pertencer* significa não apenas ser, mas estar no mundo. É ser e estar em um mundo (numa comunidade) específico(a), que se reconhece como lugar de origem, a partir do qual se pode reconhecer a si mesmo, enquanto pessoa e aos outros. Eu enquanto nós, um ser coletivizado que representa um grupo.

Rego (2004) lembra que, apesar dessa relação diferenciada com a natureza não ser privilégio dos pescadores marítimos, é certo que nesse ambiente são geradas uma série de representações bastante peculiares. E que “o espaço marítimo se destaca dos outros ambientes onde o homem atua pelo fato de ser considerado como ‘patrimônio comum’, de ser ‘indivisível’, de ‘não se dar a uma apropriação formal e contínua’ e de conter um produto móvel e imprevisível” (MALDONADO, 1994, p. 93).

E como percebemos anteriormente, no caso da pesca, é o *mestre* o portador da autoridade, possuindo dos conhecimentos da arte da navegação e da previsibilidade do tempo e local onde encontrar o peixe. Mas esta previsibilidade só é possível quando integrada a um sistema de classificação das espécies e de orientação dos lugares onde são encontradas, acumuladas no decorrer do tempo e adquiridas constantemente. Diegues (1989, p. 199) já afirmava que “esse conhecer é constituído por um conjunto de ideais sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes, etc”. É saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas à captura. É esta previsão e sua determinação das orientações que presidem a reprodução dos grupos fundamental para a percepção de sua *racionalidade*, ou seja, da relação específica que mantém os elementos que compõem seu sistema social (GODELIER *apud* KANT DE LIMA, 1997).

Mas o conhecimento não é suficiente para o sucesso esperado em cada ida ao mar, tomado como positivo quando se retorna a terra trazendo uma boa quantidade de peixe. E para isto, os pescadores sempre contam com um outro elemento presente, ou pelo menos esperado, no seu trabalho, a *sorte*. Pois é a presença deste elemento que recompensa o duro trabalho como numa forma de superação que se interpõe no exercício da subsistência. Maldonado (1994, p. 164) define que:

na pescaria, a noção de *sorte*, que é o apanágio dos bons pescadores e, sobretudo uma qualidade pessoal dos mestres, se expressa em fenômenos que ocorrem nas tensões específicas do seu meio social, no cruzamento de outras

noções como a cooperação e competição, refletindo-se na estabilidade das tripulações e no resultado da pesca. Nessa medida ela é mais do que um dom espontâneo que beneficie alguns pescadores, propiciando-lhes sempre localizar a ‘pedra’ e quiçá tornar-se mestre.

Duarte (1999), ao remeter-se a essa reflexão, tomando o exemplo de uma comunidade que sofreu várias transformações de infraestrutura e que, por consequência desse e de outros fatores, mudou os níveis de relação entre pescadores a uma determinada oposição entre o *trabalho* e a *sorte* como expressão do sentido interior e do exterior de cada prática ‘individualizada’, sublinha que “na medida em que a busca da cumulação diferencial se sobrepõe à preservação dos [antigos] valores de igualdade, [onde] a questão deixa de ser a da partilha do ‘bem limitado’ comunal para ser da conquista, (...) penhor da ‘realização’ de cada um” (DUARTE, 1999, p.98). Contudo, percebemos também que, em algumas de nossas conversas, o elemento *sorte* vai além das escolhas, da integração da tripulação e do apanágio que se configura na representação do mestre, mas também é reconhecida na divindade, na crença religiosa, ou seja, a boa pescaria também depende da ‘vontade’ de Deus.

Mas podemos perceber nas nossas narrativas que o elemento da *sorte*, na maior parte das vezes, materializa-se através da acumulação do conhecimento empírico do mestre na localização dos principais pontos de pesca, o que exige um conhecimento detalhado do relevo marinho, dos ciclos e costumes de cada espécie. E é partindo desse conhecimento que são elaboradas “divisões” que pretendem tornar o mar um meio passível de ser explorado, estabelecendo lugares num ambiente, a princípio, indivisível.

As zonas de pesca ou ‘mares’ são grandes áreas baseadas na profundidade, composição do fundo e nos tipos de pescado de cada lugar (...) enquanto os bancos, pesqueiros ou ‘pedras’ [e *ainda tacis*] (...) são áreas menores dentro de cada ‘mar’, onde os botes ancoram e pescam a partir da sazonalidade da produção pesqueira (MALDONADO, 1994, p. 98).

Durante as entrevistas, notamos que, quando nas nossas conversas

tratávamos dos lugares de pesca mais frequentados por eles, as respostas eram sempre recorrentes aos *pesqueiros* mais conhecidos⁹. Um dos nossos pressupostos era de que, pelo fato da estrutura das jangadas não permitir uma pesca mais distante da costa e os barcos motorizados tardarem a chegar, os *pesqueiros* mais próximos eram conhecidos por todos e foram, por muito tempo, bastante explorados constantemente. No entanto, outros pressupostos foram se incorporando às nossas tentativas de se obter resposta. A primeira delas se dava no campo das relações tomadas pelas “regras” da competição, que se configura na segunda que passa pela noção do *segredo*¹⁰.

Apesar da indivisibilidade do espaço marinho, é comum se ouvir falar em “meu *pesqueiro*”, de forma que esta conotação de propriedade, apesar do limite que se impõe através do *segredo*, acarreta uma determinada “aceitação” de uso por outros pescadores que não estejam de alguma forma ligados ao próprio “dono”. No entanto, há registro de alguns casos em que ocorreram conflitos após ser percebido o uso de *pesqueiros* descobertos ou feitos por outros pescadores. Quando acontece do *pesqueiro* ser feito por algum pescador, que despendeu de mão de obra para adquirir materiais que servissem como abrigo para os peixes dentro do mar, esta noção de “posse” fica ainda mais arraigada e passível de maior proteção. Outro fato observado recentemente é que, quando da transmissão focando a localização dos lugares para os outros pescadores, filhos, parentes e companheiros, a tendência é de que esta atitude seja considerada como um ato de confiança e respeito para com aquele pescador que se forma na atividade, exigida a reciprocidade necessária na forma de manutenção do *segredo*. Logo, quando há quebra de decoro por parte do receptor, ao delatar para outras tripulações ou indicá-la, quando integrante de um outro rol que não seja o seu de origem, esta atitude é concebida como uma traição, de modo que este pescador começa a ser

⁹Se referindo ao *segredo* dos antigos jangadeiros, Cascudo (2002, p. 28) comenta que “quase todos os mestres de jangada de outrora possuíam suas Pedras Marcadas ciumentamente ocultas e jamais confienciadas nem mesmo nos momentos eufóricos da cachaça com caju com os camaradas na praia na folga de domingo”.

¹⁰ Ao tratar da técnica da *marcação*, Maldonado (1994, p. 127) remete a uma outra noção que constitui uma das características que preserva a ‘propriedade’ do lugar, que é o *segredo*. Segundo ela “no contexto da jornada de pesca se reconstroem pactos, se realizam prestações de confiança e de responsabilidade entre pescadores e mestres, assim como acontecem também espionagem, a ‘robalheira’ a traição.

percebido como não merecedor da condição de mestre ou evitado de ser inserido na tripulação, no caso de não ser proprietário de barco. Além do que, aumenta ainda mais o nível da *competição* exercida entre os barcos na busca dos melhores *lugares*, onde encontra mais peixes. Pois essa competição se daria tendo em vista proteger aqueles pontos de pesca abundantes. As imprevisibilidades reinantes nos dois mundos, terra e mar, levam o pescador a se precaver diante delas. Sendo assim, segundo Diegues (1983,):

em sociedades de pescadores de baixo desenvolvimento das forças e controle sobre determinados pontos se faz através da capacidade do pescador em, tendo-o descoberto, poder conservá-lo. Em muitos desses casos, o melhor pescador é aquele que pode localizar e conservar para si ou sua família o maior número possível de pontos sem que esses sejam descobertos pelos concorrentes potenciais. Esses pontos podem ser explorados temporariamente e depois abandonados por outros melhores, bem como constituem a herança que um mestre pode passar a seus descendentes (pp. 86-87).

A construção de pesqueiros artificiais é percebida por alguns como uma forma ainda mais individualizada, que constitui em iniciativas cada vez mais isoladas e promotoras de conflitos que não existiam antes. Mas não basta apenas fazer ou saber que tal pesqueiro existe, tem que saber localizá-lo, saber em que parte da imensidão do mar se encontra o *lugar*. Na nossa pesca marítima nordestina, tal estabelecimento é significativamente visualizado na prática da *marcação*. Os marcos de terra, por exemplo, são:

sistemas de orientação dos pescadores, feitos dos sinais inscritos na natureza com a paisagem de terra, (...) que fazem parte da náutica e da capacidade de orientação, essenciais ao acesso a maré à construção da territorialidade desses grupos (MALDONADO, 1994. p. 108).

Mas como essa prática que depende bastante da topografia ambiental, a *marcação* torna-se uma técnica de conhecimento que só tem eficácia no local onde as comunidades estão inseridas.

Heider, 57 - A marcação você faz na mente. É o seguinte: você pega três pontos cardeais. Três pontos na terra, sabe. Você marca o pesqueiro da seguinte maneira: você vai num determinado pesqueiro, num pesqueiro que você já pegou peixe nele. Aí você... na altura que esse pesqueiro tá, você vê a terra. Você vê a terra... naquela época a gente marcava pelas árvores. Porque tinha as montanha e as árvore. Uma montanha passando por uma árvore. Hoje é diferente. Você marca pelo que? Pelos edifício. Construiu muitos edifício, então um edifício ele chaga a encostar num outro edifício, é uma marca. Chama-se o caminho. O caminho é tirado por aquele edifício. Aí você corre, fazendo aquela carreira e as terras vão. Éé... posso dizer assim: as terras vão andando. Porque quando você corre pro mar, vai subindo. As terras vão se separando, as terras vão se abrindo. Então pelo norte vai ter um ponto determinado que não corre, que ele fica fixo que o outro é quem vem correndo. Então ele vem correndo, vem correndo e topa no outro. Ele vem, vem e encosta no outro. Quando ele encosta no outro, aí você chegou a altura. O caminho, a altura e a amarração. A amarração é outro do outro lado que ele vem também, correndo, correndo, correndo e corta. Aí tá o lugar marcado. Aí você vem na reta, aí quando esse aqui encostar lá e esse encostar cá. Pelo lado de cá não tem nada porque é o mar, é o oceano. Então tem que ser estes três pontos cardeais. Né? Digamos, sul, norte e oeste. Que o leste fica neutro, então três pontos cardeais, três pontos que vê a terra. Então quando você chegar naquele ponto determinado você vai mais pra frente um pouco, porque a,... o caminho vai abrir que é pra dar o tanto da corda que você vai soltar. Quando você solta a corda que vai correndo, aí você vem correndo. Aí diz "chegou no amarrador". O amarrador é porque vai encostar aqui, é o caminho certo que tá o lugar. Aí você amarra aqui a corda e o lugar fica bem aí pertinho. E você fica aqui pescando. Pegando o peixe que tá ali.

O fato de nunca termos ido a uma pescaria e conseqüentemente não ser possível perceber a nossa costa vista de dentro do mar nos impossibilitou, quando da explicação desta técnica, "visualizar" as orientações que guiam este sistema de orientação. Esta descrição feita por Heider vem a confirmar o que foi dito antes sobre o processo de acumulação dos saberes na formação do pescador, do ser *mestre*. Isso se dá porque:

esses pescadores detém grande conhecimento da arte da navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação, por meio de quais linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos

localizados no continente (DIEGUES, 2001. p. 47).

A orientação dos pontos que permitem os pescadores utilizarem-se da técnica da marcação só é possível durante o dia. Mas a pesca praticada no litoral da Paraíba também se dá à noite, feita geralmente por pescadores que se utilizam das redes do tipo *magote* e *boeira*.

Até meados da década de 1970, quando começaram a aparecer os primeiros barcos a motor, a principal embarcação utilizada pelos pescadores paraibanos era a jangada. Quase que toda a produção pesqueira do lugar provinha dos jangadeiros, os quais não eram exclusivos da faixa litorânea do nosso estado, mas, segundo Diegues (2001):

os jangadeiros são pescadores marítimos que se localizam no litoral brasileiro, da faixa costeira que vai do Ceará até o sul da Bahia. (...) Até a década de 1950 havia maior número de jangadas no Nordeste do que outras embarcações como: botes e lanchas a motor, mas que a partir desse momento o número de jangadas e jangadeiros começou a diminuir, principalmente em virtude da dificuldade em se encontrar o pau-de-balsa (piúba), de que eram feitas as jangadas (pp. 46-47).

Além do conhecimento da navegação, os jangadeiros possuíam o conhecimento da confecção das jangadas, compravam os paus e a fabricavam na própria praia. Segundo Cascudo (2002, p.137): “A simplicidade e pobreza do aparelhamento justificam sua popularidade para as atividades dos homens das praias. Integra-se perfeitamente dentro da reduzida economia praieira”.

Durante muito tempo a jangada configurou a imagem do litoral nordestino, muitas vezes utilizada como sinônimo de beleza e tranquilidade exposta nos postais e propagandas das praias das principais cidades dessa região principalmente a partir da década de 1970, momento da ascensão da indústria do turismo. No entanto, essa imagem escondia o duro trabalho e os perigos do mar enfrentados pelos pescadores dessas embarcações. Mas, por outro lado, a jangada teve grande relevância para pesca do Nordeste brasileiro, dado que ela não se reduzia apenas ao seu caráter instrumental, mas cultural e

social. E que ainda gerava espaços de sociabilidade entre aqueles que a utilizam com objetos de trabalho, à exemplo das caiçaras construídas em Natal pelos jangadeiros, citados por Cascudo (2002,), onde em certas praias, na maioria ao sul de Natal, “constroem uma barraca de folhas de coqueiro na praia. Barraca apenas de cobertura vegetal e os lados livres. É a caiçara. Clube de conversação, lugar do conserto de redes, bate-papo, vadiação domingueira, desde o comentário da vida alheia até o sono de pedra estirado na areia convidativa” (p. 22).

CAPÍTULO II

"No peito": o trabalho pesca

Este capítulo analisa o processo dinâmico-social do trabalho no grupo específico dos trabalhadores da pesca da lagosta que se distribui em duas comunidades do litoral paraibano: Acaú e Pitimbu. De um ponto de vista espacial, o desenvolvimento desta pesquisa foi realizado em duas comunidades, uma localizada no litoral sul e outra no litoral norte, pois a concentração em uma só comunidade poderia determinar erros de interpretação, na medida em que a análise dos dados recolhidos tenha como pano de fundo toda uma noção bastante genérica de pesca. E só por meio dessa ampliação espacial e de algumas comparações, face aos dados mais particulares obtidos em cada uma, tornou-se possível evidenciar a influência do meio ambiente, social, político e ainda dos modos específicos de (re)produção social e divisão do trabalho devidamente localizados no tempo e no espaço mantendo-se a noção de pesca em seu papel-chave de dentro do estudo e interpretando seus significados. Esse procedimento permitiu uma melhor caracterização das áreas de concentração do estudo. A unidade determinante da econômica local, a pesca, apresenta modalidades diversas, ante fatores físicos que, em boa parte, condicionam a produção do pescado. Tal fato é, em uma perspectiva de tempo, concomitante com o surgimento de novas formas de produção e de alterações no nível da organização social entre os pescadores de lagosta. Desta forma, faz-se necessário apresentar algumas características das comunidades em questão.

2.1 - Acaú (Pitimbu)

A comunidade pesqueira de Acaú está localizada no município de Pitimbu, possui cerca de 2.200 moradores e fica situada no extremo sul do

litoral paraibano, banhada pelo Rio Goiana, fronteira natural com o estado de Pernambuco ao sul, onde na outra margem avistam-se as comunidades de Carne de Vaca, no litoral, e São Lourenço, ao alto do morro e mais a oeste, as quais dividem os recursos pesqueiros extraídos pelos pescadores de ambas as comunidades, principalmente o camarão, o caranguejo e o marisco. Pode-se dizer que Acaú é hoje uma das comunidades pesqueiras litorânea com maior diversidade de categorias de trabalhadores da pesca em todo estado, pois registramos na pesquisa de campo pescadores artesanais dedicados a pescarias de peixes diversos, que tanto utilizam botes a motor quanto canoas, marisqueiras, catadores de caranguejo, pescadores de camarão e pescadores de lagosta, com exceção de Cabedelo, que dentre outras categorias possui um número considerável de pescadores industriais. Com cerca de 1.200 pescadores e pescadoras registrados/as no Registro Geral de Pesca – RGP¹⁴ do Ministério da Pesca e Aquicultura na Paraíba, além de algumas dezenas que, por motivos diversos, não possuem registro.

A área que compreende a comunidade de Acaú se dá numa faixa litorânea de aproximadamente 2,5 km, localizada entre os canaviais e o manguezal que circundam sua parte oeste, o mar do lado leste, o mangue e o Rio Goiana limita a comunidade para o sul e uma faixa de terras privadas e casas de veranistas que se estende pela costa até a sede do município de Pitimbú ao norte. Segundo o pescador José Custódio:

Acaú era muito atrasado, muito atrasado. As casinha de palha, casa de taipa, aquela coisa, né?! Tudo atrasado. Eu pra estudar eu vinha do sítio pra estudar em Ponta de Coqueiro. A gente passava com a água no pescoço, com a roupa na cabeça, era aquela confusão toda. Muito difícil. E as casinha tudo... tudo fraca. Tudo era... Agora o que tinha muito era produto. Peixe tinha muito barato. Lagosta tinha... tudo tinha muito. Só que era tudo mais barato, né?!

¹⁴ O Registro Geral de Pesca – RGP foi criado através do Decreto-Lei 221, de 28 de fevereiro de 1967 e é um instrumento do poder executivo que visa legalizar a atividade pesqueira e credenciar pessoas físicas ou jurídicas para exercerem atividades de pesca e aquicultura

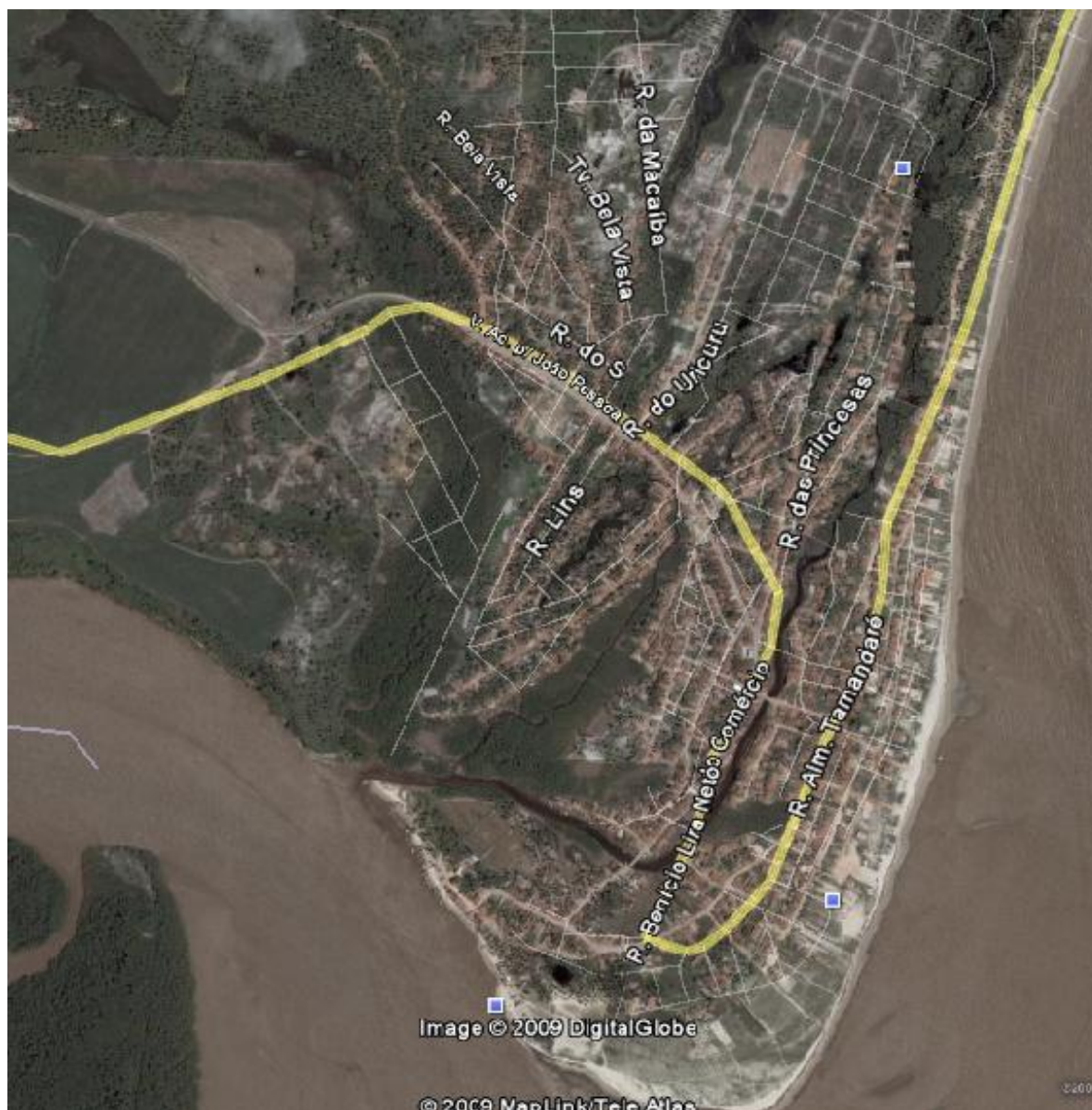


Foto 1: Imagem aérea da comunidade de Acaú

Fonte: Google Earth

A comunidade é marcadamente caracterizada pelo desordenamento urbano e pela falta de infraestrutura básica, e sua ocupação deu-se de maneira gradual iniciada a partir da Praia da Pontinha, ao sul da comunidade, e se estendeu no sentido norte. Contam a história de que o antigo proprietário das terras, conhecido por Sr Marco Donzinho permitia a construção de casas, desde que não necessitasse cortar algum coqueiro da área, então as residências foram sendo construídas ao lado dessas árvores, sem que se precisasse cortá-las, o que não permitiu uma linearidade na delimitação das

ruas do que viria a ser a comunidade de Acaú, como conta o Sr Marcílio:

(...) Aqui toda vida teve casa em Acaú. Só que era um sítio, né?! Era um coqueiral... isso aqui tudo era coqueiro. E a gente não comprava terreno aqui. A gente pedia a “Marco Donzinho” um terreno e ele mandava um empregado dele escolher o terreno. A gente escolhia e ele dizia, “ó, faça ela assim, a casa assim, assim, agora que não fique debaixo do coqueiro, para não cair coco, porque o coqueiro ele não derruba.” É por isso que hoje Acaú ela é toda desorganizada. As casas é uma lá pra frente e lá pra trás porque a gente livrava o coqueiro, e teve pessoas que teve condições fez de tijolo e não derrubou mais aí comprou o terreno e continua nessa vida, né?!

Como a principal fonte de renda era a pesca, já que a oeste da comunidade se encontra o manguezal e posteriormente o canavial, não havia possibilidades de implantação de culturas agrícolas, desta forma, uma das saídas para aqueles proprietários da faixa litorâneas era o cultivo de coqueiros, os quais eram tanto presentes na região central de Acaú como na Praia da Pontinha, e da mesma forma se reproduzia a lógica habitacional do lugar. E Sr Marcílio continua a afirmar que na Pontinha:

*Era da mesma forma. Da mesma forma. Só que a Pontinha... a proprietária de Pontinha, do sítio de Pontinha, ela toda vida conviveu em Pontinha, vivia em Pontinha, era diferente porque aqui o dono morava em Pitimbu e a dona de Pontinha ela “vive” ali, e ela não deixava fazer casa à toa, né... aí sempre ainda tem aquele coqueiral medonho, né?! **Gonzaga: Como é o nome dela?** É dona Jacira. Ainda é. Ela mora depois da ponte. Pertence à ela. É tudo dela e sempre ela vende. De Ponta de Coqueiro pra aqui pra Acaú, tinha o sítio de seu Avelino que... ele morreu e foi dividido agora, e pertence a Geraldinho de Ponta de Coqueiro à Acaú. Aí também ta vendendo os terrenos. Naquela época isso era uma areia medonha. A gente andava de pés. Ou de bicicleta. Eu morava em Ponta de Coqueiro e trazia o peixe na cabeça pra aqui. Pra uma empresa com nome de Ampesca. Na época, o presidente da Ampesca aqui chamava seu Alcino. Você ouviu falar que ele morreu agora a pouco. E foi quem me ajudou muito também, eu sempre eu acostumei trabalhar junto com ele, aprendi muito com seu Alcino, um pescador muito veterano e eu aprendi muito com ele, né?*

As calçadas são disformes, de modo que algumas casas possuem um recuo muito grande ao passo que outras não possuem calçada. Suas casas são, na sua maioria, de alvenaria, mas é comum encontrar casas de taipa e

palha nas áreas mais próximas ao manguezal. Assim como na maior parte das praias do Nordeste brasileiro a comunidade foi sendo ocupada por novos moradores e veranistas que, através da especulação imobiliária, compraram as áreas mais próximas à praia, que com suas grandes construções criaram um “muro” que os separam dos moradores nativos.



Foto 2 e 3: - Acaú: de cima para baixo – destaque para a rua com a frente das casas sem linearidade e na sequência a entrada da Rua do Povo
Fonte: Gonzaga Junior, 2009

A população de Acaú advinda principalmente da zona da mata pernambucana, de cidades circunvizinhas, de moradores da sede do município e mais recentemente de pescadores cearenses vindos pela promessa de pesca da lagosta farta na região. O número crescente de moradores e de novas moradias aliada à falta de acompanhamento e fiscalização por parte do poder público local levou a comunidade a um rápido esgotamento de suas áreas com capacidade habitacional, e já na década de 1980 as residências foram sendo construídas em aterramentos que adentrava o manguezal, no que hoje é considerada a parte central da comunidade, e que além do desmatamento, aterramento e ocupação ilegal da área de proteção ambiental, o rio passou a receber resíduos advindos do esgoto doméstico, como relata o José Custódio:

Aqui toda vida foi desse jeito. O cara vem, chega aqui, aí trás uma carrada de areia, uma carrada de barro e coloca no meio da rua, aí não se paga nada. Aí vem e faz uma casa, também as vezes quando o fiscal da prefeitura vê que vai [...] muito bem, senão ele quando vier tá pronto. Aí Acaú cresceu desordenadamente assim. É por isso que é muitas casas. As ruas... tem rua aí que só tem três metros, quatro metros, né, que deveria ser seis, né?! Tem tua aí que tem quatro metros, não passa dois carros. É porque as casas ficaram muito... e depois de construída ninguém podia mais pagar, né, desapropriar, eles também não podia fazer aí ficou nisso. É por isso que ele cresceu assim.

Esse estrangulamento habitacional da comunidade com toda a sua área ocupada, com a chegada de novos moradores e de novas famílias que iam se constituindo, a parte do manguezal ainda preservado também está sendo aterrada, formou um aglomerado de vielas que se adentra cada vez mais no mangue e hoje é conhecido como a Rua do Povo, numa alusão muito clara ao nível socioeconômico dos moradores que lá residem, advindos das camadas mais populares da região, casais novos, idosos, cortadores de cana-de-açúcar, catadores de caranguejo e marisqueiras. Morar na Rua do Povo é sinônimo de pobreza, exclusão e preconceito. Como os locais dizem se referindo a origem pobre dentro da comunidade: “é lá do Povo”. Suas casas são, na sua maioria, de taipa, não existe quintal, o que permite trânsito livre entre as casas geralmente sem muros, não há nenhum tipo de esgotamento e os dejetos, assim como o lixo, são jogados diretamente no rio.



Foto 4: Destaque para a ocupação das casas sobre o mangue

Fonte: Gonzaga Junior, 2010



Foto 5: Unidade Saúde da Família e a sede da Colônia de Pescadores Z-10

Fonte: Gonzaga Junior, 2009

Como esta ocupação é feita numa área de manguezal o lençol freático é muito raso, o que impossibilita a construção de fossas, de modo que para os moradores se desfazerem de suas fezes, defecam em sacolas plásticas e depois as joga no rio. Esse tipo de acomodação dos dejetos é vulgarmente chamado de “*Pombo sem Asa*”. Como as construções das casas e os sentidos das ruas não seguem nenhum tipo de ordenamento urbano permitiu-se a formação de uma grande lagoa que se estende no núcleo desse aglomerado pela parte traseira das casas. Ocasionalmente um acúmulo de lixo e dejetos humanos que beiram as residências quando a maré enche, adicionado ao mal cheiro muito forte, além de permitir o aparecimento de várias doenças de pele e infectocontagiosas, principalmente nas crianças, através de moscas e ratos. Segundo o pescador Piroca, 47:

A rua do povo era muito falhada. Tinha muito mangue. Mangue era muito. Aí tinha dez, doze casinhas, aquelas coisinhas. Mas aí começou a vir gente de fora. Acaú é bom. Aí você chega em Acaú, aí você tem caranguejo de graça, tem marisco de graça, lá ninguém impata você pegar e é assim. Aí foi começando a vir gente. Veio gente de Abreu e Lima, veio gente de Goiana. A maioria do povo, e do povo do povo vieram de Goiana. É. Aquelas pessoas carente que moravam no Balde do Rio. Tem uma ponte grande que se chama Balde do Rio, que a água cobria, derrubava as casas e eles voltava. O prefeito pagava e eles voltava de novo. Então tem muita gente de lá. Aí por isso que, também eles foram se alastrando, foram

derrubando aquelas parte de mangue. Quando o IBAMA passava, tava derrubado. Quem foi?! Ninguém sabe. O caba derrubava e saía, e daqui a pouco quando passava já tava aquela taperinha de taipa, de... arrochada de palha. Aí quando via tava... aquele negócio de índio, né?! Aí foi crescendo, aí foi gente. Chegando mais melhor de vida, aí fez uma casinha de tijolo e outros já... né?! Porque aí chega gente... quando aproveita que o terreno é de graça, aí vem a pessoa se aproveitando, né?! Porque hoje a gente tem na pesca, se fosse tudo bem dividido para o pescador, o pescador tava no céu. Infelizmente ainda tem alguém que ele puxa um pouco e o pescador coitadinho fica lá sem, né?! O governo tem uma boa intenção, né Júnior, agora às vezes tem pessoas que divide, separa muito, né?! E aí é esse tipo de coisa, o lado do maguezal, que o cara chegava lá e fazia sua casinha, veio gente que ele tinha condições de fazer uma casa boa, de comprar uma casa boa. Mas também ele foi ali, se localizou e hoje ta... até uma mansão, né?!

Mesmo com estas características é possível perceber o crescimento populacional da comunidade nos meses de verão. Normalmente, de dezembro a fevereiro Acaú é tomada por turistas e veranistas que lotam suas praias e bares, principalmente nos finais de semana, o que geralmente ocasiona alguns transtornos no abastecimento elétrico e de água potável que não suporta o estrangulamento populacional deste período. A praia é o local de maior concentração dos turistas nesta época, e a rua de acesso que possui em torno de cinco bares, um clube e uma sorveteria, além da igreja católica local. Já a praia da Pontinha, que margeia o Rio Goiana, é o espaço de concentração e atracadouro dos pescadores, que após dias de pesca aproveitam o porto para fazer a manutenção e limpeza dos botes, bem como dos caicos. A Pontinha também é referência para quem quer fazer a travessia até o lado pernambucano através da balsa que faz o transporte de carros e pedestres até a paria de Carne de Vaca. Há 400m do local da balsa, adentrando o rio, existe um braço de rio que dá acesso à comunidade, e serve tanto de atracadouro para barcos que irão fazer manutenção, já que existem dois estaleiros a partir desse acesso, quanto rota dos caicos dos pescadores que moram na Rua do Povo, principalmente as marisqueiras que retornam das *croas* com sacos que chegam a 50kg de mariscos *in natura* cada.

2.2 – Baía da Traição

Considera-se que a Baía da Traição é um dos núcleos de povoamento mais antigo da Paraíba. Com uma população estimada em 7.314 habitantes (IBGE 2006), esta comunidade pesqueira localizada no litoral norte do estado, a 79km de distância de João Pessoa possui cerca de 720 pescadores inscritos no Registro Geral da Pesca - RGP do Ministério da Pesca e Aquicultura. Território tradicional conhecido pela presença dos índios Potiguara, esta comunidade tem na pesca uma de suas principais referências. Na época da conquista da Paraíba, os Potiguaras, pertencentes à grande família Tupi-Guarani, habitavam as grandes extensões de terra desde Pernambuco até o Maranhão, constituindo-se na maior e na mais poderosa de todas as tribos existentes no Nordeste brasileiro, com uma população avaliada em cem mil pessoas. Seu povoamento deu-se início a partir da chegada de colonos portugueses e de nativos que se dedicaram principalmente às atividades agrícolas e pesqueiras.

Segundo dados do recenseamento de 2000, feito pelo IBGE, dos dez municípios brasileiros com maior percentual de população autodeclarada indígena, Baía da Traição ficou em sexta posição, visto que 57,7% de seus habitantes se declararam indígenas (IBGE, 2009). Sua vegetação é predominantemente e está parcialmente preservada, com exceção para as áreas dedicadas à plantação de cana-de-açúcar, fonte de especulação dos grandes latifúndios acúcareiros sob as terras indígenas. Seu litoral é um dos mais belos do nordeste, e partindo da Aldeia do Forte até a Prainha a comunidade tem a configuração de meia-lua. Da mesma forma, seu litoral está localizado entre a foz do Rio Camaratuba e à foz do Rio Mamanguape, medindo aproximadamente 40km entre ambas, nele existindo as praias Cardosas, Tambá, Painha, Forte e Coquerinho, todas tomadas por ondas revoltosas tornando-se assim *picos de surf* preferidos desses atletas.

A Terra Indígena Potiguara pertencente à Baía da Traição possui cerca de 3.093 habitantes distribuídos pelas povoações, Acajutibiró, Cumaru, Forte,

Galego, Santa Rita, Laranjeiras, Silva, Bento, Tracoeira, Vila São Francisco. Até a década de 70 estas comunidades eram caracterizadas por grande produção de arroz, mandioca, abóbora, banana e milho, mas com encharcamento da várzea do Rio Sinimbu a saída foi o aproveitamento através do cultivo de camarão, com grande ascendência registrada na segunda metade dos anos 90. No entanto, o desmatamento das margens assim como as dragagens, estão causando o assoreamento do rio. As águas estão contaminadas pelo lixo, por dejetos de peixe e mariscos que são jogados pelos próprios ribeirinhos. Da mesma forma, a construção de viveiros de camarão nos mangues está ocasionando muito desmatamento da área, além das toxinas que são jogadas junto ao lixo.

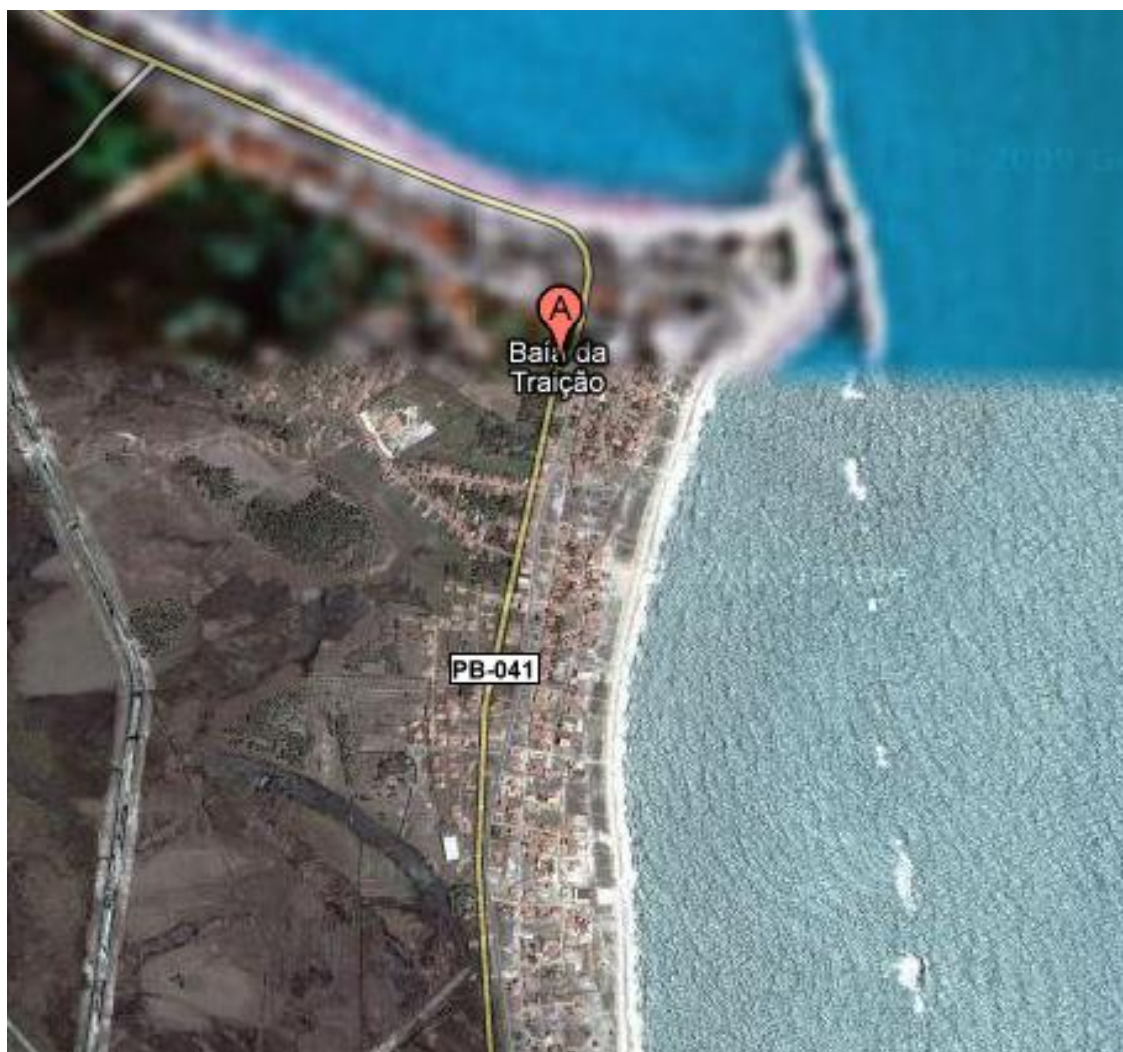


Foto : Vista aérea da Baía da Traição

Fonte: Google Earth

A entrada da sede do município, logo após a aldeia Akajutibiró que fica à direita de quem chega, é ornamentada com um portal que une as duas grandes características da comunidade. Um arco indígena gigante transpassa a rodovia, ostentando por uma coluna ao meio no formato de uma flecha que juntas caracterizam a origem indígena. Na base da flecha, entre as duas faixas da rodovia, se estende uma canoa que dá conta da referência pesqueira do lugar. Seguindo a estrada, que logo se transforma na avenida principal da cidade, nos deparamos com a praça principal, ponto de encontro dos nativos e dos visitantes, onde ao seu lado direito temos a Prainha e a esquerda a continuidade da avenida que segue por 3km até a entrada da Aldeia do Forte, término do perímetro urbano. A Baía da Traição toma o formato da lestra “L”, sendo que numa margem temos o Oceano Atlântico e na outra o Rio Sinimbu. Nos últimos 20 anos, o lugar vem sofrendo grandes danos causados pelo avanço do mar e de acordo com os mais velhos, antigamente o mar da Baía da Traição, era mais ou menos uns 100 metros de distância de onde hoje é a margem do mar. Porém, o mar está invadindo o município aos poucos. As barreiras de proteção (quebra-marés) estão se partindo, devido à ação dos mares. Da mesma forma as marés estão cada vez mais violentas e começam a invadir os viveiros de camarão que estão nas proximidades da beira-mar (IBAMA, 2007).



Foto 6: Portal de entrada da cidade

Fonte: Gonzaga Junior 2010



Foto 7: Praça principal, com destaque para a destruição causada pelo avanço do mar

Fonte: Gonzaga Junior 2010

Mesmo enfrentando esta situação, a Baía da Traição é conhecida por suas belas praias, muito frequentadas por turistas de todo Brasil. Grande parte das casas da zona urbana pertence a veranistas, geralmente originários de municípios paraibanos como Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Mamanguape e Rio Tinto, que assim como acontece em Acaú, grande parte dessas casas são frutos da especulação imobiliária que expulsou os pescadores da beira da praia, bem como, em alguns casos, derrubaram suas caixaras.

Um terço do número total de pescadores residentes na Baía da Traição nasceram no lugar, cerca de 221 do total de 720. Presume-se que a pesca abundante dos ciclos dos anos 70 e 80 fez com que muitos homens nascidos em praias no litoral norte riograndense e pernambucano tenham mudado para tentar a sorte ou até mesmo vindos por falta de opção dadas as dificuldades encontradas em seus respectivos lugares de origem. Pois como conta o pescador Geová:

Quando eu cheguei aqui, como eu falei, eu tinha seis anos de idade, a pesca na Baía da Traição era de covos, e os barcos que eu lembro que pescavam aqui era os barcos de doutor Hugo. Era uma empresa que eu não me recordo o nome, só sei do nome do dono que era doutor Hugo, e que entre esses barcos tinha três barcos de ferro. A pesca da lagosta aqui rendia tanto que sustentava as comunidade indígena com cabeça de lagosta. Tanto que não tinha mais como levarem, e o resto era jogado aqui onde a gente ta morando. Que era chamado sítio do [...] isso aqui foi do meu tio. Finado Chico [...]. Era jogado aqui para os urubus que comiam, assim, que apodrecia porque não tinha quem desse vencimento da quantidade que era grande.

Da mesma forma Zé Matuto, vindo do interior de Pernambuco, expõe sua dificuldade inicial na lida com o mar, o que acabou originando seu apelido. Mas a necessidade de trabalhar se sobrepôs aos desafios frente a esta atividade de risco nunca enfrentada antes.

Zé Matuto: *Eu sou pernambucano. Faz uns vinte e cinco anos que eu moro aqui na Baía da Traição. Aí quando eu cheguei aqui, na época eu nem conhecia o que era o mar, ta entendendo?! Aí meu cunhado Orlando me levou na beira da*

praia uma noite quando eu cheguei. “Vamos olhar o mar”, aí eu disse bora. Quando eu cheguei na beira da praia bem pertinho a onda me cobriu. Num sabia nem o que era mar. Aí eu, carreira. Aí meu cunhado me botou esse apelido Zé Matuto. Quando foi no outro dia eu já fui pro mar pescar. Comecei pescar... pesco peixe de rede, pesco de linha, faço todo o serviço na maré eu faço. Vomitei muito, passei muito mal, mas precisava né? Fazer o que? Depois acostumei e hoje meus menino pesca tudo comigo.

Independente da origem natal dos pescadores da Baía da Traição, todos sofreram com o processo de especulação vigente nas pequenas comunidades pesqueiras do Nordeste que expulsou os pescadores da faixa litorânea e os empurrou para vielas mais distantes dos portos e entrepostos do pescado. Com exceção dos pescadores residentes na Aldeia do Forte, área indígena mais ao sul da cidade, toda a praia é ocupada por casas de veranistas.

2.3 – Teorias do trabalho e pesca

Após esse panorama geral do que virá a ser a nossa discussão sobre a pesca e os pescadores de Acaú (Pitimbu) e da Baía da Traição, além dos conceitos e tipologias apresentadas no capítulo anterior, dedicamo-nos agora a tecer essas referências com as narrativas dos nossos atores. Nas linhas e entrelinhas das citações, das narrativas, nas figuras e nas nossas reflexões, esperamos possibilitar outra, se pensada no sentido multiplicador do termo, leitura do trabalho na pesca e dos pescadores dessas comunidades. Deixando claro que alguns assuntos citados anteriormente virão à tona como forma de complementaridade, uma redundância necessária que dará corpo ao nosso trabalho. Nesse sentido, questões a serem respondidas no decorrer do texto, tais como: *os pescadores de lagosta respondem, por meio de suas práticas sociais, aos impactos impostos pelo desenvolvimento do capitalismo no universo da pesca, elaborando alternativas possíveis de sobrevivência? Como as lógicas de organização societária dos pescadores artesanais dessas comunidades assemelham-se quando estes elaboram mecanismos de reprodução social diante de novos contextos socioambientais? E como os*

pescadores mantêm seu modo de vida e a organização tradicional de seu trabalho frente às determinações de uma nova racionalidade capitalista? Todas estas questões serão colocadas, direta e indiretamente, de modo a desafiar o método científico em suscitar respostas à realidade vigente.

Para entender as práticas sociais usadas pelos pescadores artesanais da Baía da Traição e de Acaú na busca de alternativas possíveis de reprodução social, a perspectiva histórica mostra que devemos interpretá-las como parte de um processo mais amplo, pois “dicotomizar o centro das ações entre local e global não parece ser o caminho mais promissor para explicar a riqueza das relações implicadas nesse processo” (CAVALCANTI, 1999). Pois os pescadores artesanais são sujeitos sociohistóricos que se apropriam de maneira bastante peculiar de um recurso natural particular – por ter seu uso livre e por sofrer mudanças ambientais constantes, por meio de suas práticas produtivas e simbólicas, cuja organização se dá à base da experiência de um conhecimento adquirido no transcurso da vida e que tem na esfera do trabalho sua essência. Utilizam tecnologias artesanais, independentemente de possuí-las ou não, que permitem pouca ou nenhuma capacidade de acúmulo de capital, e seu potencial de atualização dos meios é relativamente lento frente às demandas de mercado.

Desde o início da colonização, muitos indivíduos nativos (índios) e mestiços sobreviviam da pescaria, habitando localidades que não interessavam, naquele momento, à expansão da lavoura canavieira. As referidas populações formavam, em algumas áreas, pequenas aldeias na beira das praias, com casas típicas feitas com telhados de palhas de coqueiros, dando uma ocupação socioeconômica ao litoral (RIBEIRO, 1995). Alguns desses trabalhadores e seus familiares conseguiram, durante bom tempo, viver com certa,

autonomia” social e econômica, tornando-se detentores de características singulares em seu modo de vida por desenvolver modos “particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica...” (DIEGUES, 1996, p. 14).

No decorrer dos séculos, negros e mulatos destacam-se, no Nordeste, na qualidade de “dominadores” das águas dos rios, estuários e mar (RAMALHO, 2006), sem deixar de manter e utilizar habilidosamente as técnicas de captura e navegação anteriormente existentes, ora a canoa, a jangada (influência indígena) e as redes de emalhar e envolver (heranças portuguesas, mas algumas de emalhar feitas de *ticum*, produtos do saber nativo), ora as técnicas de captura de peixes por tapagem de algumas áreas dos rios de acordo com o fluxo das marés (prática indígena) e de navegação (portuguesa) (MUSSOLINI, 1980).

Todavia, não se pode negar que, para se reproduzirem nesses espaços naturais, os pescadores criaram particularidades de relações socioculturais, seja no caso do ambiente marinho, pela edificação de um rico imaginário de relações de solidariedade nos barcos frente aos riscos impostos pelo oceano, de trabalho num espaço extremamente móvel, “infinito” e distante da terra, seja no espaço estuarino, geograficamente limitado e próximo a terra, regido pelo fluxo diário realizado pelo movimento das marés e dos ciclos naturais de reprodução e migração de espécies (MALDONADO, 1994, RAMALHO, 2006).

É válido lembrar que a pesca em parte do Nordeste, de modo geral, tornou-se, uma atividade marginal e/ou apêndice dentro da economia açucareira, segundo o perfil dos indivíduos que se mantiveram no trabalho e do papel que o setor pesqueiro exerceu, subordinadamente, em diversas situações. Na pesca, devido à pluralidade de recursos naturais aquáticos, homens e mulheres encontraram-na como sua única possibilidade de sobreviver. Pois “até 1888 muitos escravos trabalharam em jangadas, alugados por seus amos [...] À tarde, enalhada a embarcação, voltavam levando os peixes que eram vendidos em benefício do ‘senhor’” (CASCUDO, 2002, p. 30). Todavia, não estavam na mesma situação de opressão dos negros que se vinculavam à atividade da cana e/ou afazeres domésticos, porque, além de trabalharem com maior “autonomia”, podiam tentar juntar dinheiro para comprar suas cartas de alforria (SILVA, 1993). Atualmente esta marginalidade dar-se

também pela instabilidade da produção e pela informalidade da relação presente nesta atividade, como demonstra em sua narrativa o pescador Baianinho.

Baianinho - *Nós não tem um salário de prefeitura, nós não tem emprego nenhum. Só vive da pesca. Ta entendendo? Aí como eu lhe digo. E outra que nós tamos nessa dificuldade de receber o seguro desemprego da gente que ta meio atrasado, pra poder fazer um trabalho num barco, né, de uma navegação quando a gente ta precisando, que nem eu disse ontem, que a gente ta precisando de um trabalho muito sério pra gente começar a luta da pescaria de novo. Aí agora eu to pescando com meu cunhado, porque o meu ta quebrado. Sempre foi difícil, pesca né nada fácil não, nunca foi. Mas nós gosta né Júnior*

O mar, tanto o “de fora” como o “de dentro”, é o ambiente de trabalho masculino por excelência, não se permitindo o emprego da atividade feminina na pesca embarcada. Ao longo do tempo, as mulheres sempre foram catadeiras ou marisqueiras. Junto com seus filhos e filhas ocuparam as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, siri, sururu e mariscos de modo geral. E essa problemática relacionada à marginalidade socioeconômica não se fez sentir apenas nesses últimos anos, uma vez que sempre esteve presente na vida dos pescadores, historicamente, assumindo características específicas. Essa visão de um passado idílico em que os pescadores habitavam quase uma situação paradisíaca é completamente enganosa (LOUREIRO, 1985), posto que o contexto de precariedade e de depredação dos recursos naturais os acompanhou durante todo o tempo, ilustrando a capacidade que os pescadores tiveram para reproduzir-se socialmente (FIRMINO JÚNIOR, 2006), como comprovada no risco posto nas narrativas de Comodoro, logo abaixo:

Comodoro: *Eu comecei a pescar já com linha. Com meu tio numa jangada que a gente chama de pacote pequena de isopor. Feito de tauba com isopor dentro. É uma embarcação que não precisa de salva vidas, porque ela nunca afunda. Tanto faz ela virada como desvirada, de banda, do jeito que ela tiver ela aguenta o mesmo peso. E se ela desmanchar todinha, quebrar no meio do mar o caba ainda agarra as bóia e ainda vem... (rs) [...] É. Aí comecei a pescar com ele, pequeno, de*

onze anos, doze anos por aí. E às vezes ia, dia ia, ia pra escola, aí fiquei nesse negócio sem estudar, né?! Não tinha mais, eu já tinha terminado a quarta série. Aí eu fiquei repetindo, repetindo e não fui mais.

Como foi citado anteriormente, outra dimensão da reprodução social desses trabalhadores dar-se a partir da expulsão das terras onde vivem, e a consequente urbanização que os afasta cada vez mais das atividades agrícolas de subsistência. Na verdade, eles não têm mais alternativas de cultivar seu pequeno pedaço de terra de onde, com a ajuda do trabalho “familiar”, pode retirar sua subsistência quando o mar não lhe permite ir ao trabalho (DIEGUES, 1995, p. 61). No caso de Acaú em particular, este processo é explicado a partir da experiência do pescador Sr. Custódio:

Eu comecei pescar porque eu achei melhor do que a agricultura. A agricultura quando eu morava lá no sítio a gente plantava e ia colher com seis meses, quase nove meses, um ano. Também trabalhei na usina, mas o caba fica preso. E a pesca eu pescava todo dia, e todo dia eu vendia e todo dia eu tinha dinheiro. Era pouco, mas todo dia eu tinha dinheiro. Eu ia na maré numa jangadinha e pegava dez quilos de peixe, vinte quilos de peixe, naquela tinha muito peixe, todo dia eu chegava e todo dia eu vendia e todo dia eu tinha dinheiro. Até porque a gente teve que sair do sítio que chegou a usina. Aí é dizendo que era donos das terras. Por isso que eu achei muito mais melhor (a pesca). E graças a Deus eu não me arrependi não.

Sr. Custódio demonstra claramente a linha tênue dessa ambígua relação estabelecida entre a limitação da produção sazonal da agricultura, onde “no sítio a gente plantava e ia colher com seis meses, quase nove meses, um ano”, frente a falta de liberdade do trabalho na usina, pois “o caba fica preso”, e a relativa estabilidade do duro trabalhado no mar, já que apesar de “todo dia eu tinha dinheiro”, o trabalho também é “perigoso, muito perigoso”. De certo parte dessas reflexões demonstra uma relação de poder mais intensa advinda de fatores externos à vida dos “povos do mar” capazes de redefinir formas de organização do próprio pescador. Assim, o pescador é moldado pelas estruturas sociais mais amplas e sua permanência, “enquanto produtor independente, passa também pela sua habilidade de viver na corda bamba, na

ameaça de proletarização ou da miséria...” (DIEGUES, 1983, p. 18). Deste modo, fica mais evidente que a organização social dos pescadores passa a ser configurada pela dinâmica de expansão colocada pelos elementos externos à pesca, principalmente o modo pelo qual o processo capitalista se apropria dos espaços de uso comuns desses grupos sociais.

No entanto, é fundamental reconhecer as diferenças, bem como faz necessário que se reconheçam características comuns entre esses pescadores, que podem ser universais independentemente do ambiente de trabalho ao qual se vinculam. Porém, o “mundo” do trabalho para muitos estudiosos resume-se ao “mundo” do trabalho existente nas indústrias, nas cidades. Nesse sentido, o que está em crise é a construção sociológica, especialmente a existente na sociologia do trabalho, que se tornou refém, unicamente, do “mundo” do trabalho industrializado. Pois é impossível discutir a realidade da produção e da reprodução social dos pescadores, ao longo do tempo, sem valorizar a questão pertinente ao universo do trabalho, de sua estruturação e desenvolvimento. O trabalho é peça-chave para se compreender as estratégias de reprodução social adotadas pelos pescadores de lagosta da Paraíba, e em especial nas comunidades de Baía da Traição e Acaú.

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado por seu trabalho e atua sobre a natureza externa mudando, ao mesmo tempo, sua própria natureza, “desenvolve as potencialidades que estão adormecidas na natureza” e submete as forças dela “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, objetos do trabalho, em matérias-primas etc. (RAMALHO *apud* LUKÁCS, 2006, p. 48).

Diante desse elenco de aspectos, percebe-se que a categoria trabalho é fundamental para interpretar o processo de construção de estratégias de reprodução social, podendo servir, de modo enriquecedor, também para o universo da pesca artesanal, desde que se ressalvem as características dessa atividade. Pois ao observar o pescador artesanal

percebe-se que há uma profunda especificidade em sua lógica de trabalho. O espaço é crucial para entender esse processo, já que define sua singularidade, encontrando-se presente na própria existência de seu principal meio de produção. Ou seja, é a partir do espaço livre do mar que se elabora e constrói esse trabalhador forjado na interação constante com os recursos naturais aquáticos, permitindo-lhe distinguir-se de qualquer outro grupo socioeconômico e cultural ao edificar uma organização social bastante peculiar.

Erando: *Eu comecei... eu deixei de estudar... eu fui escondido. Lá no alto mar eu fui escondido de pai e mãe. Trabalhando mais pai, estudava, não queria estudar e deixei de ir estudar pra ir trabalhar, ganhar dinheiro, que tudo era comigo, tinha que comprar roupa e sem ter condições... deixei de estudar pra ir trabalhar. E tinha dezesseis anos. Lá no alto mar. Agora aqui eu comecei a pescar eu tinha nove anos de idade. Porque também é o seguinte, sabe. A gente não, tem futuro aqui né e na pesca a gente consegue ir, consegue alguma coisa, isso, aquilo outro. No alto não tem ninguém dizendo é isso é aquilo. A gente fica lá trabalhando sossegado. Assim sabe pesado mas é sossegado. Você desce, sabe onde tem o peixe, sabe onde tem a lagosta, né não?*

Percebe-se que a própria liberdade que os pescadores acreditam possuir plenamente tem a ver com a percepção de sua relação com o tempo natural do ambiente aquático (mares e rios), levando-os a não serem reféns de horários rigorosos de trabalho como funcionários de empresas. Porém, mesmo seus horários sendo determinados pelas leituras que fazem acerca dos ritmos e movimentos das marés e cardumes resultantes do seu espaço de trabalho, a pesca artesanal, em especial a da lagosta, encontra-se subordinada ao mercado e às necessidades capitalistas, pois, mesmo que “o elo com o tempo natural parece persistir, regulando, ainda de modo relativo, as atividades do pescador artesanal” (CUNHA, 2000, p. 104), estes trabalhadores estão cada vez mais condicionados a subsistirem condicionados às regras impostas pelo tempo do mercado, como veremos mais à frente.

Soma-se também sua condição de trabalhadores “livres”, no que diz respeito às suas escolhas sobre com quem vão pescar, quando e como, já que não são pessoas que devem respeitar a rigidez imposta por outros

concernentes a esses aspectos. Além disso, o termo artesanal vincula-se à ideia de artesão, diferenciando o pescador do camponês, porque este “é dono da terra que cultiva, o artesão, dos instrumentos que maneja com perícia” (MARX, 1982, p. 880). Desse modo, sua habilidade e talento circunscrevem-se em seu conhecimento e na utilização dos instrumentos de trabalho (redes, mudanças de rotas de navegação), em momentos precisos. Todavia, o objeto da ação do seu trabalho, diferentemente de um artesão, não é estático, exigindo um constante saber-fazer dos trabalhadores da pesca artesanal sobre um meio em constante movimento e transformação (DUARTE, 1999).

De fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que lhe permite conduzir-se, ao saber, o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos. Na compreensão de Diegues, “o importante não é conhecer um ou outro aspecto, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar as decisões relativas às capturas” (DIEGUES, 1983, p. 199). Decerto, a pesca artesanal também é conhecida pela sua relativa atualização dos meios tecnológicos, como forma de sobrevivência frente ao desafio imposto pelas grandes empresas de pesca e mercado cada vez mais exigentes. Como percebemos abaixo, o jovem pescador Erande, 27, relata sua iniciação como mestre, sendo conhecedor do arsenal empírico que sua condição lhe exige, mas reconhecendo a necessidade e importância dos meios de comunicação e orientação atuais.

Erande: Não. Eu pescava mais os meninos aí, e pescava com o dono, e o dono pescava também, mudou de vida, melhorou de vida... [...] ..André é o dono. Ele via meu trabalho e achou que eu tinha condições de trabalhar, né?! Aí foi... botou pra trabalhar noutro barco, botou pra trabalhar no outro, e até hoje estou trabalhando. **Gonzaga:** Aí tu foi aprendendo a marcar, aprendendo a... **Erande:** Trabalhava no GPS já. **Gonzaga:** Já no GPS? **Erande:** É. Trabalhava já. Como eu trabalhava de proeiro eu trabalhava já no GPS. Aí tinha capacidade de pagar assim pra trabalhar, aí ele viu que eu tinha, né, aí me deu. Fui. **Gonzaga:** Como é que funciona a divisão do trabalho no barco, Erande? Quem faz o que? **Erande:** Quem faz o que? Cada qual faz um. A responsabilidade é minha, né?! Se tem um que nem ele, ele trabalha assim, de ajudante, aí eu confio nele, eu

*vou, dou responsabilidade a ele também pra ele me ajudar. Pronto. Saí agora de seis horas pra maré! Já dei a orientação para os meninos ir botar o gelo daqui pra quatro horas, pra de seis horas sair e... [...] **Gonzaga:** Divide o trabalho na hora que vai subir, como é? Ou o caba já sabe? Já sabe que esse é manguereiro, já sabe que esse é mergulhador.*

No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e definidos. Cada grupo de pescadores costuma nomear uma dessas áreas marítimas criando territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é recurso ou espaço de subsistência, o território passa também à noção de lugar, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar. Sob este aspecto, podemos dizer que território é conhecimento... (MALDONADO, 1994, p. 105).

A marcação você faz na mente. É o seguinte: você pega três pontos cardeais. Três pontos na terra, sabe. Você marca o pesqueiro da seguinte maneira: você vai num determinado pesqueiro, num pesqueiro que você já pegou peixe nele. Aí você... na altura que esse pesqueiro tá, você vê a terra. Você vê a terra... naquela época a gente marcava pelas árvores. Porque tinha as montanha e as árvore. Uma montanha passando por uma árvore. Hoje é diferente. Você marca pelo que? Pelos edifício.[...] É acredito que algumas coisas ainda têm do pescador, a tradição. Esses mais novos hoje, eles não têm mais a tradição que nem os pescadores mais velhos, sem os aparelhos modernos. Como GPS a sonda, os aparelhos de rádio comunicação, essas coisa. Tem pescadores antigos que ainda preserva a sabedoria dele própria, dada pelo poder superior, que é Deus né. Deus deu a sabedoria ao homem dele navegar onde ele quiser. E até de atravessar o mar através dos astros. Através do sol, da lua, das estrelas. Aí a pessoa pode perguntar, “e quando tá chovendo?”. Aí quando tá chovendo nós temos outros meios de navegar. Isso são tradições que a gente tá guardando até hoje. É através da batida do mar no barco. Que ele bate sempre na maneira do mar pra terra. Ele nunca bate de terra pro mar, é difícil. A não ser que ele pegue um sudoeste, um vento que vem da terra pro mar. Mas sempre a onda carrega pra terra. Sempre a gente tem uma noção. A profundidade que a gente faz uma linha como se fosse um sonar. A gente marca tantas barcas. A gente tá numa profundidade aí solte uma linha, aí marca ela, anda com o barco uma meia hora, uns vinte minuto.

Saindo de madrugada os pescadores de lagosta se dirigem a lugares determinados, zonas mais ou menos extensas, com distâncias e

funduras conhecidas onde os mesmos soltaram pesqueiros artificiais vulgarmente chamados marambáias¹⁵. Os pesqueiros naturais têm nomes populares, tradicionais e sabidos (chamados tacis, corubas, pedras e rasos).



Foto 8 - Marambáias confeccionadas artesanalmente prontas para serem lançadas ao mar

Ou seja, sem marcação não há pescaria. Portanto, pertencer a um grupo significa, dentre outras coisas, partilhar elementos que lhes são comuns. O conhecimento é um desses fatores, que se (re)cria ao longo do tempo e confere referências amparadas na tradição, valores e hábitos, que são (re)elaborados/transformados de acordo com as novas necessidades dos pescadores, no intuito de aplicá-los frente as pressões socioeconômicas do mercado local e global.

Ao longo dos anos a tradição pesqueira denotava de um aparato

¹⁵ Marambáias são geralmente fabricadas por tambores de metal, ligeiramente amassados, jogados ao mar são marcados por GPS e servem de pesqueiros artificiais destinados a acomodação de lagostas. Em períodos alternados os pescadores retornam para catar lagostas, como uma forma de despesca. O Ibama, através da Instrução Normativa 138/2006, proibiu a utilização de marambaia ou qualquer conjunto de estrutura artificial como instrumento de agregação de organismos aquáticos vivos.

cultural no âmbito do núcleo familiar dado através da *herança*. Onde o *saber* era repassado de pai para filho. No entanto, o crescimento, mesmo que desordenado, das comunidades pesqueiras, novas rotas e estradas e a chegada de novas possibilidades de trabalho e estudo limitou esta possibilidade de continuidade profissional a partir do núcleo familiar. A noção de risco no trabalho do mar, principalmente no que diz respeito à pesca da lagosta através do mergulho, fez com que os alguns pescadores desmotivassem seus filhos a darem continuidade à tradição familiar. E por ser uma atividade caracterizada pela condição de risco e pela necessidade de se ter segredo em relação às rotas aquáticas para se atingir os melhores locais de pescaria, pescar com a família era condição *sine qua non* para que a atividade alcance os fins almejados. Ademais, o trabalho da pesca requer profunda confiança, sincronia e companheirismo entre os que estão embarcados e, por isso, nada melhor do que utilizar os laços familiares e de amizades de longa data como mecanismos valiosos de trabalho, porque “a pesca é um ‘ofício’ no qual a confiança, a cooperação e a competência dos participantes constroem condições de trabalho e de produção” (MILLER, 1992, p. 74). No entanto, o desafio atual na pesca da lagosta, dentre outros, consiste no estabelecimento de uma relação estreita de confiança já que, para o exercício do mergulho, a vida de um depende estritamente do trabalho do outro. Isso demonstra que há uma certa recorrência em se redefinir e fazer uso de um grau de solidariedade capaz de estruturar e organizar os grupos de trabalho que vão sair em pescaria.

A pescaria da lagosta na costa da Paraíba na década de 1980 a 1990 teve sua captura feita predominantemente através das redes caçoeiras, as quais devastavam todo solo marinho, prejudicando toda flora aquática pescando espécies que não eram objetos prioritários na captura, pescando peixes e outras espécies marinhas sem valor comercial que compensasse ocupar espaço no freezer ou câmara fria do barco, o que ocasionava no despejo automático no mar, causando prejuízos ambientais incalculáveis. A partir da década de 1990, com a presença de pescadores oriundos do estado do ceará inicia-se um processo de uso contínuo do compressor de ar na pesca

da lagosta no estado da Paraíba. Da mesma forma que a pescaria convencional a tripulação do barco na pesca da lagosta é formada basicamente por 05 (cinco) pescadores, sendo: um mestre, dois manguereiros e dois mergulhadores. O pescador Comodoro nos explica melhor como se dá essa divisão do trabalho.

O trabalho é com dois mergulhadores, o mestre e dois manguereiro. Às vezes, antigamente, logo quando começou a pesca, era os dois. Hoje, pela diminuição da lagosta, pelo risco de doente, porque ficava dois, aí às vezes um saía pra um canto embaixo d'água, não tava vendo, você encontra uma restinga aqui, o outro encontra outra lá, elas não tem posição certa. Aí um sai correndo aqui atrás de uma lagosta, o outro sai pra lá (em outra direção), aí estica. No que estica na profundidade dá pressão pra você [...] no que puxa você pode subir com uma dor, pode subir aleijado, pode subir desorientado, ta entendendo?! É, porque hoje se mergulha só mais com um (por vez). Um vai e mergulha. Na hora que encontra a lagosta, dependendo da quantidade que tenha, aí ele chama o outro pela mangueira. Puxa na mangueira, aí ele vem. Pela quantidade de sinal como a gente chama, que dá a gente sabe lá embaixo o que ele ta querendo. Aí sobe e o outro desce, nessa hora também troca o manguereiro, porque o outro já vai preparar a comida do (mergulhador) que subiu.

Mas o trabalho no barco não consiste apenas na pesca, os afazeres vão além e compreendem limpeza e manutenção do barco, alimentação e vigilância. O pescador Cun nos explica o trabalho do manguereiro para além do acompanhamento do mergulhador na hora da pescaria.

Cun: Os manguereiro tem que pegar, olha... eu vou sair, hoje é terça. Hoje é o dia de sair. Aí ontem os manguereiro foi, pegou a água, aí pegou o gelo, aí tem o óleo pra passar pra dentro do bujão do barco, né?! Aí nesse o mestre já ta lá. O manguereiro carrega, coloca em cima do barco, aí pra passar de um bujão pra outro aí o mestre ta embaixo, pra colocar a mangueira dentro do bujão do barco. Aí já vem carregar o rancho é com o manguereiro, carregar o material de pesca é com o manguereiro. **Gonzaga:** É bujão pra cozinhar ou é carvão que vocês usam lá? **Cun:** Bujão de gás. **Gonzaga:** Bujão de gás mesmo, pra cozinhar lá dentro, né?! O manguereiro. E no caso o compressor, essas coisas, ou a rede, ou as... marambaias não, o covo, quem é que carrega isso tudo? **Cun:** É os proeiro. Olhe, se partir pra rede, é proeiro. Se for partir pra pescada de mergulho é o manguereiro. **Gonzaga:** É o manguereiro também. Eu sei. Então o mergulhador, ele só sobe no barco...

Na pesca da lagosta através do mergulho o elemento da confiança

torna-se fator primordial para a realização do trabalho. Como a relação de família e compadrio não se realiza no primeiro plano, constitui-se uma relação de amizade em terra representada pelo respeito adquirido pela vida do companheiro que está embaixo no espaço aquático, mostra que não há uma dicotomia, uma extrema e rígida separação entre esses ambientes. No entanto acidentes são recorrentes nesta atividade de risco, o que pode agravar a relação entre a dupla de mangueireiro e mergulhador. Para este caso o mangueireiro Júnior nos conta uma situação enfrentada.

Gonzaga: *Tu falou que uma vez tivesse que... deixou “torar” a mangueira, explica aí como é que foi?* **Júnior:** *Sim. Foi esse ano mesmo, que o mestre perguntou se dava pra botar pra frente, aí eu disse dá. Aí... só que quando não tem escada, né?! Quando não tem escada coloca o pneu, né?! Aí só que a mangueira tava folgada, aí eu disse dá pra botar pra frente. Aí não deu pra recolher a mangueira que engalhou no pneu. Aí “torou”. Aí o menino subiu, acho que água de vinte braça, mais ou menos assim. Subiu, mas foi normal.* **Outro:** *[...] era Erande é?* **Júnior:** *Não.* **Erande:** *Não tava comigo não...* **Júnior:** *Era lá de Recife.* **Gonzaga:** *Mas como é que foi? O caba subiu... “pegou ar” contigo não? Como é que foi? Ficou puto da vida não?* **Júnior:** *Não. Ele subiu assim... o que acontece mesmo é coisa do trabalho mesmo. Sempre acontece de “torar” uma mangueira mesmo e... acidente mesmo, que não tem quem não erre também, né?! Nem tudo é perfeito. Aí aconteceu. Mas ele não ficou brabo. Quer dizer, se continuasse, né, no erro... aí certeza ele ia falar. Mas só foi essa vez mesmo, ele...* **Gonzaga:** *Foi tranquilo?* **Júnior:** *É. Ficou tranquilo.*

O trabalho numa atividade de risco como a pesca de mergulho com compressor de ar exige dos pescadores iniciativas que desafiam inclusive os proprietários dos barcos e a autoridade conferida ao mestre, dado que, apesar da constante busca por trabalho nos barcos pelos pescadores, os mergulhadores exigem a formação da dupla (mergulhador/mangueireiro), muitas das vezes já constituídas há anos, limitando assim o poder do proprietário do barco e do mestre na constituição do rol na medida em que o mergulhador exige a presença do “seu” mangueireiro de confiança. Notoriamente, percebemos nas narrativas abaixo a exigência de tal recorrência.

Erande: *Esse aqui eu trabalhei, que nem eu tava dizendo a você, eu trabalhei com esse aqui, ele mergulhador, eu trabalhei de mangueireiro pra ele. Eu... quando ele... era ele e o outro, quando eles andava que sabia que era pra chamar pra trabalhar eu já sabia em cima. Tinha que dar o sinal. Antes dele dar o sinal eu já sabia. [...] Aí a confiança é deles em cima... ele tem confiança neles dois, no caso se ele tem confiança “neu” e ele... ele ta embaixo. A vida dele ta entre eu e ele. **Gonzaga:** E aí Ronaldo, essa relação de confiança, como é? **Ronaldo:** É verdade. Isso é verdade. A gente tem que confiar na turma que ta em cima, né?! **Gonzaga:** Tu já tem um certo ou tu assim... como é...? **Ronaldo:** A minha equipe quem arruma sou eu. Eu tenho minha equipe certa. Eu gosto de andar com os caba que eu confio. Se não andar com os caba que eu confio não presta não. Eu não vou. Digo isso a qualquer que quiser me levar, só vou com os meu mangueireiro.*

E continua com o pescador Cun:

Gonzaga: *Ô Cun, e como é essa relação do mangueireiro e do mergulhador, os caba confia mesmo um no outro, como é isso? **Cun:** É. Agora tem que ser um caba de responsabilidade. Porque, vamos supor, vamos dizer que eu sou o mangueireiro. Aí o mergulhador desce. A responsabilidade ali ta comigo. Eu tenho que ficar observando direitinho para que eu não deixe a mangueira ir pro hélice. Porque se eu deixar a mangueira ir pro hélice é arriscado eu matar o mergulhador que ta embaixo. É. A responsabilidade é grande. **Gonzaga:** Mas, às vezes acontece isso? **Cun:** Acontece. Quando ele ta mergulhando na água seca ele ainda sobe, mas na água funda cortou dá trabalho pra ele subir.*

Numa atualização desse pensamento, a partir do que foi constatado nesta pesquisa, que trata especificamente da pesca da lagosta através do mergulho, poderíamos dizer que esta ‘ética pesqueira’ também é ordenada por uma cultura pesqueira (que pela funcionalidade no trabalho da embarcação, a partir dos laços de amizade e confiança no sentido do mergulhador e do mangueireiro, regido pelo saber e orientação do mestre no ambiente marinho (re)organizam “essas características no sentido de responder e atualizá-las no jogo do encontro do universo particular, a pesca, e do geral, o desenvolvimento capitalista de produção (RAMALHO, 2006, p. 60). Pois segundo Sahlins (2003), “a história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas”, sendo

que “o contrário também é verdadeiro: esquemas culturais [como na pesca] são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática” (p. 07).

É relevante frisar que uma característica marcadamente crescente entre os pescadores mergulhadores nestes últimos 20 anos se dá através da quebra na existência da idéia de *igualdade* no trabalho da pesca, uma vez que esta se sustentava em uma cooperação voluntária daqueles que nela ingressam, seja através do aprendizado dos que *vinham de fora*, seja daqueles que absorviam o *saber* através da *herança* pesqueira. Na pesca de peixe, mesmo o mestre sempre exercendo um papel de superioridade na condução do trabalho e nas decisões a serem tomadas nos momentos críticos, sempre se estabeleceu uma relação ambígua de *igualdade*, acentuada no fato de que sua função é dada como totalmente necessária.

Comodoro: Não. Na pesca de peixe quem coordena é o mestre. Ele pede uma opinião do pescador na hora de uma decisão, às vezes o pescador, um diz, na maioria deles, o mestre pergunta, “vamos mudar de setor? Vamos pra setor tal. Vamos pra tal canto.” Aí o cara vai e pergunta, “vamo lá.” Aí um diz, “pra onde for eu vou”, o outro “o que quiser eu quero”, o outro “vamos mais pra ali”. Esse tipo de... entendeu?! Mas no caso da pescaria de lagosta, de compressor, já fica um pouco diferente. Porque tem o mestre que manda, mas tem o mergulhador. [...] No caso o mergulhador que manda na pescaria. Porque o mergulhador “eu quero mergulhar em tal canto.” Aí o cara tem que ir pra lá. Aí o mergulhador mergulha ali duas, três horas, sobe. “Bota mais pra ali, mais pra acolá.” E o mestre vai botando pra onde o mergulhador vai mandando.

Como nos apresenta Comodoro, ao dizer que “na pesca de peixe quem coordena é o mestre”, que apesar de sua autoridade conferida necessita de partilhar algumas decisões de modo a tornar o processo muito mais democráticos e (re)afirmar sua autoridade. No entanto, essa autoridade fica limitada, pois continua Comodoro, “no caso da pescaria de lagosta, de compressor, já fica um pouco diferente”. Diferente, vem ante a confirmação de que agora é “o mergulhador que manda na pescaria”. Pois a busca pela maior lucratividade na empreitada exige mergulhador uma maior responsabilidade de *matar* a maior quantidade de lagosta possível e garantir uma viagem

economicamente satisfatória para todos. Nesse caso, a responsabilidade conferida ao mestre, no que tange o fato de ter que encontrar os grandes cardumes e os melhores pesqueiros passa a ser dividida e ficou, fundamentalmente, de preparar a saída ao mar, conduzir a embarcação e garantir o bom andamento na divisão do trabalho na proa. Mas para fazer valer nas jornadas de trabalho em água, estrutura-se na ajuda mútua e cooperada entre todos os que estão no barco.

Cun: *O mestre é quem divide as coisa né. O manguereiro tem que pegar, olha... eu vou sair, hoje é terça. Hoje é o dia de sair. Aí ontem o manguereiro foi, pegou a água, aí pegou o gelo, aí tem o óleo pra passar pra dentro do bujão do barco, né?! Aí nesse o mestre já ta lá. O manguereiro carrega, coloca em cima do barco, aí pra passar de um bujão pra outro aí o mestre ta embaixo, pra colocar a mangueira dentro do bujão do barco. Aí já vem carregar o rancho é com o manguereiro, carregar o material de pesca é com o manguereiro. Bujão de gás. Olhe, se partir pra rede, é proeiro. Se for partir pra pescada de mergulho é o manguereiro. Então o mergulhador, ele só sobe no barco... ...sobe no barco lá [...] aí às vezes ele leva uma pessoa pra cozinhar. Aí o mergulhador chega de noite na hora de sair, às vezes quer tomar um leitezinho, aí o cozinheiro vai e prepara aquele leite, o mergulhador toma, se deita, vai relaxando, que às vezes ele só sai mais de madrugada. Pra amanhecer o dia lá no lugar do pesqueiro. De manhã vai, o cozinheiro faz papazinha, que muitos querem comer uma papazinha, que o leite é sagrado pro mergulhador.*

Pela inexistência de outras opções de inserção econômica ou a baixa remuneração em atividades de pouca ou nenhuma qualificação, ser pescador acaba sendo um dos principais caminhos a ser perseguido e desejado pelos filhos do local ou a única possibilidade de trabalho e, consequentemente, sustento. Ademais, a pesca representa algo tão comum e natural no cotidiano dos jovens dessas comunidades, que compunha também o lado lúdico, as brincadeiras, vontades, atraindo-os para o mar. Mas ao dedicar-se a pesca a busca pela atividade com retorno financeiro maior, a pesca de mergulho, passa a ser a mais disputada entre eles.

Márcio: *Não tem outro meio de vida. Outro meio de vida aqui é o que? É quando ta dando um camarãozinho aqui que tem trabalho pra todo mundo. E se não tiver? Vai pegar tainha, né?! E a lagosta sempre vem... ganha um pouquinho. **Erande:** É seis meses. A gente tem que aproveitar os seis meses. **Júnior:** Pra ter outro emprego você tem que estudar. E pra estudar...*

se estudar e não trabalhar... Porque antigamente nós pescava [lagosta] aí e a pescaria era de rede [caçoeira], era liberada, passava o que (?) trinta dias no mar. Trinta dias. Aí a gente o que (?), naquele tempo era mais... a gente passava às vezes uma semana na maré, a produção da gente era mais fraca. Ou como... depois que entraram essa pescaria [de mergulho] mesmo aí, a gente vai e quase toda semana tem produto [...]
Júnior: *Tem [na semana] o que tinha no mês, né?!*

Esses relatos são uma noção de como têm sido os desdobramentos do desemprego em outros ramos produtivos na pesca artesanal, explicitando que esta continua sendo um refúgio para aqueles que querem trabalhar pela primeira vez e não encontram outros empregos. Pois a pesca na Baía da Traição e em Acaú assume papel de centralidade na vida desses trabalhadores, mostrando que, para entender a leitura dos informantes sobre o tempo e suas transformações qualitativas, não se pode deslocá-los das atividades de pescaria, do trabalho exercido por esses homens e da relação que essa atividade mantém com as transformações cotidianas, seja no aspecto mais global ou local. Da mesma forma, estes pescadores continuam a se considerar livres mesmo quando não detêm a posse dos instrumentos de trabalho, já que sua entrada num grupo de pescaria depende, em grande medida, de uma cooperação voluntária, de sua escolha sobre em que barco e com quem irá pescar. Há, por isso, em alguns casos, uma certa rotatividade de pessoas nas equipes, dificultando a formação de grupos estáveis.

- CAPÍTULO III -

“No barco”: breve caracterização do setor lagosteiro¹⁶

Apenas 2,0 a 3,0% da área total dos oceanos são responsáveis por cerca de 90,0% da produção mundial de pescados. Isso ocorre porque a zona eutrófica dos oceanos fica em uma profundidade de até 250m, enquanto a profundidade média dos oceanos é de 3.800m, desse modo, ocorre perda contínua dos nutrientes, principalmente nas regiões equatoriais e tropicais onde a presença de um termoclima permanente dificulta os processos de mistura (HAZIN, 2005). A dependência direta ou indireta da pesca, como meio de subsistência, atinge a milhões de pessoas no mundo inteiro. Nas últimas décadas, o número de pescadores cresceu mais rapidamente de que a população mundial. O emprego neste setor aumentou com maior rapidez que o emprego na agricultura tradicional, segundo dados da FAO (2007).

Uma característica do emprego na indústria pesqueira é a prevalência do trabalho ocasional com dedicação parcial, que alcança sua cota máxima nos meses do ano em que os recursos são mais abundantes ou estão mais disponíveis, enquanto em período de baixa estação as pessoas se dedicam a outras ocupações. À exceção da pesca artesanal, que independente do período, via de regra, estes trabalhadores continuam a praticá-la. Mas esta instabilidade do trabalho na indústria ocorre especialmente na pesca de espécies migratórias e das sujeitas a variações meteorológicas estacionais. Mas, durante as últimas décadas, o número de pescadores com dedicação completa tem diminuído, enquanto a quantidade de pescadores com dedicação parcial tem sido ampliada.

Devido à natureza altamente perecível do pescado, grande parte do comércio internacional consiste em produtos elaborados. Nos países

¹⁶ Este capítulo é fruto de uma apresentação realizada no Seminário Regional no âmbito do Programa Lagosta Legal, promovido pela Universidade Estadual do Ceará e Secretaria Especial de Aquicultura em setembro de 2008, Fortaleza – CE.

desenvolvidos predomina a comercialização de pescado congelado ou em conserva; produtos enlatados têm perdido mercado por causa das mudanças nas preferências dos consumidores. O pescado vivo, a exemplo da lagosta, possui preço bem mais elevado, no entanto, é difícil de comercializar e transportar, pois enfrentam rigorosos regulamentos sanitários e normas de qualidade. Contudo, o comércio de pescado vivo tem progredido nos últimos anos graças aos avanços tecnológicos, à melhoria da logística e ao aumento da demanda.

A situação atual da exploração dos recursos pesqueiros mundiais tende a manter-se relativamente estável. Dados da FAO do ano de 2008 mostram um pequeno crescimento da produção mundial de pescados (pesca continental, marinha e aquicultura) entre 2004 e 2006, passando de 140,5 para 143,6 milhões de toneladas. Já a pesca marinha de captura parece ter alcançado um limite, visto que a produção vem caindo ao longo dos anos. Entre 2004 e 2006, a redução na produção de pescado advindo desse tipo de pesca foi de 3,0%, de 85,7 para 81,9 milhões de toneladas. Por outro lado, o consumo humano de pescado no mundo tem apresentado tendência moderada de crescimento e correspondendo a um consumo mundial *per capita* de 16,7kg, cifra que se encontra entre as mais elevadas até o momento, 4,7kg a mais do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde - OMS. O incremento da produção total de pescado no mundo se deve ao crescimento da aquicultura que tem compensado o estacionamento da pesca de captura (FAO, 2008).

Em 2006, a metade dos grupos de populações de pescados, objetos de acompanhamento pela FAO, encontrava-se em seus limites máximos de exploração, sem possibilidade de crescimento. Entre 25,0% a 30,0% dessas populações estavam superexploradas, esgotadas ou em fase de recuperação e, portanto, reproduziam-se com índices inferiores a seu potencial máximo devido à excessiva pressão da pesca. A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e suas repercussões negativas nos esforços nacionais e regionais de ordenação pesqueira de maneira sustentável no longo prazo, constituem um dos principais problemas da pesca de captura no mundo (IBAMA, 2007). Nesse contexto, faz-se necessário um processo de

ordenamento mais prudente e controlado da pesca mundial e, por esse motivo, tem sido crescente o estabelecimento de regras em fóruns internacionais, a exemplo do atum, com o intuito de disciplinar o acesso a recursos pesqueiros.

Até os anos 1960, a pesca no Brasil era predominantemente artesanal. Com a política de incentivos fiscais concedida via Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), iniciada em 1967, e que teve um considerável aumento na década seguinte, ocorreu grande incremento no volume pescado por meio da pesca industrial, cuja produção era destinada predominantemente para o mercado externo. Contudo, o foco era restrito ao aumento da produção, sem qualquer preocupação com as demais variáveis, o que levou a um quadro de esgotamento de determinadas espécies. Até o fim dos anos 1980, os recursos pesqueiros foram considerados como um recurso econômico. As condições de produção eram destinadas especialmente a indústrias estrangeiras, além da estrutura e funcionamento dessas instituições, o que possibilitava um modelo econômico que privilegiava a concentração de capital, a promoção do setor exportador e a intensificação do uso da tecnologia para a produção em grande escala. O referido sistema comprometeu rapidamente a sustentabilidade dos recursos explorados, a exemplo do que ocorreu com a lagosta. O livre acesso à entrada de novos participantes na pescaria possibilitou o crescimento continuado do esforço de pesca no Brasil, culminando com a diminuição nas capturas e, em consequência, no decréscimo na margem de lucro. A prevalência dos interesses imediatos dos benefícios individuais sobre os da coletividade levou à sobrepesca, estando próxima em alguns casos à exaustão.

Não obstante, o franco desenvolvimento da pesca industrial foi feito em detrimento do pequeno pescador que vivia miseravelmente, recebendo limitado apoio institucional, sendo por vezes explorado pelas grandes empresas que lucravam com a atividade comprimindo a baixíssima remuneração do pescador. Essas relações existentes nessa época acabaram por fragilizar em muito o setor e colocá-lo à beira da exaustão.

Uma das medidas governamentais para alavancar o setor pesqueiro

no Brasil na década de 1990 foram os empréstimos para aquisição de barcos e petrechos de pesca para a frota artesanal através dos bancos estatais e o arrendamento de barcos estrangeiros por empresas nacionais. Essa última medida proporcionou a entrada de 332 navios estrangeiros de pesca na costa brasileira entre os anos de 1998 e 2002, que foram autorizados a explorar os estoques pesqueiros no mar territorial brasileiro. A região Nordeste concentrou o maior número de embarcações arrendadas nesse período (70%). E dentro da Região, o Estado da Paraíba realizou 70,7% do número de arrendamentos, 164 de um total de 232 barcos arrendados no Nordeste. Este fato estava relacionado à existência de estoques de espécies de elevado valor comercial no Nordeste, que eram destinados em sua maioria para o mercado externo, como China, Japão e EUA. O estado da Paraíba, por possuir plataforma continental mais estreita, proporciona maior proximidade com a ocorrência de espécies de hábitos oceânicos (IBAMA, 2001), daí a maior concentração de arrendamentos no estado.

Atualmente, não é permitido a nenhum navio estrangeiro fazer carga ou descarga de pescados na costa do Brasil. Somente embarcações nacionais podem fazer a captura de peixes em águas brasileiras. Existe hoje grande pressão por parte de países estrangeiros para a abertura de portos pesqueiros internacionais no Brasil, isso por causa da grande extensão da costa, da distância oceânica para o pesqueiro (relativamente pequena) e do excedente de cotas, já que o Brasil não utiliza toda a sua cota de pesca. Mas em termos econômicos, a lagosta é o principal recurso pesqueiro do Nordeste que responde por quase 69,0% da produção nacional de lagosta (IBAMA, 2007).

Em 2007, a então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, hoje Ministério da Pesca e Aquicultura, publicou a Instrução Normativa nº 1, de 30 de janeiro, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para a concessão de permissão de pesca e efetivação do registro de embarcação pesqueira para operar na captura de lagosta com armadilhas do tipo manzuá e cangalha. Por meio dessa Instrução, foram canceladas todas as permissões de pesca e todo tipo de autorização para operação na captura da lagosta, o que ocasionou diversos conflitos entre os pescadores e a Superintendência da Pesca e

Aquicultura na Paraíba, já que até o momento, por mais que alguns barcos possuíssem a permissão, essa não era exigida e todas as embarcações pescavam lagosta livremente.

As novas concessões passaram a ser concedidas para um número de embarcações que corresponda ao esforço de pesca máximo anual estabelecido na Instrução Normativa nº144 do IBAMA, que estabelece permissões de embarcações que corresponda a um esforço anual máximo de 40 milhões de covos-dia em 2007 e 2008; 35 milhões de covos-dia em 2009 e 30 milhões de covos-dia a partir de 2010. No entanto, como veremos no capítulo a seguir, a pressão de pesca sobre a lagosta leva os pescadores a capturarem indivíduos jovens (abaixo do tamanho mínimo permitido) provocando, dessa maneira, perda da qualidade do produto e, por conseguinte, queda na receita.

É facilmente perceptível que esforço de pesca se concentra em recursos de maior valor comercial, a exemplo da baleia até a década de 1985, provocando dessa maneira sua escassez. A redução dos estoques de lagosta é o caso atualmente mais evidente dessa situação, à medida que o estoque foi diminuindo, métodos mais potentes de captura vem sendo adotados, causando maiores danos ambientais. Essa situação contribuiu para o declínio da pesca industrial do crustáceo após o boom ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, pois os custos fixos ficaram muito elevados com relação à receita, tornando a pesca industrial praticamente antieconômica. Com a redução dos estoques, os barcos grandes (de ferro) foram sendo substituídos por embarcações menores de menor custo fixo, de forma que atualmente já não existe pesca industrial de lagosta no estado.

Um desafio a ser superado é a captura de animais jovens, pois ainda é um negócio muito lucrativo para o comprador que paga menos ao pescador por este produto, mas recebe valor correspondente a lagosta de tamanho regulamentado, auferindo dessa maneira maiores lucros. Desse modo, percebe-se que o mercado e fortes interesses econômicos acabam por estimular a continuidade da pesca da lagosta miúda, comprometendo a

sustentabilidade da atividade. Por esse motivo, a tendência é de que a situação se agrave, o que deverá aumentar também os problemas sociais, visto que um grande número de famílias depende diretamente da atividade.

Estima-se que mais de 5 mil pessoas estejam indiretamente envolvidas como o setor lagosteiro na Paraíba, desenvolvendo atividades nas áreas de construção e reparo de embarcações e aparelhos de pesca, venda de materiais de pesca, fornecimento de rancho, fabricação e transporte de gelo, comercialização, recepção, armazenagem, beneficiamento, congelamento e exportação da produção.

Podemos dizer que os pescadores de lagosta no Nordeste brasileiro apresentam praticamente as mesmas características socioeconômicas, com pequenas variações por estado. Em sua maioria são casados e possuem apenas o ensino fundamental, sendo que, a maior proporção tem origem nas comunidades litorâneas do estado onde desempenham suas atividades. O grau de associativismo, entre os pescadores de lagosta, praticamente inexistente, mas a maioria que apresenta algum tipo de associativismo está filiada às colônias de pescadores e associações (COELHO *et al.*, 1996). Mas uma das questões mais complexas defendidas por pescadores dos estados com menor índice de produção é a limitação de região de pesca a partir do litoral de cada estado, de forma a limitar a entrada dos pescadores dos estados com maiores índices de produção nas “suas águas”.

A maioria dos pescadores considera a pesca de mergulho como a mais rentável, mas afirma ser essa atividade a mais nociva ao recurso. Seguem-se a rede e o covo. Em geral, apenas os pescadores que operam com covo apresentam documentação regular do Ibama e da Marinha do Brasil, apesar de os demais também a possuírem. Para a maioria dos pescadores, as condições de trabalho a bordo apresentam nível bom de segurança, mas o número de acidentes entre os pescadores embarcados deve ser considerado elevado. Entre as formas de pesca, o maior número de acidentes ocorre com os pescadores de mergulho, sendo comum entre estes, a ocorrência de óbitos ou de acidentes que os tornam paraplégicos.

Carvalho (1996) apresenta algumas características econômicas da

pesca de lagosta e considera que entre as formas de pesca estudadas (covo, rede e mergulho), a pesca com covos apresenta-se como a menos vantajosa do ponto de vista econômico, sendo que os barcos de grande porte, apesar de apresentarem maior produção, têm os custos unitários de captura mais elevados e, por consequência, os piores resultados econômicos. Entre as embarcações de médio porte, as que operam com rede apresentam resultados econômicos superiores aos das que operam com covo. Também a pesca em pequenas embarcações é mais eficiente economicamente quando realizada com rede de espera. A pesca de mergulho, em pequenas embarcações, apresenta os melhores índices e mais rentabilidade.



COVO - armadilha utilizada na pesca da lagosta, com maior tradição entre os pescadores do Ceará.

Fonte: Gonzaga Júnior, 2009.

A procura de lagostas em locais cada vez mais distantes e a elevação do esforço de pesca são responsáveis pelo aumento do custo de produção da lagosta. Esse conjunto de fatores levou o setor lagosteiro a níveis insustentáveis de desequilíbrio financeiro, fenômeno que tem cada vez mais se agravado em todo Nordeste.

Observa-se, ao longo da história da pesca de lagosta no Brasil, que o setor passou por grandes transformações. A frota cresceu substancialmente em número de embarcações, porém com a paralisação dos barcos industriais e um grande crescimento dos barcos a vela; a frota lagosteira é hoje composta, basicamente, por embarcações de pequeno e médio porte, com

predominância, em número, dos barcos a vela, ao tempo em que o número de empresas diminuiu drasticamente (DIEGUES, 1986). E vários foram os fatores que contribuíram para a expansão da frota de barcos de médio e pequeno porte.

Embora a rede caçoeira fosse largamente utilizada de forma ilegal, sua liberação foi um estímulo para que mais barcos pequenos e médios passassem a exercer a pesca com esse petrecho. Por possuir características como maior poder de pesca e ocupar pouco espaço no barco, quando comparado com a pesca com covo, o uso da caçoeira passou a ser intensificado. Trata-se de um petrecho de pesca de elevado impacto ambiental, e, embora não haja estudos suficientes, sabe-se que a caçoeira provoca graves consequências negativas sobre os estoques e o meio ambiente onde vivem as lagostas. Na Paraíba, são poucas as embarcações que utilizam o covo/manzuá, fato constatado em pesquisa de campo onde nenhum barco foi encontrado utilizando este tipo de petrecho, uma vez que essas pescarias apresentam menor rentabilidade e maior custo financeiro nas operações (DIAS NETO, 2008).

As capturas de lagosta no Brasil foram iniciadas em 1955. Concentrando-se principalmente em áreas costeiras do município de Cascavel – Ceará (PAIVA, 1976). Duas espécies de lagostas são particularmente importantes no que diz respeito às capturas desse crustáceo na costa do Brasil: a lagosta *Ponulirus argus*, mais conhecida como *Lagosta Vermelha*, que apresenta a maior área de distribuição entre as espécies do gênero *Ponulirus*, podendo ser encontrada em ilhas oceânicas, em bancos submarinos e na plataforma continental. A Lagosta Vermelha é a mais importante do ponto de vista comercial, sendo capturada em todo o Atlântico Oriental, Central e no Brasil; e a lagosta *Panulirus laevicauda*, vulgarmente conhecida como Lagosta Verde, que, por sua vez, ocorre nas costas tropicais americanas do Oceano Atlântico, e desde Cuba até o Brasil (Rio de Janeiro), sua captura é muito representativa no Brasil (COELHO, 1962; PAIVA, 1976).

No litoral do Brasil, as capturas comerciais de lagosta são realizadas desde a costa do estado do Pará até a costa do Espírito Santo. A Lagosta Vermelha é capturada em toda a extensão da costa brasileira e em profundida-

des de até 90 metros. A Lagosta Verde também, mas praticamente não há ocorrências nas capturas comerciais realizadas na costa do estado da Bahia.

Em áreas onde ocorrem capturas simultâneas da lagosta-verde e da lagosta-vermelha, esta última ocorre em maiores proporções, podendo em algumas localidades e épocas atingir até 85% das ocorrências, como observado por Moura (1965), em frente ao estado de Pernambuco. Em geral, a lagosta-vermelha ocorre em maiores proporções, chegando, em algumas localidades, a valores próximos a 71% do peso desembarcado e 57% dos indivíduos. A maior proporção em peso da lagosta-vermelha deve-se evidentemente ao maior tamanho dos indivíduos da espécie. As primeiras pescarias comerciais, na costa do estado do Rio Grande do Norte, foram realizadas em 1961. Logo, em 1962, toda a costa norte desse estado estava sendo explorada pela frota lagosteira sediada em Fortaleza, Ceará. Ainda no ano de 1961 a pesca de lagosta começou a explorar mais efetivamente o Nordeste Ocidental, partindo de Recife e expandindo-se para o norte e o sul do estado de Pernambuco. Naquele ano, a pesca também atingiu o litoral da Paraíba para, em 1962, alcançar a costa sul do Rio Grande do Norte (PAIVA, 1976).

Em 1975, novas áreas de pesca foram sendo exploradas, de modo que a pesca de lagosta passou a ser também desenvolvida nas costas dos estados do Piauí e Maranhão e em regiões mais ao norte (FONTELES-FILHO, 1988). No final da década de 1970, quando a pesca de lagosta atingia seu nível máximo de produção por causa da produção industrial, as frotas com base nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco expandiram suas áreas até atingir a costa sul do estado da Bahia.

Somente a partir do início dos anos de 1980, é que a pesca de lagosta realizada na costa do estado de Alagoas passou a ter certa importância econômica, embora anteriormente existisse alguma atividade de pesca, desenvolvida com pequenas embarcações. A pesca nesse estado parece estar atualmente desativada ou com pequena representatividade, pois não existem registros de capturas (DIAS NETO, 2008. p. 20).

A atividade pesqueira, na costa Nordeste do Brasil e principalmente na

costa do estado do Ceará, até fins da década de 1950, apresentava características eminentemente artesanais, somente experimentando algum desenvolvimento, a partir do início dos anos de 1960, em função das exportações crescentes desse recurso pesqueiro, principalmente para os Estados Unidos.

Com o crescimento da importância comercial da pesca de lagosta, novas embarcações motorizadas e com maior autonomia de mar foram introduzidas e a pesca passou a atingir maiores distâncias, surgindo daí a necessidade de as embarcações serem dotadas de mecanismos de frio, as urnas frigoríficas, para conservação do pescado. Simultaneamente à evolução das embarcações, foram surgindo novas artes de pesca que, por sua vez, necessitavam de novas modificações nas embarcações. Por exemplo, para facilitar a coleta dos aparelhos, que aumentavam em número e passavam a ser usados em maiores profundidades e distâncias, as embarcações foram dotadas de guinchos mecânicos.

Classicamente, as embarcações lagosteiras no Brasil estão divididas em três grupos: O Primeiro Grupo - são consideradas embarcações pequenas, com comprimento de até 11 metros e cascos de madeira essas embarcações dispõem de uma urna frigorífica (caixa isotérmica contendo gelo) e não contam com qualquer aparelho de auxílio à navegação e geralmente também não dispõem de aparelhos para auxílio à pesca. No entanto, é muito comum na costa da Paraíba o uso de aparelhos celulares para comunicação com a terra. Com essas características, as embarcações pequenas possuem uma autonomia bastante variada, podendo chegar a até 12 dias de mar.



Foto 9: Acaú - embarcação pequena de até 5m

Fonte: Gonzaga Júnior, 2009

A localização de lagostas é feita de forma indireta, através da identificação de áreas com fundo de cascalho, habitat natural das lagostas. Em algumas comunidades pesqueira do Nordeste com maior tradição na pesca da lagosta:

são usados os “prumos”, chumbadas de até três quilos, pressas a uma linha de náilon e tendo na sua parte anterior uma porção de sabão que, ao serem lançados ao mar recolhidos, devem trazer amostra do substrato que, se de cascalho, deverá indicar possível existência de lagosta. As embarcações de pequeno porte, no estado do Ceará (jangadas, botes a vela, paquetes e canoas), operam com uma tripulação composta por até quatro homens: o mestre, que é responsável pela condução da embarcação, e três pescadores. Nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Espírito Santo, considerando somente as embarcações locais, os barcos do tipo pequeno estão equipados com motor, cuja potência varia de 18 a 70HP (IBAMA, 2008, p. 21).

Já o Segundo Grupo é composto por embarcações médias que medem de 11 a 15 metros de comprimento, com casco de madeira ou ferro, possuindo motor com potência que varia entre 70 e 130HP. Esses são barcos com maior autonomia de mar do que os barcos pequenos, podendo permanecer até 15 dias no mar, e possuem casaria na proa ou na popa, estando algumas vezes equipados com aparelhos de auxílio à pesca (rádio e ecossonda). Em geral, esses barcos possuem talha para recolhimento dos petrechos de pesca. Entre

cinco e seis tripulantes são responsáveis pelas operações de pesca – um mestre, três pescadores, um geleiro e um cozinheiro. As funções de geleiro e cozinheiro podem ser desenvolvidas por um único homem.



Foto 10: Baía da Traição - embarcação média de 5m a 11m

Fonte: Gonzaga Júnior, 2009



Foto 11: Acaú - embarcação grande de 11m a 15m

Fonte: Gonzaga Júnior, 2009

O Terceiro Grupo é composto por barcos com comprimento superior a 15 metros, casco de ferro, motor de até 250HP e autonomia para até 50 dias de mar. São barcos que possuem câmara frigorífica e estão equipados com aparelhos de auxílio à pesca e a navegação (ecossondas, rádios, bússolas e guinchos mecânicos). Esses barcos operam com uma tripulação de até dez pessoas, assim distribuída: seis pescadores, um mestre, um motorista, um geleiro e um cozinheiro (CARVALHO, 1996).

Entre os anos de 1974 e 1977, o estado do Ceará possuía a maior frota em operação na área de pesca da lagosta, com 2.235 (59,4 %) embarcações, sendo também o estado que operava com todos os diferentes tipos de barcos usados na pesca da lagosta. A segunda maior frota em operação era a do estado do Rio Grande do Norte, com 669 (17,8%) embarcações. Os demais estados apresentavam participação pouco significativa, conforme segue: Pará – 141 (3,8%), Maranhão – 29 (0,8%), Piauí – 62 (1,6 %), Paraíba – 242 (6,4%), Pernambuco – 166 (4,4%) Alagoas – 58 (1,5%) Bahia – 112 (3%) e Espírito Santo – 46 (1,2%). É importante destacar que grande parte da frota identificada como do Ceará opera na costa de outros estados, a exemplo dos estados do Pará e da Bahia (FONTELES-FILHO *et al.*, 1988). Considerando-se as informações disponíveis, atualmente tem-se que:

a frota que operou na pesca de lagostas no ano de 2004 foi de 5.947 embarcações, das quais apenas 1.204 eram permissionadas para a referida pescaria. Portanto, 4.743 (79,8%) embarcações que operam na pesca de lagostas não estão credenciadas para tal. É importante observar que do total das embarcações, 3.366 (56,6%) são não-motorizadas” (IBAMA, 2008, p. 27).

Um fator externo que teve grande influência na ampliação do número de barcos, principalmente de pequeno porte, sobre a pesca de lagostas, foi a criação, em 1991, do seguro-desemprego durante o período de defeso. Para habilitar-se a esse benefício do governo, o pescador tem apenas que provar que esteve embarcado na pesca de lagostas, sem que necessite comprovar que o barco tinha permissão para a pesca desses crustáceos. Assim, as embarcações que credenciam pescadores ao seguro-desemprego geralmente atuam de forma clandestina, pois, apesar das oportunidades de cadastramento oferecidas pelo Ibama, no passado, eles não se credenciaram a nenhuma permissão especial. Pouquíssimas embarcações, especialmente as de pequeno porte, possuem permissão de pesca de lagosta. É preciso ressaltar, no entanto, que muitas dessas embarcações são permissionadas para a captura de peixes e realizam apenas uma ou poucas viagens, no ano, para capturar lagosta, sendo seu maior objetivo preencher os requisitos para habilitar seus pescadores ao benefício social.

- CAPÍTULO IV -

“No compressor”: pesca da lagosta e mudança social

São aproximadamente uma e trinta da manhã e o pescador Genésio tem que sair para pescar. Acende o fogão e põe o café para esquentar. Tem que tomar rápido, pois seu parceiro, o mangueireiro Biu, já está à porta chamando-o com o restante do rancho que ficou de levar somente agora na hora da saída. - “Porque carne, frango e verdura são perecíveis demais e não podem ficar no barco ao relento”. Na verdade Biu nem dormiu hoje, pois a sua função é, antes de tudo, preparar o barco para sua saída. Ou seja, tem que limpar o barco, abastecer o tanque de combustível, comprar o bujão, fazer a feira e encher as bombonas de água potável para beber e cozinhar. A feira foi feita no mercadinho de Sr. Gildo e como a pesca ainda ta começando foi feito um vale em nome do proprietário do barco, Sr. Raimundo, e comprado tudo no fiado.

É mês de julho e a pesca da lagosta foi liberada e todos os barcos licenciados estão se preparando para sair quase que na mesma hora. A comunidade tá numa animação só, até porque a economia local esquentar mesmo quando os barcos começam a retornar das pescarias, pois o dinheirinho do seguro desemprego da lagosta já está findando, ao mesmo passo que os pescadores de lagosta estão deixando “prego” em todos os comércios locais, da padaria à farmácia, do armarinho ao depósito de gás.

Depois do café apressado, Genésio sai e ajuda Biu a transportar o restante do rancho para o barco, também aproveita e leva o seu colchonete para as poucas horas de sono que terá nesses, talvez, quatro ou cinco dias de pescaria. Ao chegar no barco, o mestre Tonel já se encontra no lugar ligando o motor e testando novamente o compressor, as lâmpadas, o leme e verificando a quantidade de gelo colocada na caixa térmica, bem como cobrando de Biu o restante dos itens do rancho que estavam faltando. Mestre Genésio reclama da outra dupla de mangueireiro e mergulhador que estão demorando, mas que

chegam logo após. Tudo pronto, todos a bordo, o mestre dá a partida e Biu puxa a poita pra cima do barco. São duas e trinta da madrugada e se inicia a primeira de muitas viagens desse ano de 2008.

Antes do nascer do sol, os mangueiros já estão com o café pronto. Sempre reforçado, à base de banana, cuscuz, charque, ovos, manteiga, pão, café e leite, acordam os dois mergulhadores que aproveitaram as últimas horas da noite para tirar um cochilo. Depois de todos alimentados, e material preparado, o mergulhador Genésio em acordo com o mestre decide o local do primeiro mergulho. Biu liga o compressor, prepara o mergulho de Genésio, que pula do barco em seguida e ele começa a soltar a mangueira, soltando devagar na medida em que Genésio vai descendo e se afastando do bote. Depois de uma hora de mergulho, o mangueiro sente duas puxadas e entende o sinal que veio de baixo. Logo, Biu puxa o saco, que havia descido com Genésio amarrado em uma corda, que desta vez não veio muito farta, apenas 7 lagostas. Então Genésio, mesmo embaixo d'água, decide tomar outro rumo, e segue andando até achar algumas marambáias que estão repletas de lagosta, logo ele sinaliza com três puxões na mangueira para o outro mergulhador descer e ajudá-lo. Os mangueiros aproveitam para descabeçar a lagosta e cozinhar a cabeça para fazer o “pernil”, que é vendido ao próprio proprietário do barco, e é um bom complemento da renda já que eles recebem menos que o mestre e os mergulhadores. E assim se segue durante três dias de pesca farta.

Ao retornar ao porto da comunidade, o bote chega por volta das vinte e três horas, já que a pesca de compressor é ilegal, e o mestre, sob orientação do proprietário do barco, prefere descarregar à noite, pois é um horário que não chama muita atenção, apesar de toda comunidade saber como e quando é feita a descarga. O caminhão do pombeiro já está esperando, a lagosta é descarregada em poucos minutos e levada para a classificação. Toda tripulação desce do barco, retorna para casa e só irá receber o pagamento no outro dia, depois que a lagosta for classificada e o proprietário receber o pagamento referente à lagosta “boa”. Mas Biu e Genésio preferem pegar um vale adiantado e vão tomar umas para comemorar a boa pescaria.

Depois da classificação, os pescadores não sabem mais para onde a lagosta vai nem quanto será seu valor ao chegar à mesa do consumidor final. “Mas tudo bem, o que importa mesmo é que depois de amanhã à noite a gente sai de novo pra ganhar nosso dinheirinho sofrido, mas juntado. Porque só assim a gente consegue ter alguma coisa na vida”¹⁷.

Como percebemos na estória acima, que ilustra a abertura deste capítulo, a lagosta passa a ser o elemento definidor, transformador e diferenciador dos elementos locais. Ela define outra meta de vida destes trabalhadores, dantes baseada na atividade extrativa com venda imediata ao mercado, de modo que a maior parte do capital do pescado ficava nas mãos do atravessador e não permitia o acúmulo, já que a comercialização era quase que diária e o retorno financeiro era ínfimo. Ao mesmo tempo, ela é transformadora, pois muda os laços trabalhistas familiares, de compadrio e de companheirismo, dando a tônica de uma cultura que se renova e se redistribui na *confiança* entre os parceiros. Por outro lado, é diferenciadora pela dinâmica desses trabalhadores com a natureza, e que possibilita o acesso a novos bens de consumo dantes nunca estimados como uma realidade possível de ser conquistada na comunidade. A interação desses pescadores com o meio ambiente dá-se e é mediada pelo trabalho. Marx (1982, pp. 99-100) descreve que o “trabalho humano atua sobre a natureza transformando-a, e ela, a natureza, oferece aos seres humanos o meio de existência “com o qual deve se manter um contínuo intercâmbio a fim de não morrer”. Como se observa, a partir daí trava-se uma relação dialética entre o ser humano e o ecossistema marinho, no qual os pescadores constroem e reproduzem seu mundo (material e simbólico) e mudam também a natureza. Desse contato, é acrescentado o jogo das relações sociais que o circundam objetivamente, edifica uma práxis social própria.

Para Mourão (2003), ao estudar populações caiçaras do litoral sul de São Paulo, onde ele discute a emergência de uma ideologia da pesca artesanal

¹⁷ Esta estória está baseada nas histórias reais contadas a partir das entrevistas coletadas durante a pesquisa de campo.

que se origina de uma maior racionalidade decorrente da inserção da atividade no mercado e da utilização de novas tecnologias de captura, sendo esta capaz de formar um estrato social distinto de trabalhadores da pesca mais profissional e apto para pescar no mar-de-fora. Pois há:

uma racionalidade, quanto a orçamento de produção e mesmo a orçamento familiar, emerge desse estrato, em oposição ao estrato tradicional que não tem noção mais ou menos clara dos custos, nem da relação de mercado. Só nesse período, é que se assinala a emergência do que convencionamos chamar de 'ideologia da pesca', entre os próprios pescadores. Embora a maioria não externar seus sentimentos, uma observação mais profunda mostra certa admiração e mesmo respeito por pescadores que, na posse de nova tecnologia, dominam o desconhecido, o mar oceânico, e fazem melhorias nas pescarias" (MOURÃO, 2003, p. 61).

Assim como Mourão (2003) se deparou com uma situação de *racionalidade econômica* com aqueles pescadores "aptos a pescar no mar-de-fora", podemos afirmar que aqueles que pescam lagosta através do mergulho na costa da Paraíba também são imbuídos por uma mentalidade de acumulação do capital através da aquisição de bens de consumo, mesmo que precário, frente aos pescadores que se utilizam de outras técnicas ou que têm por objetivo a pesca de outras espécies marinhas. Ao mesmo tempo, a inserção da técnica do mergulho também foi capaz de formar um estrato social específico facilmente identificado entre os comunitários e distintos daqueles que preferem praticar suas pescarias de peixes ao arriscarem suas vidas nesta atividade de risco.

Além de Mourão (2003), outros trabalhos tinham como objetivos estudar os impactos socioeconômicos na pesca artesanal e as formas de manipulação estabelecidas pelo capital em relação ao modo tradicional de trabalho na pesca, explicitando, assim, a inclusão dos pescadores, de modo subordinado, no jogo das relações sociais (DIEGUES, 1973, DUARTE, 1999, PESSANHA, 2003). Loureiro (1985), por exemplo, traz como pressuposto central de sua pesquisa a ideia de que, para sobreviver como categoria social, os pescadores do município de Vigia, no estado do Pará, encontravam-se ligados e subordinados ao capital. O que não significava uma relação direta, mas indireta, fato que se fez necessário para a própria existência dos

pescadores naquela localidade. O que o autor nos mostra é que:

a inexistência de uma dependência da pesca ao setor industrial, visto que não havia um custo mínimo adiantado pela absorção de meios de produção para o da circulação de mercadorias, ou seja, a articulação se fazia indiretamente e não mediante os custos de produção. E em virtude da autonomia desses pescadores, a exploração e subordinação do trabalho situam-se igualmente ao nível da comercialização e não do processo produtivo (LOUREIRO, 1985, pp. 34-5).

Da mesma forma, os pescadores de lagosta independem do setor industrial no processo produtivo, mas dependem diretamente da comercialização, já que não possuem os pré-requisitos mínimos estabelecidos para o transporte, acomodação, beneficiamento e distribuição ao mercado consumidor, tanto interno (nacional) quanto externo (internacional). Isto sem falar da sua dependência quanto ao meio ambiente, pois o ambiente marinho sofre profundas alterações sazonais com as mudanças de cardumes, ventos, reprodução e migração, correntes marítimas, ciclos de marés, que o torna totalmente imprevisível. Essas características do principal meio de produção da pesca exigem dos pescadores uma profunda capacidade de apreensão do ambiente pesqueiro e de suas inerentes causalidades naturais, que se somam às sociais, cobrando, quase diariamente, uma constante elaboração do trabalho a partir de seu universo teleológico, de seu conhecimento prévio para atuar/intervir na natureza, tendo como mediador o trabalho. Neste último caso, a simples tecnologia e a subordinação aos atravessadores geram uma auto-exploração desses trabalhadores, já que, segundo Loureiro (1985, p. 200), “a maior parte da jornada de trabalho é empregada para que o pescador, seja em produto, seja em dinheiro, reproduza sua própria subsistência, num nível sempre baixo”.

Tudo isso evidencia que a pesca artesanal, independente da modalidade de pesca, não pode ser vista, tão-somente, como consequência de sua interação com o meio ambiente e o modo como os seres humanos se organizam para se apropriar do espaço natural, já que essa atividade assume respostas diante da sua inserção nas relações sociais existentes, que

transcendem o espaço local e interfere no ambiente pesqueiro como resultado histórico do desenvolvimento da produção capitalista. Além do mais, as próprias alternativas construídas pelos grupos e/ou indivíduos, na qualidade de estratégias de sobrevivência, a exemplo da pesca de mergulho, acabam sendo um diálogo com as causas colocadas pelo jogo das relações sociais gerais.

Portanto, tudo isso demonstra que não se pode entender a pesca artesanal e as ações desenvolvidas pelos pescadores sem as colocar dentro de uma universalidade social da qual fazem parte e são definidas. Decerto que estes argumentos buscam dar conta de que as estratégias de reprodução social, adotadas pelos pescadores artesanais, não são meros reflexos dos aspectos macros-sociais, que condicionariam o sujeito social, mas, ao contrário, tais estratégias resultam de relações dialéticas entre o indivíduo/grupo e a totalidade social, e os seus atos acabam, com isso, representando uma síntese dessas interações sociohistóricas. Deste modo, podemos afirmar que a emergência do aparecimento pescador mergulhador não surge como fruto da urbanização das regiões em que se encontram, por exemplo, mas como projeto de vida, passagem para uma nova realidade, que, mesmo não representando fortes rupturas em seu contexto econômico e social, ao menos era um estágio possível de viver em condições mais favoráveis que os demais que se utilizam de outras técnicas.

O acesso aos recursos naturais e meios tecnológicos, como o compressor de ar e o GPS, facilita a opção de sua escolha como principal fonte de renda e melhoramento de vida para esposa e filhos. Deste modo, percebemos que o capitalismo é um sistema capaz de incorporar racionalidade própria à pesca da lagosta com extrema eficiência, adaptando aspectos essenciais à necessária realimentação da ideologia de seus agentes principais. Por exemplo, encontrando escape na adoção de práticas ilegais, como o mergulho e de uso de materiais indevidos na formação de arrecifes artificiais, as marambáias. Esta racionalidade se conforma na adoção de práticas elaboradas no dia-a-dia, conforme apresentada nas narrativas abaixo:

Júnior: *É. Eu comecei indo com ele também. Não faz muitos anos. Porque aqui a pesca é fraca mesmo. Lá fora é que a*

*gente tem uma renda melhor. É onde você compra qualquer coisa ou... melhora a situação da pessoa, né?! Na lagosta lá fora. **Erande:** Não é porque seja mais melhor, tá entendendo?! É porque o dinheiro é juntado. E aqui a gente todo dia ganha vinte ou quinze real, dez, doze, e lá é juntado, e quando vem é um dinheiro só. Tá entendendo? E se a gente trabalha aqui todo dia a gente recebe e lá não, a gente passa três dias, eu já passei até um mês na maré. Pescando de rede neste barco aqui. Ó, tá esse aí. Eu pescava neste barco aí. Eu passava um mês. E até trinta e dois dias na maré, eu passava sem vim em casa. Eu passei... quando eu sai o primeiro mês de casa minha mulher tava grávida desse menino do primeiro mês Júnior. Quando eu sai ela disse “Erande eu to grávida”. Pronto. Eu sai pra maré. Eu voltei Maria tava com um mês. Um mês e poucos dias. Quando eu fui de novo, dois meses ela tava, quando eu cheguei, três, quatro. Só assim. Pescando na Bahia, Salvador. O meu menino nasceu e eu não vi ele. Nasceu e depois eu vi ele depois de uns onze dias. Era um mês de [...] pescava nesse barco aqui.*

A incorporação dessa racionalidade própria e adaptável é facilmente percebida no diálogo travado entres os pescadores Júnior e Erande, onde se apresenta a necessidade de realizar uma atividade onde “o dinheiro é juntado” e que é só “lá fora é que a gente tem uma renda melhor”. Ação esta confirmada por Erande onde o mesmo afirma que “não é porque seja mais melhor, tá entendendo?” Mas é que pescadores reconhecem a necessidade de um autocontrole elaborado e determinado por um agente externo, pois “se a gente trabalha aqui todo dia a gente recebe e lá não, a gente passa três dias. (...) E aqui a gente todo dia ganha vinte ou quinze real, dez, doze, e lá é juntado, e quando vem é um dinheiro só?”

A pesca marítima é reconhecida como umas das atividades profissionais mais arriscadas do mundo, acrescida ao fato de que ainda não há no Brasil, muito menos no Nordeste, uma frota com infra-estrutura suficiente capaz de acomodar itens de segurança básicos para o exercício da atividade. Decerto, não obtivemos conhecimento da realização de política efetiva de apoio e reestruturação da frota artesanal capaz de priorizar os pré-requisitos mínimos de segurança, dentre outras necessidades, a exemplo da aquisição de equipamentos da cadeia produtiva do pescado. Muitos menos percebemos este tema, da segurança, como uma preocupação relevante em nossas conversas. Porém, é recorrente nos estudos sobre a pesca artesanal no Brasil

e no mundo a noção de risco e sacrifício no exercício da pesca, seja ela praticada nas frágeis jangadas (CASCUDO, 2002) ou em barcos industriais (DIEGUES, 1985). De modo que também se torna cada vez mais recorrente a busca por alternativas mais rentáveis, mesmo que a margem de risco e sacrifício esteja sempre presente, pois, como o pescador Everton relata, “*na lagosta é onde a gente ganha uma mixariazinha, né?! Peixe é muito sacrificado aqui pra gente mesmo. Tudo é sacrificado. Então, eu acho que é em todo território. Peixe é sacrificado demais. Agora a lagosta ainda tem uma... o preço tá baixo, né, mas da pra gente descolar o dinheiro da feira, né?*”

É bastante comum nos trabalhos em comunidades pesqueiras haver por parte dos pescadores mais velhos uma recorrência a um passado não muito distante, mas um passado de pesca farta e de uma comunidade idílica. Ao contrário, faz-se uma leitura de um presente muito escasso do ponto de vista da produção e muito mais tenso quanto às relações estabelecidas no trabalho. A exemplo da história contada pelo pescador da Baía da Traição, Comodoro, mas nascido no Rio Grande do Norte.

Comodoro: meus tios, meu avô, ele pescava lagosta antigamente, era uma armadilha chamada “landuar”. É uma roda grande, tipo aquela que pega camarão nos açudes. Uma roda grande de ferro. Uma rede no fundo, e arriava... olhe, tinha tanta lagosta, que arriava aquilo lá e botava o cordão no meio, amarra um pedaço de peixe, qualquer coisa, aí arriava lá. Vinte minutos, meia hora, ia lá, pegava. No que pegava, pegava de uma vez assim. Não saía a que tava dentro [...] puxava, quando chegava vinha a lagosta. Com anos depois foi que inventaram o covo. Mas meus avôs pescavam lagosta desse. Era na praia de Muriu, no Rio Grande do Norte. (...) É. Município de Ceará Mirim. Tanto tinha. Depois começou covo. Aí quando começou covo começou a aparecer as empresas. Barco grande. Tinha muito empresa... eu ainda pesquei ainda... fiz, fazia o covo... eu, por exemplo, é como diz o ministro, “se você é um profissional você é um doutor na sua área.” Ele disse lá daquela vez. Quer dizer eu me considero um doutor na minha área. Porque da lagosta eu sei fazer a armadilha até jogar ela fora. No caso, né, comer e tudo (rs). Eu faço a armadilha, eu sei pegar, eu sei tratar, eu sei gelar, tudo eu sei fazer. Comecei fazendo covo. Quando eu pescava peixe e começou a lagosta de covo, eu deixei de pescar e fui fazer o covo. Fazia tela de arame, o covo de madeira de mangue. Porque hoje não pode também da dificuldade também porque não pode tirar o mangue. O IBAMA não permite, né?! (...) Depois, naquela época não tinha isso, né?! A gente fazia de

covo, de mangueira, de mangue. Fazia tela de arame. Aí eu fazia o covo, eu cobria, eu armava tudo. Botava [...], botava no barco. Arriava pra pescar. Pegava o produto. Tudo isso eu vem fazendo já há muito tempo. Mas hoje, hoje não tem como. O caba se quiser ganhar alguma coisa tem que ser no mergulho. No mergulho mesmo.

A pesca da lagosta sempre foi uma atividade praticada ao longo do litoral nordestino, mas foi no estado do ceará que ela se destacou mais. Até a década de 1970, o Ceará era responsável por 80% da produção no Brasil, e sempre foi referência na captura do crustáceo com a armadilha (covo ou manzuá), mas com o declive da produção, ao longo das décadas seguintes, tanto os barcos começaram a explorar o litoral dos estados mais ao sul, quanto iniciaram a utilização de outras técnicas de captura, como a rede caçoeira e o mergulho com compressor de ar. Com barcos mais preparados para a captura e com um mercado consumidor já definido e consolidado, os cearenses se expandiram e se alojaram em outros estados da região. E esta passagem pelo litoral paraibano é motivo de registro de presença marcante na mudança de comportamento e de perspectiva de vida dos locais. Em 2009, registramos cerca de 32 proprietários de 39 barcos de até 15m em Acaú vindos do Ceará, dos quais 23 residem no local. É notório nas narrativas dos pescadores locais que a chegada dos cearenses na década de 1980 foi o marco da mudança da pesca da lagosta na comunidade. Como podemos perceber nas falas dos pescadores Cun, Bolo e Custódio:

Cun: *Olhe, eu vou dizer, eu desde de oitenta e oito, de oitenta e oito, que convivo com pescador, de lagosta, ta entendendo?! E eu mesmo achava muito bom. Pra mim e pra muitos aqui de Acaú, quando os cearenses vieram pra cá. Porque era tudo os cearenses. Olhe, os cearenses vinha, trazia pro pombeiro comprar: buzo, guajá, ta entendendo?! Peixe, peixe não faltava, que os cearense são umas pessoas que eles são um povo de barriga cheia. Cearense eles não tem pena quando chega do mar. Se tem uma pessoa aqui na praia pra pedir um peixe eles não nega um peixe. Ele dá. Ta entendendo?! E essa falta dos cearenses ter vindo a Acaú, muita gente foi prejudicado. Eu digo e garanto.*

Cun: *Porque quando os cearenses tava aqui, porque era muito barco, era muito barco, e todos os dias saía e vinha barco do mar. Ta entendendo?! E a fatura era boa. Hoje já não é antigamente. Hoje, sai um barco hoje pro mar, só vão chegar sexta-feira. E naquele tempo quando os cearenses tavam aqui saía e chegava*

porque era muito. Mas uma coisa vou lhe dizer, os caba daqui de Acaú que aprendeu pescar com os cearenses. Eu conheço aqui tem muitos. Mas assim, o pessoal dá mais prioridade a pesca da lagosta mesmo, né?! Nesse tempo eu prefiro a lagosta.

Bolo: *Não. Aqui não tinha pescador de lagosta não. Os cearense traziam pescador de fora. Eles traziam pescador do Recife e traziam pescador do Norte. Era. Aqui não tinha pescador de lagosta não. Aqui todo pescador era de peixe. Todo ele. Camarão e peixe. Todo ele. Tudinho pescador de peixe. (...) Eles vivia bem, porque aqui, olha Júnior, aqui ninguém nunca teve essa separação de pescador de fora com pescador daqui, nosso. Quase todos eles eram irmão um do outro. Porque você sabe quando chega aqui, todos pescadores aqui parece que são irmão um do outro, né?! (...) Começaram a se envolver na pesca da lagosta porque foi crescendo a maioria de embarcação, foi chegando barco de mais a mais, de mais a mais, aí foram envolvendo um com o outro, outro foram aprendendo, aí foram chegando até agora... muitos pescadores aqui, tem mais de cem pescadores aqui que pesca lagosta já. Aqui. Uns é mestre, outro são proeiro, outros são mangueireiro, e é aquela concorrência que vão fazendo, né?! E ta aí no meio aí a lagosta aí com eles aí pescando, tudo junto um do outro. Parecendo irmãos.*

Custódio: *Em oitenta... aí chegou o mergulho no peito. Todo mundo começou a aprender mergulhar. Eu mergulhava muito. Aqui abaixo da “galé”, três metros, três braças, assim, eu mergulhava muito. Aí fui me dedicando e aprendi lá pra fora. Sete braças eu comecei a mergulhar. Mas aí a gente usava uma tarrafa, era dois mergulhador, a gente respirava bem muito, a água era limpa que a gente via a lagosta lá de cima, com sete braças. Aí a gente se preparava com aquelas nadadeiras e descia os dois. Quando a gente chegava no chão, aquela ruma de lagosta tava assim, aquela ruma. Aí um pegava parte da tarrafa, puxava pra lá e outro pra cá, aí cobria e subia. Quando aquele pano batia em cima delas que elas “talhava”, aí tinha o chumbo, né, aí ficava tudo debaixo. A gente descansava e descia de novo. Quando chegava lá, tem o olho da tarrafa, né, um mergulhador pegava ele e deitava e puxava e outro ia tangendo. E essa lagosta corria tudo para aquele “ouro” e ficava um sacão. Um subia, a gente subia pegava um pedaço de corda, amarrava aquele mói de chumbo, ela ficava no saco e aí a gente pegava todos os dias, quando a gente começou a mergulhar, era muito bom. Era quatro saco, era três sacos, era dois sacos. E a gente ia de manhã, de duas horas a gente já tava em casa, e haja lagosta. E aí começou as exportação, né?!*

No entanto, mesmo com a redução gradativa nos estoques de lagosta no litoral brasileiro por causa da extensiva sobrepesa (DIAS NETO, 2008), principalmente nos últimas 10 anos, onde, inclusive, o período do defeso teve que ser estendido de 4 para 6 meses, ainda há uma preferência inigualável

pela pesca deste crustáceo. Dando continuidade à narrativa, o pescador Cun nos apresenta alguns dos motivos principais da dedicação e “preferência” pela lagosta.

Cun: *Olhe, Júnior, é o seguinte, porque tudo da pesca que seja exportação, ela tem oportunidade de o pescado ser mais comprado, ta entendendo?! Hoje a pescaria da tainha é assim, tem se dado muita tainha, aí os comprador param de comprar. Aí você até para de pescar porque o comprador... não tem comprador pra você vender o pescado, ta entendendo?! Mesmo assim o camarão. O camarão ta ficando bom agora de vender porque a gente tamo em setembro. O verão... vem chegando o veronista aí você... mas a lagosta é diferente. É exportação. Você pode pegar, o que você pegar não tem esse negócio de faltar o comprador, porque é exportação. O segredo da lagosta é esse. A preferência da lagosta é essa. Porque é bom de vender. É exportação. Enquanto esse peixe que a gente vende aqui não é exportado.*

Outra característica presente nas duas comunidades em questão, Acaú e Baía da Traição, dados os motivos apresentados no primeiro capítulo deste trabalho, resultante na falta de alternativas de trabalho, faz com que, além da iniciação na atividade desde jovem, alguns profissionais também mudem de profissão para a pesca da lagosta dada a lucratividade e estabilidade do setor. O caso mais comum de mudança de atividade, ou até mesmo alternância dá-se nos profissionais da construção civil, como pedreiros e serventes que passam a se dedicar à pesca da lagosta, a exemplo do Sr. Jânio, que hoje é Presidente da Associação dos Pescadores Pobres de Acaú, hoje a maior entidade associativa que mais possui barcos permissionados para pesca da lagosta na costa da Paraíba, que soma um total de oito embarcações. No entanto, quem nos conta essa história de mudar de profissão para se dedicar à pesca é o mergulhador Everton.

Everton: *Eu comecei a pescar faz uns vinte e dois anos. Comecei com uma amizade com a turma aí, que eu era padeiro, num sabe?! Eu era padeiro. Tenho até carteira profissional de padeiro. Sou profissional. Aí eu não quis mais viver desse negócio de padaria, me dediquei a pesca. Aí comecei [...] os amigos meu em Pitimbu, né?! Aí comecei a*

pescar, e pronto, até hoje. A pesca da lagosta. Só vim porque era pra pescar lagosta, aí de vez em quando para eu vou pescar peixe. Na padaria até que dava sabe, mas eu via os menino aqui tudo crescer com a lagosta então eu disse `sabe duma coisa, eu vou também'. Aí larguei a padaria e vim pra pesca da lagosta. Aí casei com essa menina aqui e vim pra Acaú.

Um outro fator que nos permite evidenciar essa nova perspectiva de racionalidade econômica na pesca da lagosta através do mergulho, é que ela vem se dando em detrimento da preservação dos recursos marinhos existentes. O pescador formado através da *herança*, filhos de mestres e de pescadores antigos têm uma tendência cultural mais propícia ao elemento preservacionista, dado que ele acaba se tornando portador daquilo que Duarte (1999) chamou de o *saber pescar*, ao passo que aqueles pescadores iniciados na atividade de formas diversas, com exceção do elemento da herança, tendem a se comportar como muito mais propensos a simples exploração do recurso. Uma tendência cultural dos que “vêm de fora”. Deste modo, percebemos, nas narrativas abaixo, que em muitos casos os recursos pesqueiros são vistos, por esta segunda categoria de pescadores, como uma “herança divina” que deve ser explorada e é inacabável.

Everton: *[na pesca da lagosta] a gente mete a cara mesmo aí e faz. Não ta roubando. Não ta roubando não. A gente ta pegando o que Deus deixou aí pra gente pescador. Eu já disse umas dez vezes. Que é direito do pescador. Se é uma pescaria predatória, que ta prejudicando a gente, deixe a gente se lascar pra lá, né não?! Prejudicando a gente. Quem vai morrer é eles?! Quem vai morrer é a gente mesmo. Quem tá morrendo é mergulhador, não é gente do IBAMA. Eu, pra mim, o meu ponto de vista é esse daí. Deixa tudo liberado isso daí pra gente pescar, ficar a vontade que Deus deixou pra gente pescador mesmo. Pra todo mundo da terra aí que Deus deixou na terra deixou pra gente de terra, o que deixou no mar foi pra pescador mesmo.*

Essa visão individualista de Everton, ao afirmar que “é direito do pescador” e o que “Deus deixou no mar foi pra pescador mesmo” tem um pano

de fundo pré-estabelecido através da visão judaico-cristã de salvação individual, aprimorada ou reafirmada pelo capitalismo moderno de que há oportunidades iguais para todos. Se considerarmos que esta categoria de pescadores está baseada na lógica da acumulação do capital através da aquisição de bens de consumo, mesmo que precária, a ideia de “igualdade de oportunidades” onde todos terão acesso ao mesmo quantitativo de recursos pesqueiros é igualmente falsa, haja vista que há limitações e escassez dos estoques, cada vez mais vigente. Assim como no capitalismo não há oportunidades iguais para todos, dado que, para sua manutenção, é situação *sine qua non*, uma maior parcela de indivíduos explorados. Um ‘mal’ necessário. Deste modo, por mais que os pescadores de lagosta não explorem aqueles pescadores que se utilizam de outras técnicas ou que têm por objetivo a pesca de outras espécies marinhas, eles reconhecem a necessidade desses existirem, pois os estoques estão extremamente limitados e não há como absorvê-los. Porém, esta categoria de pescadores que está fora do circuito da lagosta é encarada nas comunidades como uma categoria de trabalhadores financeiramente rebaixada, como uma ‘casta baixa’. E por isso passível de pré-conceitos e discriminação, a exemplo do que nos mostra o mergulhador Ricardo.

Ricardo. *Mas um pescador de peixe, rapaz, ele não vive não, ele vegeta. É aquele dinherin minguado todo dia, sabe. Chega o final do mês o caba ganhou o que? O caba comprou o que? Ninguém viu! Mas os lagosteiros graças a Deus, pouco ou muito, ganha. Ali pra ganhar seiscentos, setecentos contos num dia, quinhentos conto, dependendo da produção, quatrocentos, dois dias, seiscentos, dois dias, a semana todinha descola mais de mil.*

A afirmação de Ricardo de que “o pescador de peixe, ele não vive não, ele vegeta” é a afirmação de que esta categoria de trabalhadores, apesar de viver, relativamente, nas mesmas condições de trabalho e risco, bem como de partilhar da mesma realidade infraestrutural das comunidades em que vivem, não goza da oportunidade daquilo que Erande chamou de “*dinheiro juntado*”, que funciona como uma espécie de poupança informal e lhes confere outras

oportunidades não alcançadas por aqueles que recebem “*aquele dinheirinho todo dia*” e que não percebem os resultados materiais do seu trabalho, pois “*chega o final do mês e o caba ganhou o que?*” Mas, nesse jogo de (re)configurações dos atores da pesca, ao contrário da exclusão simbólica do pescador de peixe entre os comunitários e os próprios pescadores, o mergulhador tem seu destaque garantindo. Na prática desta atividade de risco, o mergulhador é auxiliado por um compressor de ar, no qual o ar fica comprimido, geralmente, em botijões de gás adaptados, e é levado aos mergulhadores por meio de uma mangueira, que deveria suportar alta pressão, no entanto, trata-se de mangueira de jardim, e tem o seu volume controlado por válvulas simples que são reguladas pelo “mangueiros”. De modo que há uma dependência dos proprietários de barcos, *pombeiros* e empresários em relação a este trabalhador, pois não são todos que se propõem a arriscar suas vidas numa atividade tão insalubre. Mas na atividade do dia-a-dia o mergulhador tem seu lugar de destaque na embarcação e goza de atenção especial.

Gonzaga: Quer dizer que o mergulhador é o cara mais bem tratado do barco, né?! **Cun:** É. E o leite sempre tem que tá o leite pra ele tomar. O cozinheiro já sabe, a comida dele já sabe, né?! Quando aí o mergulhador, “*minha comida cozinheiro*”, aí a comida do cozinheiro na vasilha, aí é aquela comida diferente, né?! Uma comida mais sagrada pra... tá entendendo?! No limitezinho pra ele não se prejudicar lá embaixo d’água. Come e descansa um pouquinho, aí mergulha. Não pode comer pra encher bastante a barriga pra mergulhar não. Se ele fizer isso, pega o ar na certa.

Essa atenção toda ocorre devido ao fato do mergulhador ser hoje o principal responsável pelo resultado positivo da pescaria. O mestre conduz a embarcação quanto sua navegação e o bom andamento das atividades dos embarcados. Porém, o principal objetivo da tripulação, que é pescar a maior quantidade possível de lagosta, depende basicamente do trabalho que é realizado pelo mergulhador embaixo da água. Além disso, o fato de ter “*uma comidinha mais sagrada*” e no “*limitizinho*” diz respeito ao fato de que muitos proprietários de barcos trabalham com o intuito de ter que diminuir margem de risco de acidentes com seus pescadores. Deste modo, alguns preferem ter

que gastar mais com um rancho mais elaborado para agradar e satisfazer seus pescadores, mergulhadores ou não, a ter que responder inquérito junto à Marinha e ao Ibama por causa de possíveis incidentes, ou ter seu barco abandonado por sua tripulação. No entanto, dado a procura de barcos para trabalhar, principalmente pelos mais jovens, esse cuidado com a tripulação nem sempre se torna uma regra. A exemplo do que nos conta o pescador Everton.

Everton: *Eu vou dizer uma coisa a você, a gente aqui se fosse andar pelo livro mesmo, né, o livro de mergulho, que a gente... quer dizer, eu como mergulhador profissional, sabe que eu sou profissional, né, faz vinte e dois anos que eu mergulho, né?! Eu sou um profissional assim compressor, né?! Porque na regra mesmo aqui ninguém trabalha não. Sobre comida adequada pra gente não. Come qualquer coisa mesmo. Por isso que tem muitos que são órfão, né. Que morre. Que a gente não sabe também o preparo, né?! Preparo, a gente não tem preparo não. A gente sobe e a gente mergulha e pronto. Mergulha três horas, quatro horas de mergulho. Sobe logo. Isso é complicado, né, por causa disso. Descompressão pouca, né?! A gente nunca teve um professor pra ensinar a gente aqui, lugar atrasado, nunca vi na minha vida. Aí fica difícil até explicar, né?!*

Foi bastante recorrente ouvir, em campo, reclamações e elogios, das mais variadas formas, aos proprietários de barcos e *pombeiros* nas duas comunidades quanto à atenção e ao cuidado dispensado com a segurança e comodidade destes trabalhadores. Não houve uma uniformidade nas opiniões dos pescadores, seja dos mergulhadores ou dos mangueireiros, apesar de todos reclamarem mais atenção por parte daqueles que financiam a pesca da lagosta quanto tomarem medidas de redução de riscos nesta atividade. Mas, por se tratar de uma prática ilegal, existe certo conformismo com as condições precárias do trabalho a que são submetidos.

No mesmo passo do debate quanto ao trabalho insalubre partilhado por todos os tripulantes das embarcações pesqueiras artesanais e a emergência da busca por arranjos que minimizem esta situação, existe um outro vigente que merece igual importância, mas que, no entanto, os possíveis arranjos

serão muito mais complexos já que estão para além do debate institucional, mas cultural. Pois, na tradição pesqueira artesanal, a figura do *mestre* sempre foi concebida como responsável pelo ordenamento das funções nas embarcações e nas tomadas de decisões frente à escolha dos melhores locais de pesca e nas decisões necessárias em situações de possíveis conflitos. Porém, na pesca de mergulho, a autoridade conferida ao mestre passa a ser partilhada, e/ou em alguns casos até ameaçada, dada a importância representativa e prática da ação do mergulhador. Nas narrativas abaixo podemos perceber a confusão representativa entre estes dois importantes atores numa atividade que tende a se (re)configurar mediante as demandas de um mercado cada vez mais exigente.

Bolo: *É assim, Júnior, olha, quando o mergulhador não quer ir, tchau, o dono fica parado, o mestre fica parado porque o barco não vai sem o mergulhador. O que influi é o mergulhador ir. Se o mergulhador chegou lá fora, disser que não vai mergulhar, o barco vem pra terra. Porque quem vai trazer a produção é o mergulhador, né?! Pois é.*

Júnior: *Aí depois que afundeia o barco, pára a pescaria, então ali a ordem é do mestre. Mas na hora do trabalho o mergulhador é que manda, pra botar pra onde ele quer.*

Comodoro: *Mas no caso da pescaria de lagosta, de compressor, já fica um pouco diferente. Porque tem o mestre que manda, mas tem o mergulhador. [...] No caso o mergulhador que manda na pescaria. Porque o mergulhador “eu quero mergulhar em tal canto.” Aí o cara tem que ir pra lá. Aí o mergulhador mergulha ali duas, três horas, sobe. “Bota mais pra ali, mais pra acolá.” E o mestre vai botando pra onde o mergulhador vai mandando.*

Primeiramente, Bolo nos apresenta uma situação colocada em terra, onde se “o mergulhador não quiser ir, tchau, o dono fica parado, o mestre fica parado”. Porque sem ele a pesca é impossível de ser realizada, o que passa a trazer grandes transtornos para o proprietário do barco, primeiramente, e para toda a tripulação que passa a ficar totalmente dependente e impotente frente a

esta situação. Enquanto Júnior nos mostra uma situação onde a divisão das responsabilidades são igualmente divididas entre o mestre e o mergulhador, pois quando *“afundeia o barco, para a pescaria, então ali a ordem é do mestre”*. No entanto, tão importante quanto conduzir o barco até a área de pesca é que *“na hora do trabalho o mergulhador é que manda, pra botar pra onde ele quer”*. Já Comodoro radicaliza na opinião em afirmar veementemente que na pescaria de lagosta é o mergulhador *“que manda na pescaria”*. Mas, apesar de haver uma relativa autoridade conferida ao mergulhador, concebida através, talvez, do grau de importância dada à sua atividade diante do restante da tripulação, mas mensurada, por alguns, em pé de igualdade com o mestre, pois não se nega, em nenhum dos casos apresentados, a dependência auferida ao grau de experiência adquirida pelo mestre ao longo dos anos, provada dia-a-dia em cada jornada. Deste modo, apesar da inserção na atividade ser, muitas das vezes, objetivada através da prática do mergulho, o destino almejado por aqueles mais ambiciosos é sempre a *mestrança*. A ambição aqui colocada não se dá nos termos de querer chegar à condição de mestre prejudicando outros companheiros de trabalho, mas no sentido de objetivar uma condição de trabalho em que não haja perdas financeiras, ao mesmo tempo que esteja assegurado numa atividade de menos risco.

Ronaldo: [...] não é porque eu tenho medo de mergulhar não, assim, é porque eu to vendo que no momento a opção de eu tá em cima trabalhando é mais favorável. É mais seguro. Aí pode ser que amanhã ou depois [...], a pessoa volte de novo a.

Erande: É mais seguro. Mergulhar é bom mas eu quero mesmo é ser mestre. A gente pode ganhar a merma coisa e não corre risco de pegar um ar, né não?

Bolo: Mas porque ele é muito apaixonado, que agora eu fiz o curso de teoria a prática pra isso, e o homem, ele não vai porque ele é teimoso não, ele vai porque ele gosta. Não é?! As mães dá conselho, os pais dá conselho, as tias dá conselho, e os irmãos dá conselho e eles teima e vão, até chegar os termos de algum acidente, ou morrer, pegar o ar. Ficar parálítico. Mas além disso, tens uns que tem medo e depois de uns tempo vira mestre. Ganha a mesma coisa e é mais seguro.

Mas nessa relação também há aqueles que reclamem medidas mais severas frente à prática do mergulho. Pescadores que não estão envolvidos na

pesca de mergulho reivindicam medidas severas quanto ao atendimento a estes pescadores e casos de acidentes, como nos apresenta o Mestre Bolo.

Bolo: Porque no Ceará, quantos de cadeira de roda. Quantos já morreram. *Quantas mulheres já aposentada por essas mortes de compressor. Que o IBAMA bate em cima. Aí fica um pouco difícil por causa dessas mortes e aleijamento. Cadeira de roda. Muito, muito e fica um pouco perturbando a nós, né?! Porque você... mesmo a gente aqui... eu acho assim, que o petrecho de pesca ele sendo proibido não podia aposentar nem encostar um pescador de mergulho. Não era Júnior? Por que o petrecho de pesca não ta proibido? Eles não podia ir não. Não era? E nem podia aposentar. Nem podia a viúva ficando e aposentar. A viúva porque morreu. Porque o pretexto de pesca não ta proibido? E outra, o que eu acho assim, certo que o governo, o presidente, junto com os presidente das colônias, se o pretexto de pesca é proibido, a rede e o compressor, só podia receber seguro quem fosse o pescador de manzuá. Não era? Mas não. Tem autoridade, todo ele recebe seguro. Isso aí, se for pescador de peixe, se for pescador de lagosta ou camarão mesmo eles tão recebendo, né?! Isso aí é a vontade do governo, do presidente Lula soltar esse dinheiro, né, isso aí ninguém vai discutir porque isso aí são pescadores, todos pagam seus direitos, né, na colônia de pescadores e tão com esse direito de receber esse seguro. Mas, fica em dúvida.*

A lógica da reivindicação apresentada por Bolo está correta, se pensada nos termos da legislação que proíbe o petrecho, mas o atendimento aos direitos previdenciários não prevê que se impeça de acessá-los por usar uma técnica de captura proibida, sendo necessário apenas praticar a atividade profissional, a pesca, independente da forma. Mas Bolo pensa assim: *“que o petrecho de pesca ele sendo proibido não podia aposentar nem encostar um pescador de mergulho (...). Por que o petrecho de pesca não ta proibido? Eles não podia ir não. Não era? E nem podia aposentar. Nem podia a viúva ficando e aposentar”*.

O que Bolo nos apresenta é uma reivindicação de muitos pescadores de peixe que não podem competir diretamente com a rentabilidade desta atividade, mas que para, além disto, mostram seu grau de reprovação frente a esta atividade, que poderia inclusive ser seletiva, mas nunca deixou de ser predatória. A defesa do meio, neste caso, acaba sendo sempre a denúncia, nem sempre concretizada e formalizada junto aos órgãos fiscalizadores.

Para que fosse possível haver o mergulho, os pescadores fizeram uma

adaptação no barco que funciona da seguinte forma: ao motor do barco se acopla um compressor de ar (igual aos que encontramos nos postos de combustíveis para encher pneus de carro, por meio de uma correia). O ar produzido é levado por uma mangueira, onde na sua extremidade se acopla uma válvula e depois uma boquilha. O mergulhador também usa uma espécie de cinto de chumbo, que funciona como um contrapeso, para poder descer e caminhar no fundo a procura das lagostas. De modo geral o pescador mergulhador pode ir até 40 metros de profundidade e se locomove por uma grade área, já que as mangueiras podem ter até 300 metros de comprimento. Mas para que o mergulho seja possível existe um elemento de extrema importância, que é o mangueireiro. Além do que já foi exposto sobre as tarefas exercidas por este trabalhador antes do início da pescaria, o mangueiro ainda trabalha durante e depois da jornada. Pois são eles que cuidam do bom funcionamento do compressor, do filtro (ou balão) e das mangueiras. Segundo Júnior: *“o compressor funciona através do motor do barco. O motor fica funcionando direto, e o compressor fica parado”*. Mas só começa a funcionar quando o mangueireiro coloca uma correia, ligando o compressor com o motor, pois, continua Júnior, *“a pessoa tem que saber botar, senão estoura os dedos, estoura a mão. Não é todo o mundo que sabe não”*, explica o experiente mangueireiro.

Na saída do compressor existe um mangote que leva o ar até um “balão”, que nada mais é do que um bujão de gás de cozinha adaptado, onde o ar é guardado. A válvula de segurança do bujão é retirada para que se coloque uma torneira na qual se ajusta uma mangueira. A esta mangueira está ligada um filtro, ao qual se ajustam também as saídas para as duas mangueiras que são usadas pelos mergulhadores, quando se mergulha com dois pescadores. Geralmente, as mangueiras são iguais às usadas em jardins e estão em bom estado de conservação, o que diminui o risco de acidentes. Mas tanto na Baía da Traição, quanto em Acaú, já encontramos mangueiras velhas e desgastadas, algumas possuíam, inclusive, alguns remendos. Para minimizar esta precariedade de segurança no mergulho se estabelece uma relação mútua de confiança entre o mergulhador e o mangueireiro, pois a vida de um

depende exclusivamente do bom andamento e atenção de um para com o outro simultaneamente.

Custódio: *Tem [mergulhador] que confia em qualquer um. Confia em qualquer um. Primeiro o seguinte, a gente quando se equipa, que desce, a gente começa a puxar o ar pela boca, [...], e ta tudo bem, ta tudo bem, vai descendo, se por acaso a gente desce quinze metros e se aquela mangueira der uma volta... porque a mangueira é uma mangueira dura que ela não quebra assim fácil não, sabe?! Ela não dobra fácil, mas se dobrar a gente sente. A gente sobe. A gente sobe. E quando acontece de um manguereiro se descuidar e a hélice lá atrás pegar o cara também sobe. Sobe também. O que mais prejudica é essa quantidade de tempo que ele passa despercebido. Eu lhe digo porque aconteceu comigo duas vezes que eu peguei ar. Como é esse ar? É uma dor que dá em qualquer parte do seu corpo através do trabalho que você ta lá embaixo. Você passa uma hora em vinte metros d'água, lá no chão trabalhando, você não sabe quantas toneladas ta nas suas costas, você com ela, né, de água e peso. Então você trabalha uma hora, de uma hora de trabalho você ta bem flexívelzinho. Você não pode ter muito choque, você não pode pegar em peso, você não pode botar força. Não. Você tem que trabalhar bem cuidadoso pra não ter... se você vê um peixinho grande e você vai puxar ele dum buraco a força, pronto, aí dá uma dor em qualquer uma parte do seu corpo... E isso acontece demais. Já aconteceu muita morte por causa disso.*

Bolo: *Júnior, olha, é dois manguereiro. Um controla o motor do compressor, né?! Um mergulhador vai e passa três horas embaixo. Esse mergulhador que passa três horas embaixo ele tem o controle do manguereiro. Se um subir daqui a três horas, aí já vai outro manguereiro com outro mergulhador. Só um controle, né?! Só um controle de manguereiro com mergulhador. Porque cada um confia um no outro. Porque você sabe que o mergulhador, a vida dele ta na mão do manguereiro. Se o cara controla o manguereiro, controla melhor pra o mergulhador, quer dizer que eles ali tão confiando embaixo. Seja dezoito braças de profundidade ou vinte e cinco ou trinta braça de profundidade. Eles ficam confiando no manguereiro. Porque ali quem faz o controle é o manguereiro, e outra também, o dono do barco ele tem a grande responsabilidade por causa do hélice não cortar a mangueira do mergulhador.*

Como Custódio nos afirma “*tem [mergulhador] que confia em qualquer um [manguereiro]*”, mas isso me parece que não é regra. Aliás, os dados de campo nos mostram que a regra é estabelecer uma relação de confiança entre parceiros que se siga o máximo de jornadas de pescaria possível, dado o grau de confiança estabelecido entre os companheiros. Pois o “acaso” da mangueira

dobrar e faltar ar ao mergulhador pode também ser traduzido na falta e atenção do mangueireiro, que pode ser fatal. E continua Custódio:

Custódio: O mestre do barco, ele dá um descontrolo no leme, o hélice vai pega naquela mangueira, corta, o mergulhador já ta embaixo com aquele fôlego do compressor, ele não vai ter a possibilidade de subir. Por que? Porque eles contém uma chapa de chumbo na cintura pra descer. O ar já ta por ele mesmo lá embaixo no compressor, e quer dizer que ele não vai ter força de subir. O que é que acontece? Quando ele sente falta que o mergulhador não tem força de subir, que é um mergulhador já de trinta a quarenta anos, que é que eles fazem? Eles vão chamar o outro barco que ta lá embaixo. Quando o outro barco vem, que mergulha pra ir buscar o mergulhador ele já ta morto. Ele já tem tirado o que? Já tem tirado o pé de pato, já tem tirado máscara da cara, ele só faz trazer só o defunto mesmo. Aí haja isso aí.

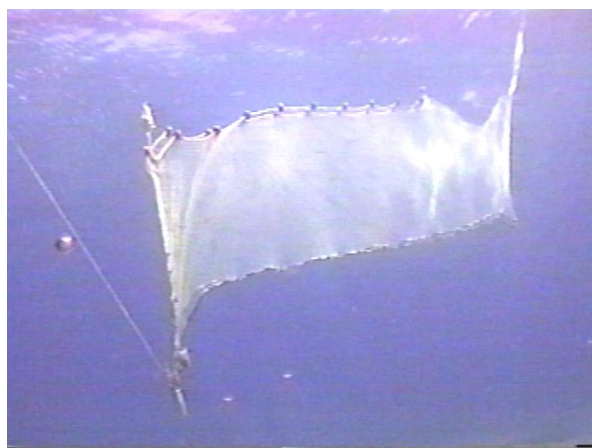


Foto12: A sequência de imagens nos mostra ação do pescador mergulhador na pesca da lagosta

Foto: JULIO A.BAISRE, 2009

Maldonado (1994, p. 93) já discorria sobre a noção de sorte num espaço indivisível e imprevisível como o mar, ao afirmar que:

o espaço marítimo se destaca dos outros ambientes onde o homem atua pelo fato de ser considerado como 'patrimônio comum', de ser 'indivisível', de 'não se dar a uma apropriação formal e contínua' e de conter um produto móvel e imprevisível'.

Mas a imprevisibilidade dá-se também no ambiente humano, a que toda tripulação está passível de eventos extraordinários como acidentes e até a morte. Neste sentido, um outro elemento se torna vigente nestes casos que é o não dito, o indizível, o segredo. É recorrente entre os pescadores artesanais marítimos manter uma relação de confiabilidade e cumplicidade nos eventos de morte. Neste sentido, algumas embarcações procuram simular situações de fuga e enfretamento, seja dos órgãos militares ou até mesmo dos familiares dos acidentados e falecidos, atracando em outras praias e procurando hospitais de cidades mais distantes de sua comunidade de origem. Assim nos conta Bolo:

Bolo: *Olha Júnior, eu nunca vi um mergulhador sair daqui junto com um dono de barco pra trazer ele morto pra encostar nessa mesma praia. Ainda não vi. Aqui ainda não vi. Se você chegar a sair daqui hoje, com mergulhador, com mestre de barco, se morrer lá fora no compressor, ele não encosta aqui. Ele encosta lá no Caú. Se for lá do Caú, ele encosta aqui na Pontinha. E outra, se for uma família perversa, que sabe que o mergulhador veio morto, ele não encosta aqui, ele encosta em Ponta de Pedra ou Itamaracá. E leva o cabra morto como ele ta vivo para o hospital. Chega lá o hospital dá um atestado de óbito, que traz ele como já morreu no hospital, mas ele foi morto pra o lugar. Já teve demais. Tranquilo. Já teve. Encostar no Recife e levar lá o cara de muito dinheiro. O dono de muito dinheiro, pegar, o médico dá o atestado de óbito como ele foi morto no hospital. Já teve esses casos aqui. A tripulação as vezes fala. Muitos negam. Muitos diz que foi dor. Muitos diz que foi derrame. Muitos diz que foi comida. Muitos diz que foi uma febre que deu, intestinal. Mas tudo foi o ar do compressor. Aqui a gente tem um cabra muito novinho, é o tal do Pitó, muito*

novinho, repara, ele com dezessete anos pra dezoito, com três filhos, porque paralisou daqui pra baixo. Ele teve doze dias em coma lá no trauma. Depois de doze dias ele chegou ao normal, mas perdeu todo nervo ele perdeu. Ele hoje anda todo tronxo. É encostado pela colônia, o INSS encostou, mas ele não tem mais força de mergulhar, nem de trabalhar. É o Pitó. E esse caso aí eles negaram que, foi a mangueira que cortou, mas eles negaram, que foi um derrame que deu. Mas não foi. Foi o compressor. Foi o ar do compressor que matou ele, que acabou com ele.

Independentemente da pesca ilegal ou não, um dos grandes desafios enfrentados pelos pescadores artesanais do litoral brasileiro, dentre outras coisas, consiste na falta de assistência e atendimento de urgência no mar. A reconhecidamente limitada estrutura de órgãos que prestam este tipo de atendimento e de fiscalização marítima como o Ibama e Marinha. Dados de 2009 revelam que no litoral da Paraíba existem em torno de 8.000 (oito mil) pescadores registrados no Registro Geral da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura, dos quais cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) pescadores se dedicam exclusivamente ou alternadamente à pesca da lagosta. Por se tratar de uma atividade totalmente artesanal, com um nível de atualização tecnológica muito baixa e a relação estabelecida com o mercado consumidor ser sempre informal, essas características sempre se refletiram na informalidade das relações de trabalho, ficando estas estabelecidas pelos valores culturais e o respeito mútuo adquirido ao longo dos anos pela tradição pesqueira. No entanto, relações humanas estabelecidas frente aos desafios de mudança e convivência com a natureza sempre é uma relação dialética que se re-configura mediante novos arranjos de trabalho através das relações sociais existentes. Neste sentido, a pesca de lagosta através do mergulho é uma atividade que vem configurando uma mudança nas relações de trabalho existentes nas embarcações. Não tive notícias de nenhuma espécie de formalização nas relações de trabalho na pesca de lagosta nas comunidades estudadas, contudo seria improvável haver qualquer coisa do tipo já que a técnica de captura é ilegal e não poderia ser formalizada.

Trabalhos anteriores indicam que na pesca tradicional de peixe a divisão dos lucros diante da tripulação seria feito da seguinte forma: 50% é do barco,

que assume uma personalização nesta divisão, pois o “barco” é responsável pelas despesas previstas em cada jornada, tais como: óleo, manutenção, rancho e gelo. Sendo que 25% é do mestre, pois a ele é conferido o reconhecimento do resultado da pescaria por contar com o arsenal de conhecimentos adquiridos ao longo dos anos para tal, tais como: ser conhecedor dos cardumes, dos melhores locais de pesca, do tempo, das técnicas de navegação etc. E os outros 25% é dividido entre os outros dois ou três pescadores. Além dessa divisão nos lucros da pescaria, também é tradicionalmente instituído o *peixe de levar pra casa*, dado como algo ‘sagrado’ entre os pescadores velhos.

Custódio: *Era. Da de peixe é a banda. Peixe é banda. Vamos supor, se a gente vai pra maré e pega... ainda é dez por cento... vamos supor, nós vamos pra maré pegamos numa pescaria deu mil reais, mil reais, tira cinquenta por cento, é cinquenta da gente, cem conto de cada um e quinhentos é do barco.*

Erannde: *Aí vem pro peixe, vamos pro peixe. Aí vai mil reais. Aí divide. Quinhentos é do barco e quinhentos é de nós. Aí a gente já vai ganhar cento e vinte e cinco, né?!*

Segundo relatos dos proprietários de barcos, a pesca da lagosta é uma atividade mais lucrativa, mesmo tendo cerca de 5 meses de defeso, se pensado proporcionalmente, ela rende mais ao bolso dos seus trabalhadores do que a pesca destinada exclusivamente ao peixe. Sem contar, inclusive, com os meses onde pescadores são indenizados com o seguro desemprego da pesca da lagosta. Esta característica fez com que os proprietários de barcos diminuíssem a proporção dos lucros divididos pela tripulação. O mestre Custódio nos conta como era essa divisão na pescaria de lagosta feita com covo:

Custódio: *Na pesca de covo a divisão era o seguinte, a gente pagava dez por cento da pescaria a cada um pescador. Dez por cento. Quando ia quatro pescador, aí a gente pagava quarenta por cento e sessenta era do barco. Ele caía com a despesa de corda, cova, bóia, rancho, óleo, gelo, tudo, né?! E o resto era do barco.*



Foto 13: Baía da Traição: a sequência de fotos nos mostra a divisão do “peixe de levar pra casa” antes da venda

Fonte: Gonzaga Júnior, 2009

Ou seja, na pesca da lagosta a proporcionalidade do lucro é ainda maior para o “barco”, passou a ser 60% e os outros 40% dividido por igual entre todos os tripulantes, inclusive o mestre. No entanto, na pesca de compressor a proporcionalidade barco/tripulação continua, porém a divisão entre a tripulação se distingue. Os mestres Comodoro e Zé Matuto nos contam como se dá essa divisão do trabalho e do lucro, respectivamente:

Comodoro: *O trabalho é com dois mergulhadores, o mestre e dois manguereiro. Às vezes quando tem um, pesca até de quatro. Isso aí depende, mas o trabalho já fica mais... vai diminuindo a quantidade de pescador o trabalho fica mais forçado. Às vezes, antigamente, logo quando começou a*

pesca, era os dois. Hoje, pela diminuição da lagosta é quatro. Mais pelo risco de doente, porque ficava dois, aí às vezes um saía pra um canto embaixo d'água, não tava vendo, você encontra uma restinga aqui, o outro encontra outra lá, elas não tem posição certa. Aí um sai correndo aqui atrás de uma lagosta, o outro sai pra lá, aí estica.

Zé Matuto: *Mas quem trabalha de compressor é diferente. O mangueireiro ganha cinco por cento. O mergulhador ganha dez. E o mestre ganha dez. É dois mangueireiro e dois mergulhador. São o que, trinta por cento, com dez do mestre dá quarenta por cento também. Dá a mesma coisa. E os dois mangueireiro, vamos supor, nos dois somos mergulhador, e eles dois são mangueireiro. Um mangueira pra mim e o outro mangueira pra você. Você ta em cima do barco, eu vou descer, aí eu me calcei, aí já tomou conta da mangueira. Aí é quem vai colher, soltar, na hora que anda mais o barco pára e fica naquele vai e vem. Eu subi, a mangueira já guardou, é você que vai descer aí é a função do outro. Final da história, a pesca é vendida, nós ganha dez por cento e eles são cinco por cento. O risco deles são menos, né?!*

A “diferença” explicitada por Zé Matuto é a justificativa para a diferenciação da divisão do trabalho onde a atividade com menor grau de risco e menor grau de experiência é saber se justifica um menor pagamento. Neste caso, o mangueireiro.

Custódio: *Até porque na pesca de compressor ela é meia perigosa. Porque no trabalho perigo tem pra tudo na vida. Mas se a gente analisasse direitinho o compressor, o compressor, se o pescador tivesse uma consciência de trabalhar direitinho sem ganância do dinheiro, ele trabalhava quarenta minutos mergulhando, quarenta ele descansava, o outro descia. Mas não. Quando ele desce que passa uma hora que ele encontra muita lagosta ele quer ficar lá matando porque ele ta vendo dinheiro. Primeiro ele quer matar tudo, aí quando ele vai subir ele passou do tempo determinado, aí ele pega aquela [...] aí se torna pior. Aí acontece esses acidentes porque ele cresce muito a vista, né?! Uma das coisas que ela, de compressor não estraga, não depreda o meio-ambiente, porque você desce, não sai pisando pelo chão, não estraga nada. Você fica assim na superfície, né, olhando, vai só pegar a lagosta com o bicheiro. Você escolha se aquela ali ta ovada dá pra você deixar. A gente vê a ova de longe. Aquelas outras, lá a gente vê uma ruminha ali, aquelas lagostinhas tudo pequenininha, dá pra se deixar. Se todos fossem conscientes pegava só as grandes, não era?! E deixava os pequeno. Na rede não, na rede é diferente. A rede quando bate, a pequena malha, a grande também engancha, aí morre tudo e o outro larga. E fica morto por ali e o peixe também engancha. Morre o peixe, larga por ali mesmo. Fica o cemitério, se muda todo mundo, quem quer morar em cemitério? Aí fica aquela tristeza. Se por acaso*

o mergulhador, o pescador fosse consciente de... ele preservava, né, o meio-ambiente, colhia bem e... você sabe como é, né?! Porque acidente... olhe, olhe Júnior, eu mergulhei mais de vinte anos. Eu criei minha família com orgulho de peito e compressor. Hoje não. Hoje é uma coisa... as leis tão butando pra vingar mesmo, quando você é pego a coisa vai pra polícia federal, a coisa ta meia, né?! Mas na época [...] pagava cem mireis lá embaixo. Era mais fácil. Hoje tão usando mais a lei. Mas tem morrido muito por essas extravagâncias que eles estão fazendo. Porque se eles preservassem eles mesmos, aí a coisa ficava mais fácil. Agora naquela época a gente pescava de covo, quando a água limpava a gente andava no barco e tinha lagosta, um mói de lagosta no chão. Hoje é uma dificuldade, né?!

Mestre Custódio também justifica essa diferenciação nas relações expondo que *“na pesca de compressor ela é meia perigosa”*. E, apesar de ter pescado de compressor durante muitos anos ainda adverte que *“se o pescador tivesse uma consciência de trabalhar direitinho sem ganância do dinheiro, ele trabalhava quarenta minutos mergulhando, quarenta ele descansava, o outro descia”*, mas, segundo ele, quando o mergulhador *“encontra muita lagosta ele quer ficar lá matando porque ele ta vendo dinheiro”*. Da mesma forma, o mestre Comodoro nos expõe outra situação onde de a busca por uma pescaria mais lucrativa é exposta pelo jogo dos sinais estabelecidos entre o mergulhador e o mangueireiro.

Comodoro: *É porque hoje se mergulha só mais com um. Um vai e mergulha. Na hora que encontra a lagosta, dependendo da quantidade que tenha, aí ele chama o outro pela mangueira. Puxa na mangueira, aí ele vem. Pela quantidade de sinal como a gente chama, que dá a gente sabe lá embaixo o que ele ta querendo. Ele vê a mangueira aqui e o outro ta com a mangueira lá em cima. E o mergulhador ta aqui, então, por exemplo, ele encontra a lagosta, ele quer que o outro venha pra matar de bicheiro, como a gente chama, né?! Bicheiro é o anzol que serve pra matar lá embaixo. Isso pra matar. Aí ele dá dois puxão. Olhe, você no caso ta embaixo, o mergulhador ta embaixo. Aí ele sente a falta de ar, fica pouco, aí ele dá o sinal e o mestre do barco em cima acelera mais o motor. Aí a compressão aumenta. Dois sinais é pra pessoa descer. Levar uma bolsa, um saco, alguma coisa. Aí ele dá dois sinal, aí ele sabe se é pra o outro descer e fazer o quê lá. Pra matar lagosta de bicheira, dois sinal. Aí encontra muita lagosta, rumas, que a gente chama mangotar. Aí pra levar o mangote, aquela rede, aí dá três sinal. Tem cara que fica puxando até*

enquanto o cara não chega ele tá lá dando sinal... (rs). Aperreado pra chegar logo porque você vai calmo. Na hora que você encontra a lagosta o mergulhador embaixo chega fica com o coração a mais de mil. Porque ele... ele tem medo da lagosta. A dificuldade que ele tem de encontrar é a hora que encontra ele tem medo de perder. Aí o cara fica agoniado. Se o cara dá três, quatro sinal, aí o cara demora.

Podemos perceber que a pesca de lagosta através do mergulho com compressor de ar nesses últimos 30 anos se tornou uma atividade econômica extremamente representativa nas comunidades pesqueiras do litoral da Paraíba, representadas aqui através da Baía da Traição e Acaú. Entre seus pescadores sempre se ressaltou que a captura de lagostas por meio do mergulho seria o método ideal para essa pescaria, devido ao fato de não afetar o substrato e poder ser uma pesca seletiva, permitindo aos mergulhadores selecionarem as lagostas acima do tamanho permitido. Entretanto, para alguns teóricos ambientais e órgãos reguladores, observou-se que os pescadores que utilizam o mergulho como método de pesca para a captura de lagostas não possuem consciência preservacionista e visam somente aos lucros imediatos. Decerto, esse lucro sempre foi algo preestabelecido ao longo de nossas diversas rodas de diálogo, pautando a esfera do trabalho e as mudanças sociais que o circunda, mas igualmente vigente nos diálogos que tratavam do universo de suas vidas particulares, da relação com a casa e com a comunidade. Decerto também que estes argumentos buscam dar conta de que as estratégias de reprodução social, adotadas por estes trabalhadores, não são apenas meros reflexos dos aspectos macro-sociais, que os condicionariam como sujeitos sociais, mas, muito mais ao contrário, seria que tais estratégias resultam de relações dialéticas entre estes indivíduos e a sua totalidade social, e que os seus atos acabam, com isso, representando uma síntese dessas interações sociohistóricas entrelaçadas pelo jogo diário da sua “sobrevivência” com um mercado muito mais exigente e explorador, mas muito mais do que isso, com a tradição pesqueira renovada e reescrita na práxis da lida com o mar.

Considerações finais

A atividade pesqueira no Brasil passou por grandes mudanças nesses últimos 30 anos. No Nordeste em especial esta atividade sofreu grandes transformações, seja dos grandes investimentos públicos na iniciativa privada, no incentivo à frota industrial nos anos 70 e 80, seja na fracassada política de apoio à cadeia produtiva da frota artesanal na segunda metade dos 90, bem como na retomada mais programada da produção pesqueira em pós 2003. Mas uma coisa foi unanimidade desde o início deste novo ciclo, a pesca brasileira, em especial a produção artesanal foi considerada como um setor econômico. A atividade pesqueira artesanal deixou de ser apenas uma atividade humana que produzia os meios necessários para a subsistência.

No caso específico da pesca da lagosta, com a chegada de um mercado estrangeiro exportador, em finais dos anos 70, ela passou a ser objeto de maior interesse frente à sua lucratividade diante de outras espécies fundamentalmente na costa nordestina. No entanto, o início deste ciclo da lagosta comprometeu de forma drástica as forças produtivas da natureza, que não conseguiram se renovar na mesma velocidade que o crescimento do interesse de mais e mais pescadores, que passaram a explorá-la de forma menos racional. A depredação dos recursos naturais, aliada à especulação imobiliária e ao crescimento desordenado das comunidades costeiras, em especial as duas aqui apresentadas, Acaú e Baía da Traição, acabou privando também os moradores mais antigos do acesso às praias, bem como a falta de esgotamento sanitário poluiu os rios e afastou os pescadores das áreas de portos, empurrando-os para as periferias das comunidades.

O que pretendemos neste trabalho não é fazer uma espécie de denunciismo, nem tampouco expor os pescadores de lagosta da Paraíba a uma situação de constrangimento. Mas acima de tudo apresentar uma situação real e refletir sobre como garantir que uma atividade artesanal igual à pesca, em especial à da lagosta, possa continuar garantindo o direito do homem a executar o seu trabalho sem agredir ou ao menos minimizar seus efeitos dado

ao uso constante e sem limites dos seus recursos, conciliando metas e garantindo interesses.

As entrevistas que realizamos ao longo de nossa pesquisa mostraram que muitos desses trabalhadores chegavam a trabalhar em geral mais de 24 horas, alguns consecutivamente, e não tinham horários de trabalho definidos *a priori*, mas sempre durante o dia, já que dependem do fluxo e das condições do ambiente aquático. Nas diversas falas, sempre transpareceu uma relação ambivalente: se, por um lado, a pesca de lagosta por meio do mergulho sempre foi vista como algo que lhes proporcionariam melhores condições de vida frente aos outros trabalhadores da pesca, por outro, a noção de risco nesta atividade sempre foi compreendida como extremamente negativa, como potencial até mesmo de condenar o seu futuro e o futuro de seus dependentes. Ao que parece, os pescadores mergulhadores estabelecem separações simbólicas existentes entre, primeiro, a atividade da pesca propriamente dita, como forma de garantir uma auto-estima sempre presente dado os resultados financeiro conquistados em sua vida realizados através do que eles vieram a chamar de “dinheiro juntado”. E, em segundo, a possibilidade real de acidentes na prática do mergulho, que já deixou vários mergulhadores aleijados e outros vieram a óbito numa atividade autônoma desenvolvida sem qualquer base contratualista.

Outro elemento significativo apresentado diz respeito ao fato de que a simples tecnologia e a subordinação aos atravessadores gerou, ao longo dos anos, uma auto-exploração desses trabalhadores da pesca, já que a maior parte da jornada de trabalho é empregada no trabalho direto da pesca nas embarcações, reproduzindo sua própria subsistência num nível sempre baixo à pouca capacidade de acumulação de capital por parte destes pescadores artesanais, por causa, inclusive, da complexa cadeia de intermediários que se apropriam da riqueza no processo de circulação da mercadoria (com destaque para figura do *pombeiro*) e, especialmente, pela falta de estrutura para armazenar, beneficiar e transportar este produto, sem falar da ausência e ineficácia de políticas públicas que permitissem a modernização da frota pesqueira e a adequação dos estaleiros e entrepostos. No entanto, estas dificuldades não impediram que o capital se utilizasse dessa pequena produção

mercantil para a sua expansão local e global, mesmo sendo realizada ainda num baixo custo, uma vez que a sua reprodução é feita por pequenos pescadores.

A pesca da lagosta através do mergulho passou a ser elemento definidor e transformador das relações de trabalho nas embarcações, reconfigurando a figura do mergulhador e colocando-o em pé de igualdade e com o mestre no nível de importância sobre os resultados da pescaria. Do mesmo modo, ela define outra meta de vida destes trabalhadores, que passam a ter seu dinheiro “juntado” e resignificados socialmente nas comunidades.

A pesca de mergulho também transformou as relações trabalhistas nos barcos, onde uma atividade tradicionalmente baseada numa relação de confiança entre familiares e compadres, viu-se diante de uma relação que deveria se basear na confiança plena entre companheiros. Neste sentido, podemos afirmar que a pesca artesanal da lagosta através do mergulho está dando a tônica de uma atualização da cultura pesqueira baseada numa racionalidade econômica renovada num espaço que se abre e é extremamente passível de atualizações constantes.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**. São Paulo. V. 43, n. 1, 2000.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e tradição: construção da identidade dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)**. Niterói: EdUFF, 1999. (Coleção Antropologia e Ciência Política – 17).

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas urbanas de fin de siglo: la mirada antropológica**. [on line] Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/canclinispa.html>>. Acesso em: 17 de agosto de 2004.

CARLOS, Ana Fani A., O Turismo e a produção do não-lugar. *In*: ARIZA DA CRUZ, Rita de Cássia (org.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. 2ª ed. São Paulo. Hucitec, 1999. pp. 25-37.

CARVALHO, R. C. Custo e rentabilidade de embarcações envolvidas na pesca artesanal da lagosta no Nordeste do Brasil. **Boletim Técnico, CEPENE**. v 4. n 1. PP 233-262. 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Jangada; uma pesquisa etnográfica**. 2ª ed. São Paulo, Global, 2003.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. *In*: DIEGUES, Antonio Carlos (org.) **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo. Hucitec, 2000. pp 165-181.

CAVALCANTE, Diego Medeiros da Rocha. Pescadores-trabalhadores da Baleia em Costinha. (Monografia) (Graduação) – UFPB/CCHLA: João Pessoa, 2006.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. “Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação no Vale do São Francisco”. In:_____ (org.). Globalização, trabalho e meio ambiente. Recife: UFPE, 1999.

CIACCHI, Andrea. “Entre o mar e a cidade: conflitos, memória e trabalho em comunidades litorâneas do Nordeste”. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade: O trabalho na metrópole**. n. 57, Ed. Cultural Secretaria Municipal. São Paulo, 2000. pp. 137-145.

COELHO, A.M.G. Caracterização Sociocultural dos Produtores de Lagosta no Nordeste Brasileiro. **Boletim Técnico Científico do CEPENE**. v 4., PP 197-232. 1996

CUNHA, Lúcia H. de Oliveira. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **A Imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000a. p. 15-25.

_____. Tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **A Imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000b. p. 101-110.

DIAS NETO, José(org). **Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Lagosta: *Panulirus argus* (Latreille, 1804) e *Panulirus laevicauda* (Latreille, 1817)**. Brasília, IBAMA, 2008.

DIEGUES, A. Carlos. & ARRUDA, Rinaldo S. V. (org). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. MMA. NUPAUB/USP. Brasília 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’ana. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. 2ª ed. São Paulo. NUPAUB, USP. 2001.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001. pp. 97-124.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. pp. 103-272. (Ensaio 94).

_____ (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação nos trópicos**. NUPAUB/USP. São Paulo: Hucitec. 2000a.

_____ (org.) **A imagem das águas**. NUPAUB/USP. São Paulo: Hucitec, 2000b.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **As Redes do Suor: A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EduFF, 1999.

DEBERT, Guita. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3ª ed. pp. 141-156.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Departamento de Pesca e Aquicultura. **O Estado Mundial da Pesca e Aquicultura**. Roma, 2007.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Departamento de Pesca e Aquicultura. **O Estado Mundial da Pesca e Aquicultura**. Roma, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, M. G. **Avaliação e distribuição geográfica dos estoques de lagosta (Crustacea: Panurilidae) e sua capturabilidade nas regiões Norte e Nordeste**. Fortaleza, Departamento de Eng. de Pesca, UFC, 1994.

FIRMINO JUNIOR, Luiz Gonzaga. *“Então descobriram que o mar também é um campo”*: Pesca e pescadores em Tambaú. (Monografia) (Graduação) – UFPB/CCHLA: João Pessoa, 2006.

FONTELES-FILHO, Antonio, A. Sinopse de informações sobre a lagosta *Panurilus argus* e *Panulirus laevicauda* no Nordeste do Brasil. **Arquivos de Ciências do Mar**. Fortaleza, n 27. pp. 1-19, 1988.

HAGUETTE, Teresa M. Frota. Pesquisa-ação e pesquisa participante (Item XI). In, **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 7ª Ed. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2000. pp 109-170.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.
Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250140> [on line].
Acesso: 26 de maio de 2009

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Relatório da Reunião do Grupo Permanente de Estudos (GPE) da Lagosta**. Rio Formoso – Tamandaré. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do nordeste do Brasil – 1999**. Tamandaré: CEPENE, 1997, 2000, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do nordeste do Brasil – 2006**. Tamandaré: CEPENE, 2007.

KANT DE LIMA, Roberto. **Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói-RJ: EdUFF, 1997. (Coleção Antropologia e Ciência Política)

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Confiança e Sociabilidade. Uma análise aproximativa da relação entre medo e pertença**. RBSE, v.1, n.2, pp.171-206, João Pessoa, GREM, agosto de 2002.

_____. **Sociologia da emoção: o Brasil urbano sob a ótica do luto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003a.

_____. “O local enquanto elemento intrínseco da pertença”. In: Lietão, C. (org). **Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003b. pp. 75-97.

LANG, Alice B. da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). **(Re)Introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 33-47. (Série Eventos).

LEITÃO, Deusdedit. **Ruas de Tambaú**. João Pessoa. Departamento de Produção Gráfica/DPG da Secretaria da Educação e Cultura, 1998.

LOUREIRO, Violeta Refklefsky. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazonia. Belém CNPq/Museu Paraense Emilio Goeldi, 1985.

MACKEAN, Margaret, OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant’ana; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, USP, 2001. pp. 79-96.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRE, L. L (Orgs). **Na**

Metrópole. Textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 2000. pp 12-53.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar.** São Paulo. Ática 1986.

_____. **Mestres e mares:** espaço e indivisão na pesca marítima. 2ª ed. São Paulo: ANNABLUME, 1994.

_____. No mar: conhecimento e produção. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **A imagem das águas.** São Paulo: Hucitec, 2000b. pp. 95-100.

MARX, Karl. O capital. Livro I, vol 1. 8ª edição. São Paulo: Difel, 1982.

MARTINS, José de Sousa. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MENEZES, Marluci. “Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais”. **Horizontes antropológicos.** a. 6, n. 13, 2000. pp. 155-176.

MILLER, Francisca de Souza. A organização social de uma comunidade de pescadores-agricultores do litoral sul do Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Recife: UFPE, 1992.

MONTEIRO, Ariana Augusta Gomes. **Entre o mar e o canavial: representações e uso de espaços em Barra do Camaratuba.** (Monografia) DCS/UFPB. João Pessoa: UFPB, 2003.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial.** São Paulo. Hucitec/Nupaub/Cec, 2003.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil. *In*: REIS, Elizabeth de Melo & RAICHELES, Raquel (orgs.). **Gestão social: uma questão de debate**. São Paulo: Educ, 1999. pp 96-90.

PAIVA, M.P. Tentativa de avaliação dos recursos pesqueiros no Nordeste Brasileiro. **Arquivo de Ciências do Mar**. Fortaleza, v 6, Pp 365-369, 1976.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Rio de Janeiro. Eduff, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”*. *In*: VON SIMSON, Olga R. de Moraes (org.). **Experimentos com Histórias de Vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988, pp. 14-43.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **“Ah esse povo do mar”**: um estudo sobre pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Ed Polis. 2006.

REGO, André Gondim do. **Pesca e pescadores em Barra de Camaratuba (PB): reflexões sócio-antropológicas sobre um viver costeiro**. (Monografia) (Graduação) – UFPB/CCHLA: João Pessoa, 2004.

RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2003.

SILVA, Luiz Geral Santos da. Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil. São Paulo/NUPAUB USP, 1993.

SIMMEL, G, “A metrópole e a vida mental”. In, VELHO, O, G (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. pp 11-25.

SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira. **Anotações para a história da Paraíba**. V. II – João Pessoa: Ed. Idéia, 2002.

SOUSA, Anne Gabriele Lima. **Tambauí**: pertença e fragmentação./ Sob uma ótica do medo. (Monografia) DCS/UFPB: João Pessoa, 2004.

STUCKERT FILHO, Gilberto. **Parahyba**: capital em fotos. João Pessoa: F&A, 2003.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (org.) **Anos 90**: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999. pp. 91-102.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad. de Lálío Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. “Individualismo, anonimato e violência na metrópole”. **Horizontes Antropológicos**. Ano 6, nº 13. 2000. pp 15 a 29.

XIDIEH, Oswaldo Elias. Cultura popular. In, _____ et al. **Feira Nacional da Cultura Popular**. São Paulo: SESC, 1976, pp. 1-6.